

JOSÉ ROBERTO LOPES

**PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO, NO MUNICÍPIO DE
CAMPO VERDE – MT: ARTICULAÇÕES COM O TERCEIRO
SETOR E FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE-MS
2009**

JOSÉ ROBERTO LOPES

**PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO
ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO, NO MUNICÍPIO DE
CAMPO VERDE – MT: ARTICULAÇÕES COM O TERCEIRO
SETOR E FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - *Mestrado Acadêmico*, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo Brito da Costa.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE-MS
2009**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Perspectiva de Desenvolvimento Local no Acampamento Dom Osório, no Município de Campo Verde – MT: articulações com o terceiro setor e formação de capital social.

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento local em dimensões sócio-comunitárias com atenção em comunidades tradicionais.

Defesa da dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 22/06/2009.

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Dr. Reginaldo Brito da Costa
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr^a. Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco - UCDB

Prof. Dr. Roberto Antonio Ticle de Melo e Souza
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Dedico esse trabalho a:
Meus pais Francisco e Odalice – pela vida
Meus filhos Aaron Roberto e Talita Beatrice – orgulhos da minha vida
Minha Esposa Gilvanice – pelo apoio, compreensão e companheirismo.

Há três tipos de pessoas no mundo

Os Músicos

Os Dançarinos

E os Gatos

Os músicos criam sonhos

Os dançarinos interpretam os sonhos dos músicos

E os gatos não fazem nem uma coisa nem outra

Apenas reclamam.

Raphael Azevedo e Jose Roberto Lopes (2007)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Reginaldo Brito da Costa, amigo e orientador, pelo incentivo;

Ao professor Roberto Antonio Ticle de Melo e Souza pelas valiosas contribuições ao trabalho;

A professora Maria Augusta de Castilho pela arte de verdadeiramente ser professora;

A professora Cleonice Alexandre Le Bourlegat, por me proporcionar a visão de Territorialidade;

Ao professor Vicente Fideles de Ávila pelo pensamento de Desenvolvimento Local;

Ao professor Josemar de Campos Maciel pelas contribuições filosóficas a esse trabalho;

Ao professor Antonio Jacob Brand, pela visão da reciprocidade;

Ao professor Marcelo Marinho por mostrar a importância da cultura no nosso fazer;

Ao professor Leone Covari pelo apoio e contribuições sobre associativismo;

A Dr^a. Jocelda Stefanello, amiga apoiadora e grande entusiasta do meu trabalho;

Ao Wilmar José Franzner pelo apoio e estímulo as iniciativas associativistas;

A Ariane, Antônio, Eva e Suzi Maggi pela prestimosa atenção aos discentes.

RESUMO

O Acampamento Dom Osório foi organizado pelo MTA, movimento dos trabalhadores acampados e assentados de Mato Grosso, no ano de 2002 no município de Campo Verde, com 1.680 famílias oriundas de diversas regiões do Estado de Mato Grosso. Até o fechamento desse trabalho as 67 remanescentes famílias ainda não haviam sido assentadas pelo Incra, órgão governamental responsável pela política de assentamento rural no país. Este órgão para consolidar assentamentos rurais, utiliza a intermediação de movimentos sociais que promovem a formação de acampamentos humanos como estratégia para a obtenção da condição de clientes da reforma agrária. O MTA desprovido de legalidade institucional busca na parceria com entidades associativas, o terceiro setor, o mecanismo de compartilhar ações para a consecução de sua missão e objetivos. Formou-se uma rede comunitária no acampamento pelas relações socioterritoriais advindas dessas articulações. Os resultados dessa pesquisa mostram, contudo, que o maior problema do acampamento é a governança local, devido a ingerências dos agentes exógenos, ante o anseio dos acampados e a submissão desses a um querer despótico pautado em interesses não coletivos das lideranças do movimento, ações que tem minado a confiança dessas pessoas em suas lideranças, nos agentes governamentais e nos próprios parceiros, fatores que dificultam a transformação desse capital humano em capital social.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Redes Comunitárias; Desenvolvimento Local; Acampamentos de Sem Terra; Assentamento Rural.

ABSTRACT

The Dom Osório encampment was organized by MTA, movement of workers and settlers camped in Mato Grosso, in 2002 in the municipality of Campo Verde, with 1,680 families from various regions of the State of Mato Grosso. Until the closing of this work the remaining 67 families had not been settled by INCRA, the government agency responsible for the policy of rural settlement in the country. This body to consolidate rural settlements, using the intermediation of social movements, that promote the formation of human settlements as a strategy for obtaining the condition of customers of agraria reform. The MTA lacks institutional legality search in partnership with associations, the third sector, the mechanism of sharing actions for achieving its mission and goals. Form a network in the encampment community relations socioterritoriais caused by these joints. The results of this research show, however, that the biggest problem is the governance of the encampment site, due to interference of exogenous agents, before the want of campers and submission of a despotic want not based on collective interests of the leaders of the movement, which shares has undermined the confidence of people in their leaders, the government agents and the partners themselves, factors that hinder the transformation of human capital into social capital.

Key words: Third Sector; Communitary Nets; Local Development; Sem
Terra encampment; Rural Assentamento

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTA – Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Mato Grosso

FAED – Fundação de Apoio a Educação e ao Desenvolvimento

COPNI – Classification of the Purpose of Non-Profit Institutions Serving Households

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária

CPT – Comissão Pastoral da Terra

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

NEPO – Núcleo de Estudos de População

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OS – Organizações Sociais

ONGs – Organizações não governamentais

CMDRS- Conselho Municipal de Desenvolvimento Regional Sustentável

MST – Movimento de Sem Terra

FETHAB- Fundo Estadual de Transporte e Habitação

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Vista panoramica do Acampamento Dom Osório	66
Foto 2 - Despejo ocorrido no acampamento Dom Osório	76
Foto 3 - Práticas culturais no acampamento Dom Osório	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Imigrantes e emigrantes com menos de 10 anos de residência nos Estados de domicilio atual Estado de Mato Grosso – 1980 – 2000	18
Tabela 2 - População e Taxa de crescimento demográfico, segundo microregiões Estado de Mato Grosso – 1970 -2000	21
Tabela 3 - Distribuição das fundações privadas e associações sem fins lucrativos por grandes regiões, segundo data de criação	36
Tabela 4 - Distribuição das fundações privadas e associações sem fins lucrativos e do pessoal ocupado assalariado, segundo porte – Brasil – 2002	43
Tabela 5 – Demonstrativo da população estimada urbana e rural em numeros absolutos e relativos, municipio de Campo Verde – MT	70
Tabela 6 – Classificação das propriedades rurais, quantidade de imóveis e área total, municipio de Campo Verde – MT	72
Tabela 7 – População por gênero e faixa etária do acampamento Dom Osório	79
Tabela 8 - Distancias do acampamento Dom Osório em relação aos centros consumidores da região de abrangência,	105
Tabela 9 – Culturas, área plantada e produção média obtida, municipio de Campo Verde – MT	107
Tabela 10 – Efetivo do rebanho de bovinos, municipio de Campo Verde –MT	108
Tabela 11 – Efetivo de animais por espécie, municipio de Campo Verde – MT	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da população alvo de acordo com o lugar de origem, acampamento Dom Osório, município de Campo Verde/MT	81
Gráfico 2 - Distribuição da população nas classes de escolaridade, acampamento Dom Osório, município de Campo Verde – MT	84
Gráfico 3 - Sistema hierárquico das necessidades humanas de Abraham Maslow	90
Gráfico 4 - A Rede Comunitária estabelecida no acampamento Dom Osório segundo a visão dos acampados	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relações entre Estado, mercado e sociedade	34
Quadro 2 - Classificação das entidades sem fins lucrativos no Brasil – IBGE/2002	41
Quadro 3 - Imunidade tributária para as entidades sem fins lucrativos	54
Quadro 4 - Assentamentos administrados pelo INCRA e Banco da Terra no município de Campo Verde – MT	73
Quadro 5 – Habilidades Profissionais dos acampados do Dom Osório, município de Campo Verde – MT	82
Quadro 6 –As implicações das atuações dos atores exógenos na formação de redes Comunitárias – Acampamento Dom Osório	94

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –Mapa rodoviário do Estado de Mato Grosso	20
Mapa 2 –Taxas médias anuais de crescimento segundo microregião, Estado de Mato Grosso 1991- 2000	23
Mapa 3 - Localização do Acampamento Dom Osório, município de Campo Verde/MT	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – TERRITORIALIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL	17
1.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS NO ESTADO DE MATO GROSSO	17
1.2 MOVIMENTOS SOCIAIS: A LUTA PELA POSSE DA TERRA	23
1.3 FORMAS ALTERNATIVAS DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	26
CAPÍTULO II – O TERCEIRO SETOR E AS ARTICULAÇÕES COM ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS	32
2.1 NOÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO TERCEIRO SETOR	32
2.1.1 Conceitos do Terceiro Setor	33
2.1.2 Histórico do Terceiro Setor no Brasil	35
2.1.3 Sistemas Organizacionais do Terceiro Setor no Brasil	37
2.1.4 Ordenamento jurídico do Terceiro Setor no Brasil	44
2.1.4.1 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OS	46
2.1.4.2 Organização Social – OS	48
2.1.4.3 Cooperativas Sociais	49
2.2. ARTICULAÇÕES ENTRE O TERCEIRO SETOR E O SETOR PÚBLICO	51
2.3 FORMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	52
2.4 PRESSUPOSTOS PARA A FORMAÇÃO DE REDES COMUNITÁRIAS	59
CAPÍTULO III – O ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO E O AMBIENTE SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURA	64

3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO	64
3.2. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT	68
3.3. HISTÓRICO DO ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO E DO MTA	74
3.4. CARACTERIZAÇÃO POPULACIONAL ATRAVÉS DA REGIÃO DE ORIGEM, FAIXA ETÁRIA E PERFIL DOS ACAMPADOS	78
3.5. ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS LEVANTADOS JUNTO AO ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO	85
CAPITULO IV – PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL COM ARTICULAÇÕES DO TERCEIRO SETOR E REDES COMUNITÁRIAS	101
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE DO FUTURO ASSENTAMENTO	104
4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO REGIONAL	105
4.3. NÍVEL DE ARTICULAÇÃO DOS ACAMPADOS COM ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E O TERCEIRO SETOR	112
4.4. ATUAÇÃO DOS AGENTES EXÓGENOS NA FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	130
ANEXOS	136

INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil tem-se arrastado há anos ante procedimentos governamentais pautados em políticas públicas incipientes e ineficazes para a resolução da questão fundiária de acesso a terra. As ocupações de terras tornaram-se comuns em todo território brasileiro, através da mobilização de trabalhadores por organizações coletivas: os movimentos sociais.

Esses movimentos mesmo fora dos marcos de legalidade, têm se consubstanciado em formas legítimas reconhecida pelo Estado Brasileiro, a quem respondem com desapropriações de terras solicitadas distribuindo-as entre as famílias indicadas pelos mesmos, utilizam como estratégias de atuação a pressão social como forma da busca de atendimento às suas necessidades políticas e reivindicatórias de acesso a terra.

Desprovidos de legalidade institucional, buscam o amparo de suas ações através do estabelecimento de parcerias com entidades governamentais e não governamentais, o terceiro setor, para a gestão e consecução de seus objetivos. Por terceiro setor, entendem-se as instituições cujas atividades estão centralizadas nos aspectos sociais, com fins não econômicos que geram bens e serviços de caráter público, o primeiro setor é representado pelas várias instâncias governamentais, o segundo setor é à força da empresa privada.

Pautado nessas lógicas o MTA, organiza acampamentos de sem terra na região sul do Estado de Mato Grosso, como forma de pressão social da comunidade matogrossense junto ao Governo Federal para a conquista de terras e o estabelecimento de assentamentos rurais. O Acampamento Dom Osório, localizado entre as cidades de Campo Verde e Primavera do Leste, nas proximidades da rodovia federal BR 070, iniciado no ano de 2002, ainda encontra-se

aguardando os procedimentos legais de sua transformação em assentamento.

No acampamento Dom Osório, as mobilizações são realizadas como forma de pressão ao problema comum de acesso a terra, tensões e conflitos emergem a cada dia das relações socioterritoriais motivados por interesses individuais, relações de poder, e acesso a informação.

O Objetivo desse trabalho é caracterizar o processo de transformação do capital humano no acampamento Dom Osório em capital social e como as articulações entre o movimento social, os atores governamentais e o terceiro setor, atuam na formação de redes comunitárias.

Portanto, o trabalho apresenta a seguinte estruturação:

Capítulo I – Territorialidade, movimentos sociais e capital social, onde se busca referências sobre o processo dos fluxos migratórios ocorridos no Estado de Mato Grosso entre as décadas de 1970 a 2000, com a finalidade de traçar um perfil da origem das famílias acampadas.

O capítulo II – O terceiro setor e as articulações com atores públicos e privados, para o esclarecimento sobre os conceitos, histórico e tamanho desse setor no país bem como formas e procedimentos legais para sua atuação.

No capítulo III versa sobre o acampamento Dom Osório e o ambiente sócio econômico cultural, mostrando o perfil dos acampados, seus anseios e perspectivas e a visão destes sobre a atuação dos atores exógenos e as implicações dessas atuações no querer e na busca de qualidade de vida e como essas interferências estão contribuindo para a formação de capital social.

No último capítulo, enfoca-se a perspectiva de desenvolvimento local com articulações do terceiro setor e redes comunitárias e de como as interações processadas no cotidiano do acampamento, promoveram mudança no comportamento associados a posse de uma identidade legítima, como fator de inclusão e sustentabilidade local.

CAPITULO I

TERRITORIALIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL

1.1. FLUXOS MIGRATÓRIOS EM MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso tem se notabilizado como região atrativa de migrantes provenientes de todas as regiões do País. Como fronteira agrícola, tem sido uma alternativa para pressões sociais e distribuição da população do território nacional, principalmente de colonos do sul e pessoas do sudeste, nordeste e da própria região centro oeste, caracterizando-o como um território de oportunidades e a conseqüente busca de qualidade de vida.

Por território entende-se a porção do espaço definido em que se manifesta o fazer e a cultura de um povo e as relações de poder advindas desse controle.

São relevantes os estudos sobre migração e urbanização no Brasil, da NEPO (Núcleo de Estudos de População) da Universidade de Campinas, São Paulo, do Professor Demógrafo José Marcos Pinto da Cunha, com diversos estudos sobre a distribuição espacial da população brasileira, e em especial na região Centro Oeste, que subsidiam esse trabalho. Os estudos de Cunha (2006) ancorado em dados dos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística), e entrevistas junto a governos e populações locais, apresentam uma radiografia dos processos de ocupação do espaço mato-grossense a partir do impacto das atividades econômicas extensivas, com fortes reflexos na redistribuição espacial da população, o retorno de parte desses migrantes à sua região de origem, e os efeitos “compensadores” dos assentamentos da reforma agrária.

Para se entender a origem das pessoas acampadas no Acampamento Dom Osório, apresenta-se um relato sobre a ocupação espacial ocorridas em território mato-grossense, a partir da década de 60 do século passado, como mostrado na Tabela 1 sobre os emigrantes e imigrantes em Mato Grosso.

TABELA 1 - Imigrante e emigrante com menos de 10 anos de residência nos Estados de domicílio atual Estado de Mato Grosso – 1980-2000

PRINCIPAIS FLUXOS	1980		1991		2000		Variação (%) 1980/2000	
	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes ¹	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes
Paraná	112.440	4.529	164.597	52.559	76.516	39.639	-31,9	779,6
Goiás ²	48.708	18.027	51.121	29.528	55.976	42.747	19,8	166,7
São Paulo	41.833	20.176	64.120	37.889	48.367	45.425	10,9	125,1
Mato Grosso do Sul	35.297	13.091	88.320	24.628	52.777	28.581	49,5	102,9
Minas Gerais	31.708	6.288	24.267	12.120	16.308	9.331	-42,1	48,4
Rondonia	30.882	47.455	30.509	39.553	46.194	26.766	1151,3	-43,6
Bahia	7.831	1.162	12.262	2.595	10.192	3.564	30,1	203,3
Rio Grande do Sul	17.893	1.047	27.800	8.738	20.610	8.103	15,2	573,6
Santa Catarina	7.703	697	26.880	6.320	17.193	8.415	123,2	1310,2
Pará	2.006	2.461	13.210	7.970	14.289	11.397	612,2	385,5
Maranhão	1.463	376	22.146	2.504	13.525	4.014	824,7	967,8
Distrito Federal	1.785	2.310	4.923	2.744	3.598	4.534	103,8	96,3
Outros	18.040	8.204	34.022	17.320	44.662	18.207	147,7	193,5
TOTAL MT	328.378	121.731	543.179	244.438	420.298	249.423	28,0	104,9

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulações especiais Nepo/Unicamp.

¹ Este volume considera a distribuição “pró-rata” feita para os migrantes sem declaração de UF de residência anterior.

² Para efeito da manutenção da comparabilidade para 1991-2000, os volumes de Goiás foram somados aos de Tocantins

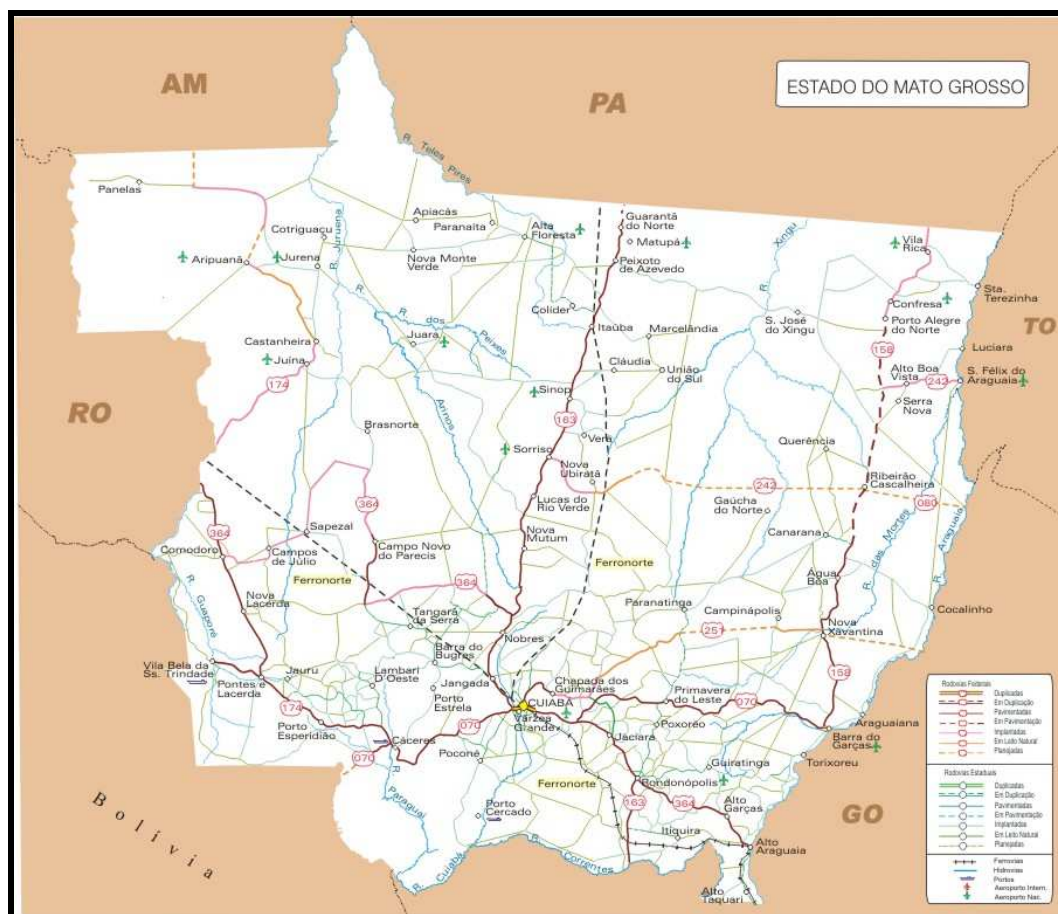
Constata-se duas modalidades de migração ocorridas em Mato Grosso, especialmente a partir da década de 70, “fluxos migratórios intra-estaduais”, com taxas de crescimento superior a 5% ao longo da década de 70, como processo de redistribuição espacial da população no Brasil, e a “migração de retorno”, que se intensificou significativamente a partir de meados da década de 80 (Cunha, 2006, p.92). A Tabela 1 mostra que na década de 80 do total de 328.378 pessoas que entraram de Mato Grosso, provenientes de outros estados, 121.731 retornaram aos seus locais de nascimento, este dado representa 37% dessas pessoas, que continuou em um ritmo crescente quando observamos que na década de 90, dos 543.179 imigrantes, desse total emigraram 244.438 pessoas, 45% do total, a partir do ano 2000 essa variação é ainda mais expressiva, dos 420.236 imigrantes, 249.423 saíram de Mato Grosso, o que representa 59% em relação a entradas de pessoas no Estado.

Na região centro oeste o processo de modificação de sua estrutura produtiva foi fortemente impulsionado por ações governamentais de incentivo à modernização agropecuária, já a partir da década de 60, com “consequências em sua dinâmica demográfica e no processo de redistribuição espacial da população” (CUNHA,2006, p. 88-89).

O grande fluxo migratório que passou o Estado de Mato Grosso, principalmente a partir da década de 70, no período denominado o *milagre brasileiro*, trouxe reflexos determinantes no desenvolvimento local dessa região. De acordo com Perillo (2005, p. 104), a tendência migratória ocorrida no início da década de 70, num movimento intra – estadual, está associada ao fortalecimento do processo de interiorização do desenvolvimento econômico, ocorrido no país.

Eram campanhas do governo federal de integração com slogans positivistas como: *integrar para não entregar*. O governo militar via nessas iniciativas a possibilidade de ocupação dos imensos vazios demográficos da região centro oeste e Amazônia, uma forma de contribuir para minimizar a pressão social que acontecia nas regiões nordeste e sul do país. O mapa 1 destaca as rodovias de integração, as rodovias estaduais e os planos de expansão dessas malhas distribuídas no território matogrossense.

MAPA 1 – Malha Rodoviária do Estado de Mato Grosso.



Fonte: Ministério dos Transportes, 2008

São frutos dessas políticas as rodovias denominadas de integração como: BR 163 (Cuiabá-Santarém) implantada entre 1971 e 1976, BR 364 (Brasília-Acre), BR 070 (Brasília-fronteira com a Bolívia na região de Cáceres) e a BR 158 (Altamira/Pa-Santana do Livramento/RS), ao longo das quais migrantes se estabeleceram, povoaram e formaram cidades. Como pioneiros desbravaram o desconhecido e desterritorializados, por não estarem em suas regiões natais, foram aos poucos se adaptando, e “reterritorializando a sua nova realidade, segundo a nova ordem local estabelecida” (SANTOS, 1996, p.256).

A Tabela 2 a seguir compara o ritmo de crescimento populacional das microrregiões entre as décadas de 70 do século passado e a década inicial do presente século, das microrregiões que compõem o território matogrossense.

TABELA 2. População e Taxa de crescimento demográfico, por microrregiões do Estado de Mato Grosso – período 1970 a 2000

MICRORREGIÕES	População Total				Taxa de Crescimento (% a.a)		
	1.970	1.980	1.991	2.000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Alta Floresta	1.287	23.011	66.229	69.646	33,4	12,8	0,5
Alto Araguaia	13.437	17.868	22.007	24.117	2,9	1,9	1,0
Alto Guaporé	8.095	19.738	48.250	60.663	9,3	5,5	2,8
Alto Pantanal	75.186	62.941	117.037	123.141	1,0	3,2	0,6
Alto Paraguai	25.187	34.624	43.407	30.512	3,2	2,1	-3,8
Alto Teles Pires	7.028	19.089	50.643	101.610	10,5	9,3	6,0
Arinos	2.911	22.281	48.842	57.447	22,5	7,4	3,7
Aripuanã	1.405	15.888	70.949	98.989	27,5	14,5	3,5
Canarana	12.099	34.476	65.904	79.086	11,0	6,1	2,0
Colider	1.702	26.004	138.683	129.325	31,3	18,4	-0,8
Cuiabá	145.046	314.045	801.449	740.643	8,0	8,1	2,3
Jauru	39.064	107.145	112.033	106.358	10,5	0,4	-0,5
Médio Araguaia	11.183	43.607	54.371	61.073	14,6	2,0	1,3
Norte Araguaia	10.094	27.602	57.535	67.251	10,6	6,9	4,7
Paranatinga	7.540	23.273	27.924	28.591	11,5	1,7	0,3
Parecis	3.055	10.235	32.168	81.771	12,9	11,0	7,5
Primavera do Leste	10.256	12.839	18.507	59.959	1,5	3,4	13,3
Rondonópolis	114.222	139.663	187.038	223.741	2,0	2,7	2,0
Rosário do Oeste	26.896	28.374	30.563	31.347	0,5	0,7	0,3
Sinop	3.658	23.959	74.168	131.445	20,7	10,8	6,6
Tangará da Serra	24.840	64.940	73.854	112.088	8,3	2,7	4,7
Tesouro	53.688	52.628	60.877	54.142	-0,2	1,3	-1,3
TOTAL	598.379	1.134.230	2.022.524	2.498.150	6,8	6,4	2,4

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulações especiais Nepo/Unicamp.

Tomando-se como exemplo a BR 163, ao longo dessa rodovia estão às regiões do Alto Teles Pires, de Sinop e de Colider (mapa 1), com altíssimas taxas de crescimento entre as décadas de 70 e 90, assim distribuídos respectivamente de acordo com a tabela 2: região de Colider (31,3% e 16,4%), região de Sinop (20,7% e 10,8%) e região Alto Teles Pires (10,5% e 9,3%). Essas regiões reforçam a situação do Estado como fronteira agrícola, dada as dinâmicas de ocupação

territorial e a conseqüente transformação econômica ocasionadas por projetos de empresas colonizadoras que viram nos assentamentos de famílias a oportunidade para alavancarem seus negócios, resultando como conseqüência, “a multiplicação de diversos novos municípios nessas áreas de fronteira” (CUNHA, 2006, p.89).

Entretanto a partir da década de 90, o referido autor elenca algumas situações que promoveram a estagnação dos fluxos migratórios intra-estaduais:

- dificuldade de acesso ao crédito por parte dos pequenos agricultores;
- condições de isolamento da maioria das áreas colonizadas;
- novo modelo de desenvolvimento adotado pelos governos, das práticas da atividade agrícola altamente mecanizada e capitalizada;

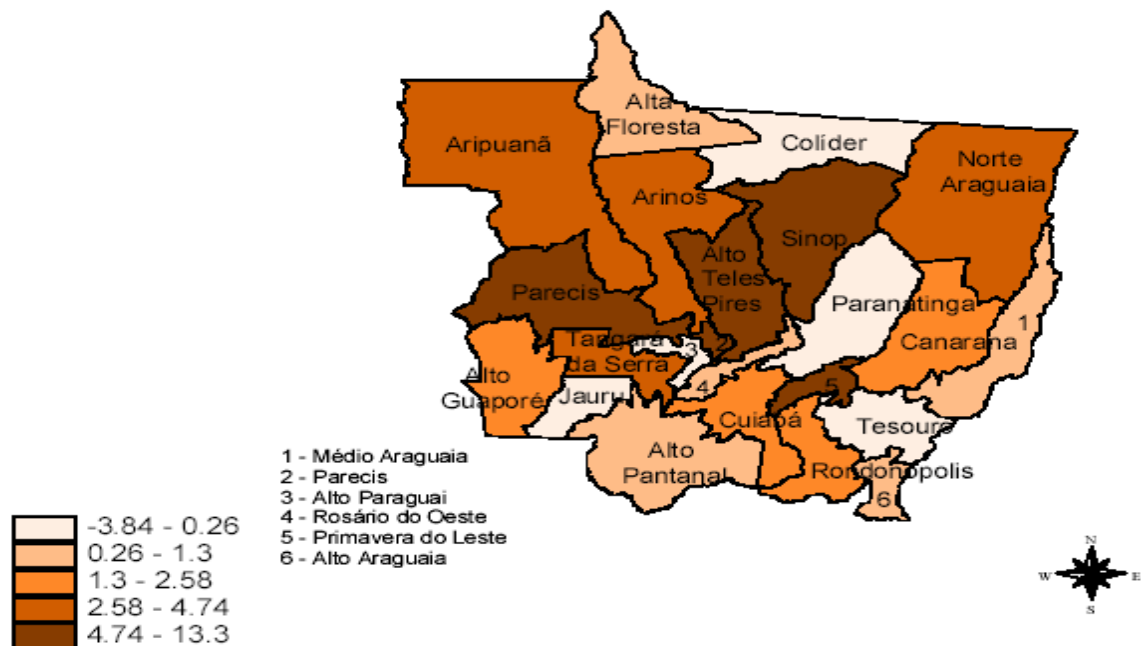
Esses fatores contribuíram nos fenômenos migratórios, porque passada a fase de deslocamento dos pioneiros, desbravadores, exploradores de madeiras e garimpo, o movimento de pessoas pressupõe-se que tende a ocorrer de acordo com as estratégias governamentais que passam a interferir no processo de produção. Buscando nova forma de dinamização territorial, através do incentivo ao capital e mecanização agropecuária, a produção agrícola altamente tecnificada como conseqüência utiliza pouca mão de obra, “qualquer processo migratório de massa sempre tende a associar demandas e ofertas de mão de obra” (TRUZZI, 2008, p.209).

Os fluxos migratórios intra-estaduais que ocorreram na última década, como é mostrado no mapa 2, apontam o surgimento de novas áreas de expansão no território matogrossense, para onde convergiram os movimentos de massas.

Observa-se que foram significativos os impactos nas dinâmicas econômicas e populacionais dessas regiões, redirecionando esses fluxos migratórios para regiões de maior dinamismo dentro do próprio Estado, como mostra os dados da região de Primavera do Leste na tabela 2, que na década de 90 teve expressivo crescimento de 13,3% a maior taxa de crescimento do Estado ante os 2,4% de Mato Grosso no mesmo período, ou na “migração de retorno” (CUNHA, 2005, p.5) que se intensificaram a partir da década de 90 quando segundo o autor 54%

dos migrantes que vieram para Mato Grosso, retornaram a seus Estados de nascimento. A região de Primavera do Leste compreende os municípios de Primavera do Leste e Campo Verde, município onde está localizado o acampamento Dom Osório, que é o interesse dessa pesquisa.

MAPA 2 - Taxas Médias Anuais de Crescimento segundo Microrregião - Mato Grosso 1991-2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e Resultados Preliminares do Censo 2000.

1.2. MOVIMENTOS SOCIAIS: A LUTA PELA POSSE DA TERRA

A luta pela terra no Brasil há muito é palco de convergências de discussões na vida da sociedade brasileira. Avanços e retrocessos causam polemicas entre governo, sociedade e estudiosos a respeito da reforma agrária (CALDART, 2001, p.211) e sempre volta às mesas como um tema polemico na agenda do País.

Ainda hoje, segundo Sigaud (2005, p.270) “o Estado Brasileiro não pôs em marcha uma política pública eficiente, nem tópica nem de larga escala”, de desapropriação de terras improdutivas que a Constituição de 1988 e a regulamentação de 1993 autorizam implementar no território nacional.

Na história do Brasil a luta pela terra esteve marcada por conflitos revoltosos camponeses retratados por fatos ocorridos em Canudos, cidade do Estado da Bahia, segundo registro dos historiadores, no final do século XIX, sob a forte liderança de Antonio Conselheiro. Outro registro, a se notar, foi o movimento do Contestado, fato ocorrido no Oeste Catarinense, no início do século XX (COMPARATO, 2001, p.106, VENDRAMINI, 2007, p. 1405).

A promulgação da Lei das Terras em 1850, estabelecia a compra como única forma de acesso à terra e abolia o regime de sesmarias, “que se assentava na grande fazenda voltada para a exportação e na utilização de força de trabalho abundante e barata disponibilizada, num primeiro momento, pelo trabalho escravo” (BUTTO, 2008, p.23). Os baixos salários e os preços das terras cada vez mais valorizadas, na época, inviabilizaram a aquisição de terras pelos trabalhadores rurais e escravos libertos, que formavam o campesinato brasileiro, legados a subordinação e opressão.

Um século depois, já no período do Golpe Militar de 1964, as manifestações populares foram reprimidas coersivamente entre outros com o objetivo de impedir a “cubanização do campo” brasileiro (SIGAUD, 2005, p.275) em nome da democracia brasileira, dado o processo de reforma agrária implantado em Cuba entre 1950 a 1960.

Sobre a questão fundiária brasileira, retomando Butto (2008, p.24) o autor enfatiza:

A democratização do acesso a terra e criação de condições para reforma agrária, somente se concretizará com o Estatuto da Terra de 1964, nele a reforma agrária é compreendida como o conjunto de medidas para promover uma melhor distribuição da terra da terra mediante modificações no regime de sua posse e uso, e assim atender aos princípios de justiça social e do aumento da produtividade. A partir de então, a política de reforma agrária se concentrará na implantação dos assentamentos voltados para a instalação das famílias de agricultores familiares.

A partir do final da década de 70, ainda referendando Sigaud, a luta pela terra, através das ocupações, traz um novo elemento para o tema da reforma agrária, o enfrentamento entre trabalhadores e “suas organizações” e os grandes proprietários.

Essas organizações surgidas na região Centro Sul do País, esses movimentos sociais se apresentam como “novos atores políticos” no cenário brasileiro, tratando-se de uma forma diferente da luta pela terra ou uma “nova forma de atuação política” (COMPARATO, 2001, p.105).

Diversas são essas formas organizativas em atuação no País, dentre as mais expressivas pode-se citar: CPT – Comissão Pastoral da Terra, MST – Movimento dos trabalhadores sem terra, FETAGRI- Federação dos trabalhadores da agricultura , MAST – Movimento dos agricultores sem terra, MLST – Movimento de libertação dos sem terra, MUST – Movimento unido dos sem terra, MTA- Movimento dos Trabalhadores dos assentados e acampados de Mato Grosso, Movimento das mulheres camponesas, entre outros.

Essas capacidades organizativas, podem até ter pouco impacto econômico ou resultados limitados a nível imediato, porém tem uma grande importância política nas causas sociais, especificamente do mundo rural. “Surgem quando as oposições sindicais rurais afloram e cresce a revolta popular urbana, quando a Igreja Católica, por meio da Teologia da Libertação assume sua preferência pelos pobres, pelos sem terra [...]” (VENDRAMINI, 2007, p. 1402).

Não há uma definição precisa sobre o movimento social, representativo das lutas pela terra, dado a complexidade de suas formas e estratégias de atuação. Sigaud (2005, p. 268) trata os movimentos como uma forma, uma linguagem simbólica, um modo, um “ato fundador de pretensões à legitimidade”, ou nas palavras de Vendramini (2007, p. 1398), “uma nova forma de produção da vida”.

A materialização dessas formas sociais tem na entrevista de João Pedro Stédile, líder do Movimento dos trabalhadores sem terra, concedida a *estudos avançados*, ao professor Alfredo Bosi e os Jornalistas Marco Antonio Coelho e Dario Luis Borelli (1997, p. 86), a dimensão dessas complexidades quando propugna seu pensamento: “o esforço do MST é ser um movimento social que consiga que os camponeses passem daquela consciência ingênua, corporativa, para uma consciência social”.

Os Movimentos sociais representativos da luta pela terra têm atribuições de mobilizações de “indivíduos inseridos em uma esfera complexa de relações sociais, sexuais e étnicas, inscritos de múltiplas formas” (SILVA, 2004, p.270) e cooptados entre, expropriados de terras, diaristas ou bóias frias, posseiros, assalariados rural e urbanos, trabalhadores desempregados, especificamente em Mato Grosso, das atividades mecanizadas do agronegócio.

O Movimento dos Trabalhadores acampados e assentados de Mato Grosso – MTA, trata-se de um movimento recente fundado em 2003, na cidade de Campo Verde – MT. Tem nas lideranças que se autoproclamam dissidentes do MST regional de Mato Grosso, a incumbência de se aliarem a outros movimentos com a missão de ocupação de terras improdutivas, tendo como força de ação, uma demanda de clientes da reforma agrária, hoje acampados em diversos municípios do sul de Mato Grosso.

Esses movimentos sociais fazem se reconhecerem pela disposição de sua força, estratégias discursivas e dos trunfos que a pertença e os interesses específicos lhes conferem e são os diferenciais nesta situação particular de luta coletiva das relações de “forças simbólicas” (BOURDIEU, 2004, p. 56).

1.3. FORMAS ALTERNATIVAS DE MOBILIZAÇÃO COLETIVA E FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL.

Os acampamentos humanos, identificados pela sociedade como “acampamentos de sem terra”, trata-se de uma nova modalidade de estratégia de mobilização, para a reivindicação e conquista de direitos democráticos de grupos de pessoas e famílias, que tem se apropriado e praticado como exercício de pressão “gestando vários modelos possíveis de diálogo da sociedade” (PIRES, 2008, p.106) com os governos de plantão, da sociedade entre seus membros e entre os diversos grupos que a formam.

O problema da luta pela posse da terra implica a luta por uma nova forma de se relacionar com a sociedade, Pires (2008, p.106-109) define que: “essa relação entre a cidade e o campo é fundamental para os estudos sobre o desenvolvimento”. Essa nova modalidade reivindicatória, é apresentada pela mídia em geral, como uma forma de pressão com capacidade de incomodar, entretanto, é preciso refletirmos sobre a “cidadania do ponto de vista da totalidade social”. Essas pessoas acampadas têm interesses, costumes e práticas, que interessa a toda comunidade local e sobre a “relação da cidadania com a sustentabilidade de um país”, pois os problemas de acampamentos e de acampados são problemas de todos.

Os acampamentos seriam comunidades em formação regidas por emoções e necessidades básicas do ser humano, as relações sociais estabelecidas pelos indivíduos que a compõem, fundamentam-se não apenas nas manifestações políticas, mas também em costumes, valores e símbolos de sua cultura, “a expressão das relações que cada indivíduo estabelece com seu universo mais próximo” (BOTELHO, 2001, p. 75). Os modos de pensar e agir, inerentes os processos de linguagem das crenças e superstições, do olhar trivial e percepção de fatos ou cotidianos não apenas engendram práticas culturais, mas também corroboram na solução de problemas em qualquer terreno do imaginável, “as práticas contribuem para dar as cidades uma dimensão humana” (CUELLAR, 1996, p.35).

Os acampamentos podem ser uma comunidade em formação porque se trata de um agrupamento de pessoas que temporariamente estão aglutinadas em um local, não há como distingui-los entre rural ou urbano, uma vez que estão sempre às margens das rodovias, seja em frente a fazendas ou na entrada das cidades. Ante essa visão sociológica de ação e os modos de se fazer transparecer pelos atores locais, através de ações coletivas e de suas práticas, decorrem “comportamentos ajustados de padrões culturais, que levam a transformação social pautada na resolução de conflitos e crises” (OLIVEN, 2001, p.02).

Vasconcelos (2002, p. 82) afirma que: “os julgamentos de gostos, de preferências não são o reflexo da estrutura social, mas um meio de afirmar ou de conformar uma vinculação social”, geralmente os acampamentos gestacionam conflitos a partir dessa iniciativa, pela batalha

constante da busca de reconhecimento, de afirmação e para se colocar socialmente no seio da sociedade. Por comportamentos ajustados de padrões culturais Oliven (2001, p.02) assim se reporta:

A dinâmica cultural implica um processo de desterritorialização e de reterritorialização. Idéias e práticas que se originam num espaço acabam migrando para outros, encontrando um ambiente muitas vezes diferente daquele no qual surgiram, mas acabam sendo adaptadas ao novo contexto e, por assim dizer entram no novo lugar.

Santos (1996, p.272/256) enfatiza que: “a ordem global desterritorializa” porque impõe uma única racionalidade a todos os lugares, por outro lado, a ordem local reterritorializa visto que “o lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”.

As territorialidades resultantes do agrupamento dessas pessoas, com suas práticas, costumes e símbolos referendados por essa nova “identidade popular” (FARIAS, 2005, p.661), tem na inferência de suas reivindicações o resgate da cidadania dos seus membros. Líderes e liderados que encontram respaldo, na postura agressiva, combativa e catalisadora dos movimentos sociais organizados dessas "estruturas sociais contemporâneas" (CODO, 2002, p.304) que se revelam uma força social sem precedentes para legitimarem a intermediação desse esforço e participação popular e os órgãos públicos emanadores das políticas públicas.

Segundo Pierre Bordieu (2004, p.118), a combatividade e busca de legitimação gera capital social, segundo ele:

A oficialização tem a sua completa realização na manifestação, acto (sic) tipicamente mágico, o qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido que aspira a institucionalização.

A concepção de capital social recebeu grande destaque a partir do debate sobre o desenvolvimento local desencadeado pela publicação do livro *Making Democracy*, de Robert

Putnam (1997, p. 177) que argumenta que uma sociedade civil é fundamental para o fortalecimento de uma ordem política democrática, a partir da internalização de normas sociais, que aumentam a previsibilidade de comportamentos alheios, tais como confiança interpessoal, regras de reciprocidade e tolerância a posturas diferentes. A existência de relações sociais de reciprocidade, de associativismo, garante não apenas o caráter democrático da sociedade civil como também determina o desempenho dos governos locais e de suas instituições (FREY, 2003, p. 166).

Com correlação de engajamento cívico e o desempenho das instituições governamentais sociais, Putnam (1997, p.177) teoriza capital social como: “dizem respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Em analogia a outras formas de capital, assim se reporta Coleman (1990, p. 320) sobre o capital social: “assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse”. Reforçando essas concepções Fukuyama (1996, p.76), numa visão mais contextualista assim se manifesta: “culturas inclinadas para associações voluntárias, por outro lado, podem criar grandes organizações espontaneamente não necessitando do apoio do Estado”.

Contrariando essa lógica, Rennó (2003, p.74) afirma que o Estado pode ter papel positivo na geração de ação coletiva independente na sociedade civil segundo ele “a intervenção estatal pode até mesmo estimular o ativismo cívico, principalmente quando tal intervenção diz respeito a garantir o acesso irrestrito e igualitário a um sistema legal eficiente”. Esse pressuposto é totalmente rechaçado por Robert Putnam porque para este, qualquer tipo de intervenção estatal na sociedade civil leva a prejuízos para a formação de ações coletivas independentes e eficazes.

O próprio Rennó (2003, p.75) entretanto, reconhece que: “estruturas de oportunidade política são fatores exógenos à sociedade civil que afetam a capacidade de mobilização e recrutamento de grupos sociais”. Pavarina (2003, p. 30) em seus estudos sobre capital social,

citando Fox enfatiza que: “o capital social num país ou região, pode por outro lado, ser diminuído ou descapitalizado”, e destaca o papel negativo dos conflitos sociais para a manutenção do capital social, tais como as guerras civis ou outras ações que rompam o nível de confiança institucional dos indivíduos. Interferências exógenas no querer e fazer das pessoas, leva ao desencorajamento em participações coletivas consequência da desconfiança gerada por essas intervenções.

Nas teorias sobre capital social, a confiança tem sido considerada uma variável essencial para o entendimento das influências que exerce, sobre vários aspectos da sociedade e ganha papel de destaque, nas ciências sociais e políticas no início de “círculos virtuosos de desenvolvimento das sociedades” (LUNDÅSEN, 2002, p.305-322), os componentes fundamentais da confiança seriam: risco, informação, expectativas em relação ao comportamento da contraparte, a possibilidade de obter confiança dos outros e a possibilidade de ter um retorno maior se confiarem. “A existência de laços de confiança mútua reforça os mecanismos de cooperação entre os habitantes e favorece o desempenho das instituições políticas” (REIS, 2003, p.35).

Mas há um pendular a considerar, um clima de desconfiança generalizada de grupos de pessoas, poderia reduzir a possibilidade de mobilização de massas? e o excesso de confiança, a que chamamos de *confiança cega* levaria os cidadãos a não questionarem as autoridades, cumprindo todas as regras sem questionamentos?. As pesquisas de Yamagishi, citados por Lundåsen (p. 315) revelam que os resultados empíricos comparativos mostram que pessoas que revelam confiança generalizada baixa, concordam em larga medida que é necessária prudência, mas isso não funciona no sentido oposto: porque os que demonstram alta confiança também mostram altos índices de cautela.

Portanto, não é contraditório confiar nas pessoas em geral e tomar cuidado com aqueles que não são confiáveis, donde se pode supor que as pessoas tentam ser prestativas de acordo com seus interesses imediatos. Robert Putnam (1997, p.184) atribui a formação de capital social à participação dos indivíduos em associações que estabeleçam relações de reciprocidade e reforcem os valores democráticos, desde que essas associações desenvolvam nos cidadãos, hábitos cívicos e confiança, de acordo com o autor:

Os fluxos de informações verticais costumam ser menos confiáveis que os fluxos horizontais, em parte porque o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração. E o que é mais importante, as sanções que resguardam as regras de reciprocidade da ameaça de oportunismo dificilmente são impostas de baixo para cima e, ainda que o sejam, dificilmente são acatadas. Somente um subalterno ousado ou imprudente, sem vínculos de solidariedade com seus iguais, tentaria punir um superior.

As relações preferencialmente horizontais (clubes desportivos, associações comutárias, cooperativas, entidades religiosas etc.), facilitam as ações dos indivíduos envolvidos, na resolução de problemas coletivos, e o estabelecimento dessas relações sociais e seus vínculos são geradores de capital social (PUTNAM, 1997).

CAPITULO II

O TERCEIRO SETOR E AS ARTICULAÇÕES COM ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS

2.1. NOÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO TERCEIRO SETOR

Um dos primeiros intelectuais políticos que deu ênfase ao associativismo, foi Alexis de Tocqueville na sua obra *Democracia na America* escrita em 1835 em que defende a importância do associativismo e a organização da sociedade civil de constituírem e atuarem como associações civis, descrita por ele como “a arte da associação”, proclama que o sucesso da democracia norte – americana é fruto de sua exuberante vida associativa, responsável quer pelo cimento social quer pela prática de uma peculiar concepção de autogoverno (KERSTENETZKY, 2003, p.53).

Os diversos membros da comunidade têm encontrado inovações de gestão Organizacional nas associações comunitárias, voluntárias, políticas, administradas de acordo com suas necessidades, tanto pela potencialização de processos de articulação quanto pela capacidade de adaptação e mudanças, interatividade e criatividade.

O Sociólogo Castells (2000, p. 423) afirma que:

Essa nova forma de poder reside nos códigos da informação e nas imagens de representação em torno das quais as sociedades organizam suas instituições e as pessoas constroem suas vidas e decidem o seu comportamento.

A participação popular na preparação e mobilização desse potencial endógeno, além de "intenso processo comunitário de caráter cultural e educativo" (TRAMONTE, 2003, p.91) implica em novas dinâmicas de articulação e interação, o chamado Terceiro Setor.

2.1.1. CONCEITOS DE TERCEIRO SETOR

A Constituição Federal (CF) de 1988, abriu um leque de possibilidades às formas associativas, ao promulgar o fortalecimento da influência dos atores sociais como forma de garantir às pessoas o direito de exercício da cidadania.

Em seu artigo 5º item XVII a CF promulga:

[...] é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar...

e no item XVIII:

[...] a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento...

A incapacidade governamental do atendimento a todas as demandas sociais, aliada ao descontentamento dos cidadãos ante os procedimentos do Estado, impulsiona o surgimento de novas formas de ação coletiva, pautados sobretudo na coesão social. Na verdade, em toda a sua evolução histórica o Brasil conheceu associações e movimentos participativos de vários tipos e matizes. Apenas a partir de 1964, com o golpe militar, e a decorrente decapitação de vários níveis de forças políticas e civis, a democracia no Brasil sofreu o golpe significativo, o do sentido.

Depois de um interstício, recobra-se em vários pontos a necessidade e a possibilidade de participação nos vários estratos decisórios e de planejamento da coisa pública. A sociedade civil volta a se organizar e a articular seus interesses.

De acordo com Szazi (2006, p. 22):

O crescimento do numero de organizações da sociedade civil verificado desde os anos 70 fez surgir um novo ator social, o denominado terceiro setor, o conjunto de agentes privados com fins públicos, cujos programas visavam atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social e, mais recentemente, proteger o patrimônio ecológico brasileiro.

O Primeiro setor é o governo, o Segundo Setor a iniciativa privada e o Terceiro Setor é constituído por "instituições que tem personalidade jurídica" (OLIVEIRA, 2006, p. 1), e como característica principal a filantropia ou não lucratividade no desenvolvimento de suas atividades.

Baseado no que chama de “modernização do setor publico” da Alemanha, o professor sociólogo Leo Kissler (2006, p.485), apresenta o quadro 1 abaixo, descrevendo um novo modelo ideológico pautado em uma nova governança pública, de um novo modelo regulatório de Estado e sociedade.

QUADRO 1. Relações entre Estado, Mercado e Sociedade

Modelo dos Três Setores		
Setor Público	Setor Privado	Terceiro setor
Administração direta federal, estadual e municipal	Mercado de concorrência pura	Organizações próprias (grupo de auto-ajuda e iniciativas comunitárias)
Administração própria (por exemplo: câmaras, universidades, seguridade social, IHK)*	Mercado de concorrência regulada (por exemplo: o setor de energia)	Associações (sociedade, clubes, associações de bem-estar social, cooperativas)
Entidades administrativas de direito privado (por exemplo, DFG** GTZ*** Instituto Goethe)		Interesses organizados (associações, ações conjuntas)
*Industrie-und Handelskammer (Câmara de Indústria e Comércio) **Deutsche Forschungsgemeinschaft (Sociedade Alemã para a Pesquisa) ***Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (Sociedade de Cooperação Técnica).		

Fonte: KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança publica: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. 2006, p. 485.

Neste modelo dos três setores, o Estado se transforma em ativador, valorizando os setores privados e o terceiro setor e com o propósito de mobilizar seus recursos e ativar as forças da sociedade civil, através do engajamento comunitário.

A tendência mundial de diversificação de fontes de financiamentos, do aumento de gastos de patrocinadores, fundações, associações voluntárias aliada a políticas de incentivos governamentais segundo Cuellar (1996, p. 42), “criam novas oportunidades e vínculos solidários”, que implicam em um sistema de relações de poder constituído em torno de processos locais (AROCENA, 1995, p. 20), esse sistema poderá desencadear novos requisitos e paradigmas enraizados no local, em novas dinâmicas de articulação e interação de inovações tecnológicas, que propiciem o desenvolvimento das potencialidades locais de geração de renda, através de novos padrões e organizações da sociedade civil.

2.1.2. HISTÓRICO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

As associações voluntárias surgiram na Inglaterra no Século XVII, para combater a fome a miséria e o desemprego, eram administradas pela própria comunidade (SELLI, 2006, p.6), no Brasil, apesar de existente no código civil de 1916, não havia nenhuma distinção entre sociedade e associação, visto que essa tem como característica principal a reunião de pessoas com interesses sociais e finalidades não lucrativas, até o advento da lei 9.790/99 (ver Anexo B) que trata das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), esse setor, pela falta de regulamentação, tinham contratos sociais das formas mais diversas e variadas possíveis, formando uma complexa colcha de retalhos, que dificultava a captação de recursos pelas entidades constituídas, não raro, muitas entidades alteravam seus estatutos sociais de acordo com necessidades e conveniências de última hora.

Sobre os diversos estudos sobre o terceiro setor, Kanitz (2007) afirma que “muitas entidades sem fins lucrativos são, na realidade, lucrativas ou atendem os interesses dos próprios usuários”. Um clube esportivo, por exemplo, é sem fins lucrativos, mas beneficia somente os seus respectivos sócios. Muitas escolas, universidades e hospitais eram no passado, sem fins lucrativos, somente no nome. São publicados números que vão desde 14.000 a 270.000 entidades existentes no Brasil, o que inclui escolas, associações de bairro e clubes sociais.

De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com a data de criação até o ano de 2002, o número de entidades no Brasil é de 275.895, com expressivo crescimento no país de 50,45% apenas na década de 1990 (ver Tabela 3), elevando assim substancialmente o número de entidades do terceiro setor atuantes no país.

TABELA 3 . Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos por Grandes Regiões, segundo data de criação da entidade.

Data de criação	Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
	Brasil		Grandes Regiões			
			Norte		Nordeste	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Total	275 895	100,00	11 715	100,00	61 295	100,00
Até 1970	10 998	3,99	188	1,60	1 244	2,03
De 1971 a 1980	32 858	11,91	839	7,16	3 636	5,93
De 1981 a 1990	61 970	22,46	2 243	19,15	10 811	17,64
De 1991 a 2000	139 187	50,45	6 868	58,63	37 503	61,18
De 2001 a 2002	30 882	11,19	1 577	13,46	8 101	13,22

Data de criação	Distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos					
			Grandes Regiões			
			Sudeste		Sul	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Total	121 175	100,00	63 562	100,00	18 148	100,00
Até 1970	6 344	5,24	2 844	4,47	378	2,08
De 1971 a 1980	17 687	14,60	8 621	13,56	2 075	11,43
De 1981 a 1990	28 818	23,78	15 801	24,86	4 297	23,68
De 1991 a 2000	55 417	45,73	30 188	47,49	9 211	50,75
De 2001 a 2002	12 909	10,65	6 108	9,61	2 187	12,05

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

Nos últimos vinte anos, parcelas organizadas da sociedade civil brasileira têm desenvolvido ações solidárias e de voluntarismo com objetivo de incrementar as condições de vida da população mais pobre, além da defesa de suas próprias lutas, consubstanciando ações de caridade através de movimentos sociais, igrejas, ONGs, campanhas pela cidadania, contra a fome, que tomaram vulto considerável a partir da década de 90 (PINTO, 2005, p.199/201), em seus estudos quanto ao problema da fome no Brasil, ela conclui que:

O exame do conjunto de ONGs leva a confirmação de que, na medida em que a questão social não é tratada pelo Estado, que se concentra na tese do crescimento econômico para tirar a população da miséria, ela passa a ser trabalhada pelos agentes da sociedade civil como questão pontual isolada, o que não permite políticas universalizantes que mudem a qualidade de vida das populações em situação de miséria.

Por outro lado, sobre opiniões divergentes dos efeitos da participação em associações, pontuadas em Coleman e Putnam, Lundäsén (2002, p.312) pontua: “O importante é que a criação de normas de reciprocidade e confiança dentro da sociedade civil não fica limitada às associações, mas gera externalidades positivas para a sociedade circundante”.

2.1.3. SISTEMAS ORGANIZACIONAIS DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

As organizações não-lucrativas, assim definidas, podem ter vários formatos legais ou organizacionais, como, por exemplo, associação, fundação, empresa, etc., e são criadas para uma variedade de finalidades. Essas organizações não existem primordialmente para gerar lucros, seja direta ou indiretamente, podem acumular excedentes num certo ano, mas esse excedente deve ser investido de volta na missão básica dessa instituição, não sendo distribuídos para os donos, fundadores, membros ou seus conselheiros.

Em seu estudo sobre Implicações democráticas das associações voluntárias, o professor português José Manuel Leite Viegas, pesquisador e participante na pesquisa internacional Citizenship, involvement democracy, patrocinada pela European Science Foundation, cita os tipos de organização atuantes na Europa por meio de uma pesquisa sobre as atitudes e o comportamento social dos europeus, aplicado em meados de 2001 em 12 países.

Com as análises fatoriais feitas pelo grupo de trabalho, para o estabelecimento de um grupo mínimo representativo, a pesquisa norteou seu inquérito em nove agrupamentos associativos sobre o envolvimento ativo dos atores e suas participações em atividades associativas, graus de interesse e trabalho voluntário (VIEGAS, 2004, p. 40/42), as associações estão assim organizadas:

- dos consumidores;
- de defesa de direitos de cidadania e valores;
- de interesses empresariais ou financeiros;
- de pais e moradores;
- de pensionistas e ex-combatentes;
- de solidariedade social e religiosa;
- desportivas, culturais e recreativas;
- de sindicatos e socioprofissionais;
- de partidos políticos.

Nos Estados Unidos, a Johns Hopkins University, tendo como um dos principais pesquisadores do Terceiro setor o Professor Lester Salomon, em cooperação com a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, através do seu Manual sobre Organizações Não Lucrativas no Sistema de Contas Nacionais (BETTIOL, 2005, p.35), divulgado pelo Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getulio Vargas, define o universo das organizações não-lucrativas, como por lei ou costume, não distribuem qualquer excedente, que possa ser gerado, para seus donos ou controladores consistindo em:

- são institucionalmente separadas do governo;
- são auto-geridas;
- não-compulsórias.

E classifica ainda entidades de acordo com a prestação de serviço de seus propósitos descritas nos itens abaixo relacionados:

- (a) **Provedores de serviços não-lucrativos** como hospitais, instituições de educação superior, creches, escolas, serviços sociais e grupos ambientais;
- (b) **Organizações não governamentais** que promovem o desenvolvimento econômico ou a redução da pobreza em áreas menos desenvolvidas;
- (c) **Organizações de arte e cultura**, incluindo museus, centro de artes dramáticas, orquestras, corpo de baile e ópera, sociedades históricas e literárias;
- (d) **Clubes esportivos** envolvidos em esporte amador, treinamento, Condicionamento físico e competições;
- (e) **Grupos de defesa** que trabalham na promoção de direitos civis e outros direitos, ou na defesa de interesses sociais e políticos gerais ou de grupos específicos de cidadãos;
- (f) **Fundações**, i.e., entidades que têm a sua disposição propriedades ou fundos usam a renda gerada por esse patrimônio tanto para fazer doações para outras organizações ou para financiar seus próprios projetos e programas;
- (g) **Associações comunitárias** ou étnico-culturais, associações baseadas em filiação e que oferecem serviços ou defendem os interesses dos membros de uma vizinhança em particular, comunidade ou povoado;
- (h) **Partidos políticos** que apóiam a eleição de candidatos para cargos políticos;
- (i) **Clubes sociais**, incluindo clubes automotivos e clubes de campo e que oferecem serviços e oportunidades de recreação para seus filiados e comunidades;
- (j) **Sindicatos, associações de profissionais e de classe** que promovem e protegem o trabalho, os negócios ou interesses profissionais;
- (k) **Congregações religiosas**, como paróquias, sinagogas, mosteiros, templos e santuários que promovem crenças religiosas e administram serviços e rituais religiosos. Contudo, uma igreja oficial incorporada à administração do Estado, particularmente aquela apoiada por impostos obrigatórios, não enquadrar-se-ia no critério de “institucionalmente separada do governo” e portanto, seria excluída do setor. Deve-se notar que as congregações religiosas são diferentes das instituições de serviços filiadas a religiões que atua em áreas como saúde, educação ou serviço social. Da mesma forma, organizações de serviços relacionadas a uma igreja estatal podem ser consideradas dentro do setor não-lucrativo, desde que seja uma unidade institucional separada e atenda a todos os critérios definidos.

No Brasil, a participação da sociedade civil organizada ganha maior evidência a partir de meados da década de 1980, quando se inicia o processo de redemocratização do País depois de mais de 20 anos de ditadura militar. A Constituição Federal promulgada em 1988, em seu texto e em leis complementares, é o marco regulatório sobre a sociedade civil organizada hoje no país. A partir de então e ao longo dos anos de 1990, cresceram no País diferentes tipos de organizações civis estabelecidas com as mais diversas finalidades, de acordo com interesses coletivos locais e que implementam parcerias com o Estado na co-gestão das políticas públicas de caráter social. (IBGE, 2004, p. 10).

Baseada na COPNI (Classification of the purpose of non-profit institutions serving households – classificação dos objetivos das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias) classificação definida e reconhecida como tal pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, o IBGE (idem p. 20), classifica as entidades sem fins lucrativos em grupos, usando como parametro a metodologia utilizada no manual sobre organizações não lucrativas no sistema de contas nacionais, elaborado por aquela divisão em parceria com a Universidade John Hopkins, o quadro abaixo foi adaptado para melhor compreensão dos sistemas organizacionais existentes no país.

Todas essas entidades são organizações não governamentais; o que é governamental é público, por outro lado o não governamental é privado que pode tanto ter fins lucrativos como não lucrativos. Para se qualificar como entidade não governamental necessariamente a entidade precisa ter fins não econômicos, filantrópicos. A maioria dos autores dá o nome sugestivo de Ong's, caracterizando e diferenciando apenas entidades de defesa de interesses de grupos, a nosso ver a sigla Ong pode significar organização não governamental, o que abraça todas as entidades do quadro 2 descritas a seguir.

Comparando-se as classificações apresentadas, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos e no Brasil, é possível perceber, que se existir alguma distinção, será somente na nomenclatura dos termos, uma vez que com relação aos objetivos com que as organizações são constituídas, os agrupamentos das organizações seguem praticamente os mesmos padrões e critérios de afinidades.

QUADRO 2. Classificação das entidades sem fins lucrativos no Brasil – IBGE-2002

Grupo	Representantes
1. Habitação	entidades atuantes especificamente neste setor
2. Saúde	entidades constituídas de hospitais e outros serviços de saúde
3. Cultura e Recreação	entidades de cultura e arte, esportes e recreação
4. Educação e Pesquisa	entidades atuando em ensino infantil, ensino fundamental ensino médio, educação superior, caixas escolares e similares, estudos e pesquisas, educação profissional, outras formas de educação/ensino
5. Assistência Social	entidades atuantes especificamente neste setor
6. Religiões	organizações constituídas com esta finalidade
7. Partidos políticos, sindicatos associações patronais e profissionais	organizações de partidos políticos, sindicatos, federações e confederações, associações empresariais e patronais, associações profissionais, associações de produtores rurais;
8. Meio Ambiente e Proteção animal	entidades atuantes especificamente com esta finalidade
9. Desenvolvimento e defesa de direitos	associações de moradores, centros e associações comunitárias, desenvolvimento rural, emprego e treinamento, defesa de interesse de grupos e minorias, outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos
10. Outras	condomínios, cartórios, sistema “S”, entidades de medição e arbitragem, comissões de conciliação prévia, conselhos, fundos e consórcios municipais, cemitérios e funerária, outras instituições privadas sem fins lucrativos não classificados anteriormente

Fonte: Adaptado de, As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil : 2002 / IBGE, Gerência do Cadastro Central de Empresas.

Alguns outros tipos de organizações tendem a ocupar uma “área cinzenta” (BETTIOL, 2005, p.35), transitam e se confundem entre o setor não lucrativo e os setores privado e governamental. É claro que essas orientações terão que ser aplicadas a grupos de organizações e não na base organização por – organização são as seguintes entidades enquadradas nessa área: Cooperativas, Associações mútuas de poupança e empréstimos, Quangos (Quase não governamentais), Grupos de auto-ajuda e Empreendimentos sociais de treinamento e geração de renda.

Geralmente essas entidades são formadas pelo agrupamento de pessoas com objetivos que procuram fortalecer interesses econômicos dos filiados que se juntam para alcançar metas de suporte que seriam inatingíveis individualmente. Os filiados se confundem entre sócios e associados ou o princípio de dono-cliente e procuram partilhar uma identidade coletiva para propiciarem prestação de serviços aos filiados e a comunidade, algumas funcionam como extensões de órgãos governamentais e têm alto grau de autonomia administrativa, mesmo que exerçam autoridade limitada.

Com atuações na esfera comercial, a conta satélite vai seguir genericamente o Sistema de Contas Nacionais, pelo fato de algumas dessas entidades gerarem e distribuírem lucros entre associados, logo não serão apropriadamente consideradas como parte do setor não lucrativo apesar de serem regidas por estatutos sociais e regimentos que normatizam suas atuações.

As despesas operacionais do terceiro setor no Brasil, movimentaram mais de 10 bilhões de reais no ano de 2002, o que corresponde a 1,5% do PIB naquele ano (BETTIOL, 2005, p.21; SZAZI, 2006, p. 21). Apesar do número expressivo, o valor está ainda longe se comparado aos países mais desenvolvidos, e muito aquém da representatividade e pelo

numero e pessoal empregado, e de voluntários, no exercício dessas atividades.

As mais de 275 mil organizações legitimadas empregam 1,5 milhões de assalariados, de acordo com a Tabela 4.

TABELA 4. Distribuição das fundações privadas e associações sem fins lucrativos e do pessoal ocupado assalariado segundo porte – Brasil.

Porte (faixas de pessoal ocupado assalariado)	Distribuição			
	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos		Pessoal ocupado assalariado	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Total	275 895	100,00	1 541 290	100,00
0	212 165	76,90	-	-
De 1 a 2	25 825	9,36	34 704	2,25
De 3 a 4	9 241	3,35	31 521	2,05
De 5 a 9	9 782	3,55	64 805	4,20
De 10 a 49	13 774	4,99	293 938	19,07
De 50 a 99	2 495	0,90	173 243	11,24
De 100 a 499	2 198	0,80	441 406	28,64
500 e mais	415	0,15	501 673	32,55

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002.

Também se pode observar que a maioria das entidades, isto é, 76,90%, não têm qualquer empregado. Pode-se levantar a hipótese de que parcela significativa dos serviços prestados por estas organizações é realizada por meio de trabalho não-remunerado ou informal.

As instituições com uma a duas pessoas ocupadas representam 2,25% do total. O reduzido porte delas pode ser ainda revelado quando se observa que as entidades com 10 ou mais empregadas também não ultrapassam 19,07% desse total.

Apenas 1% das entidades sem fins lucrativos são de grande porte, isto é, contam com 100 ou mais de 500 empregados. Nestas entidades estão concentradas pouco mais de 61% das pessoas ocupadas assalariadas no setor, o que significa que cerca de 2,5 mil entidades absorvem quase um milhão de trabalhadores.

2.1.4. ORDENAMENTO JURÍDICO DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

No Trabalho de Oliveira e Romão (2006), intitulado Manual do Terceiro Setor e instituições religiosas, os autores recorrem as Constituições promulgadas para mostrar a evolução dos dispositivos constitucionais aplicados ao terceiro setor. De acordo com os autores, a Constituição de 1824, atribuía responsabilidade a sindicatos e associações profissionais sobre a participação em atividades que eram precípuas do Estado, tais como amparo a desvalidos, a maternidade e a infância.

Na Constituição de 1937, também invocava o princípio da solidariedade, através do desenvolvimento das artes, da ciência e do ensino, na forma de associações subsidiadas pelo Estado e atribuídas por este para a iniciativa privada, particular ou coletiva.

A Constituição de 1946, retoma o benefício fiscal para a iniciativa privada que participa das funções do Estado, no princípio da solidariedade humana.

A consagração dos direitos sociais, com atribuições definidas de responsabilidade a iniciativa privada, veio com a Constituição de 1988, em que expõe de maneira mais clara sobre a necessidade de participação da iniciativa privada em campos onde anteriormente estava restrito exclusivamente para o Estado.

Os autores citados acima defendem (2006, p.28) que:

Como o Estado não consegue cumprir com a sua função social, surge então o fluxo de recursos que migram do Estado para as instituições do Terceiro Setor através de subsídios, incentivos fiscais, repasses de verbas, imunidades, isenções de tributos etc. Para que as ações seja desenvolvidas, firmam-se convenios, parcerias, e também, provocadas pelos seus idealismos, são levados a buscar recursos como os demais segmentos da sociedade organizada.

Para que as organizações possam estabelecer esses contratos, convênios ou parcerias com o poder público, faz-se necessário que as mesmas tenham registro civil das pessoas jurídicas em cartórios de registros e após esse ato constitutivo solicitem junto aos órgãos publicos uma qualificação para permeiarem os recursos públicos para a consecução das atividades a que se propõem.

A Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973 que dispõe sobre os registros publicos enuncia em seu artigo 120 “O registro das sociedades, fundações e partidos políticos consistirá na declaração, feita em livro, pelo oficial, do numero de ordem, da data de apresentação e da espécie do ato constitutivo” (GARCIA 2004, p.118). Devem também fazer constarem em seus estatutos sociais a denominação da entidade com respectivo endereço, finalidades e por quanto tempo será sua duração como entidade representativa, precisa também explicitar o modo como se administra e representa a sociedade e se seu estatuto ou contrato ou compromisso é reformável e as condições de extinção da pessoa jurídica e o destino final de seu patrimonio.

É necessário que constem também na ata de fundação da entidade os nomes dos fundadores e dos membros da diretoria provisória ou definitiva, com indicação da nacionalidade, estado civil, profissão e endereço de cada membro da entidade constituída. São as seguintes as regulamentações sobre como as entidades podem se qualificarem para terem acesso aos recursos dos programas governamentais estatuídos para o atendimento das demandas locais.

2.1.4.1. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP

A Lei 9790/99 - mais conhecida como a lei do Terceiro Setor, representa o marco regulatório legal que regula as relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil e visa no geral, estimular o crescimento do Terceiro Setor e o fortalecimento da sociedade civil. Fortalecer a Sociedade Civil significa investir no Capital Social.

Por trás da nova lei, existe a avaliação de que o olhar público da Sociedade Civil detecta problemas, identifica oportunidades e vantagens colaborativas, descobre potencialidades e soluções inovadoras em lugares onde as ações Estado não conseguiram alcançar. É antes de tudo uma parceria entre Estado e Sociedade em prol de desenvolvimento local, pois as ações políticas da Sociedade Civil são capazes de mobilizar recursos humanos, financeiros e sinergizar iniciativas.

A expansão e o fortalecimento do Terceiro Setor é uma responsabilidade, em primeiro lugar, da própria sociedade, que deve instituir mecanismos de transparência e responsabilização capazes de propiciar a construção de sua auto-regulação, independentemente do Estado.

A Lei 9.790/99 foi regulamentada pelo Decreto 3.100, de 30 de junho de 1999. A Medida Provisória 2.216/2001 alterou o prazo previsto no art. 18 da mesma Lei. Os procedimentos para a obtenção da qualificação das entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, como passaram a ser chamadas, foram disciplinados pelo Ministério da Justiça por meio da Portaria 361, de 27 de julho de 1999, “na sua essência, buscou reconhecer o caráter público de um conjunto de organizações da sociedade civil até então não reconhecidas pelo Estado” (OLIVEIRA, 2006, p. 19).

Ou nas palavras de Szazi (2004, p.60):

A classificação realizada pela Lei 9790 de 1999 foi um avanço na identificação da pluralidade de iniciativas sociais de interesse público promovidas por inúmeras associações e fundações já existentes no país.

Esse recorte abarca tanto os tradicionais campos de atuação das organizações sem fins lucrativos (educação, saúde e assistência social), quanto os novos campos de atuação.

Para a obtenção dessa qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), a entidade pretendente a esta qualificação terá necessariamente que atuar em alguma das atividades conforme preceito estabelecido na Lei 9790 no art. 3º (ver Anexo B), em ações de promoção de assistência social, educação saúde gratuitas, defesa e conservação ambiental e do patrimônio histórico e artístico, de direitos estabelecidos e da ética, cidadania e outros valores universais e ou o desenvolvimento de tecnologias alternativas que gerem rendas e empregos.

Entretanto não são passíveis de qualificação como organizações da sociedade civil de interesse público, mesmo que se dediquem a qualquer forma as atividades descritas no artigo 3º da lei, as entidades na área cinzenta descritas acima além de: fundações públicas, sociedades comerciais, sindicatos e associações partidárias e de classe ou de representação profissional, enumeradas de acordo com o Art. 2º.

As organizações que pleiteiam essa qualificação, de organização da sociedade civil de interesse público, têm uma relação mais privilegiada com o Estado na busca de fomento para suas atividades e acesso facilitado na captação desses recursos públicos de forma direta ou indireta, os autores vêem ainda as seguintes vantagens (OLIVEIRA, 2006, p. 20, SZAZI, 2006, p. 97):

- a) acesso a recursos públicos para financiamento de projetos via termo de parceria;
- b) acesso a recursos privados, pelo uso de incentivos fiscais pela empresa patrocinadora, que deduz as doações como despesa;
- c) possibilidade de remunerar dirigentes estatutários, sem perda de imunidade ou isenções fiscais;
- d) possibilidade de receber doações de bens móveis da União e de mercadorias apreendidas pela Secretaria da Receita Federal;
- e) atuação no ramo do microcrédito, com taxas de juros de mercado sem infringir a lei da usura (12% ao ano).

Além da regulamentação das entidades organizadas pela sociedade civil e que executam atividades com os governos seja através do estabelecimento de contratos ou convênios seja através de parcerias, o maior ganho com essa lei, contudo, é o fato de que a diretoria da entidade possa ser remunerada sem a perda da imunidade ou isenções fiscais.

Essa possibilidade favorece as entidades visto que o trabalho voluntário sempre se realiza no que se pode chamar de sobra de tempo, assim as atividades contratadas com certeza terão lapsos de descontinuidades, que prejudicam a execução dos projetos e principalmente a prestação de contas das atividades desenvolvidas. Se bem aplicado essa normativa e tendo a entidade capacidade de pagamento para a diretoria executiva, a organização mais do que capacidade administrativa no empreendimento de seus atos, tornar-se-á mais profissional em seus afazeres.

2.1.4.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL - “OS”

Outra modalidade de qualificação de entidades sem fins lucrativos são aquelas em que possam desenvolver atividades públicas conjuntamente com o poder público, através de atividades que sejam dirigidas ao ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

A Lei 9.637, de 15 de maio de 1998 (ver Anexo C), que regula essa forma de qualificação, promulga em seu artigo 5º que o instrumento firmado entre o poder público e a entidade que pleiteia essa qualificação com vistas à formação de parceria, é através do contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, onde deverão constar atribuições, responsabilidades e obrigações entre estes.

No parágrafo único do artigo 6º a alusão a esses procedimentos está assim descrito:

Parágrafo Único: O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovado pelo conselho de administração entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

Os preceitos de constituição para entidades que pleiteiam essa qualificação são os mesmos promulgados Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, entretanto a atuação dessas entidades está condicionada a aprovação e conveniência do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado.

Geralmente as entidades em busca dessa qualificação são as de pesquisa, ensino e de inovações tecnológicas. Entidades que buscarem essa qualificação encontrarão muitas dificuldades na execução do contrato de gestão acordado e apontam-se as seguintes desvantagens:

- a) falta de profissionalismo das diretorias executivas das entidades constituídas;
- b) desconhecimento de ambos os lados, Estado e Sociedade, de práticas de gestão compartilhada;
- c) excesso de burocracia dos agentes do Estado;
- d) trocas constantes de comandos dentro dos Ministérios ou de órgãos estatais;
- e) falta de clareza na governança por se tratar de órgão colegiado de deliberação com a participação de Estado, Organizações e Comunidade;
- f) ingerências dos agentes governamentais na gestão e decisões associadas.

2.1.4.3. COOPERATIVAS SOCIAIS

Apesar de estarem aludidas no Manual sobre Organizações Não Lucrativas são Sistema de Contas Nacionais da Johns Hopkins University, como entidades com distinção

numa “área cinzenta”, Garcia (2004, p. 57) tem uma opinião de defesa das Cooperativas Sociais que não poderia deixar de se mencionar nesse trabalho.

Esse autor recorre ao artigo 4º da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, para definir a natureza civil da atividade cooperativa, pois segundo o autor é o objeto quem define se uma pessoa jurídica é de natureza comercial ou de natureza civil.

As cooperativas são constituídas com o fim de contribuir com bens e serviços que buscam um “objetivo comum à comunidade que formam... extrapola os interesses privados dos cooperados, servindo na maioria das vezes ao bem comum de uma parcela da sociedade”.

A Lei 9.867 de 10 de novembro de 1999, entretanto, limita essas ações sociais quando enuncia em seu artigo 1º (SZAZI, 2006, p. 225):

As cooperativas sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos.

Por pessoas em desvantagem no mercado econômico a Lei define: os deficientes físicos e sensoriais, os deficientes psíquicos e mentais, os dependentes químicos, os egressos de prisões e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

Nesse mister, então, acredita-se também que as cooperativas sociais organizadas com essas novas modalidades jurídicas, e com essa legislação específica, devem ser consideradas como formas associativas sem fins lucrativos como entidades do Terceiro Setor.

2.2.ARTICULAÇÕES ENTRE O TERCEIRO SETOR E O SETOR PÚBLICO

O Terceiro Setor se fortalece imbuído no querer de pessoas. São as pessoas com seus sentimentos, necessidades e ideais que a cada ano consubstanciam organizações preocupadas com a dignidade humana, com as carências da população mais pobre, com as questões ambientais, enfim com as vicissitudes geradas no convívio dos cidadãos e as diversidades sócio-econômicas da sociedade contemporânea.

Interesses individuais a parte, a grande maioria das organizações, trazem em suas finalidades a preocupação de minimizar carências, através do aglutinamento de pessoas que preceituam a sua responsabilidade social como uma doação de si para com o próximo, e assim a cada tragédia, a cada sentimento de inexpressabilidade, a cada injustiça ambiental e social, mais e mais pessoas se organizam nas mais diversas formas regimentais de controle de atitudes para fazerem prevalecerem o seu querer.

As Leis ordinárias que legitimam essas organizações da sociedade, são ainda embrionárias uma vez que esse fato novo no seio da sociedade, ainda carece de mais estudos, de orientação de gestão organizacional dos agentes envolvidos tanto na captação quanto na administração dos recursos financeiros e humanos capitalizados, nos problemas contábeis e fiscais advindos dessas captações, enfim o Terceiro Setor ainda vive uma crise de identidade apenas sobrepujada pelo querer de algumas pessoas.

E não param por aí, o Terceiro Setor vive com dificuldades e para a consecução de seus objetivos, depende não apenas da benevolência de pessoas físicas ou jurídicas, mas também, e talvez isso seja o maior obstáculo, dos recursos fomentados pelo primeiro e segundo setor, mais especialmente do primeiro em que a maioria das ações se articulam para a resolução de problemas comunitários.

O Segundo setor começa a se posicionar socialmente, porque também passaram a incluir em suas finalidades de negócios, o que convenciou-se chamar de responsabilidade social, para que possam passar a imagem de atuação de longo prazo na comunidade, e não apenas as visões de lucro que os negócios sugerem. Assim, os fortalecimentos da sociedade civil e do reposicionamento do papel do Estado, corroboram estes posicionamentos.

2.3. FORMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

O Terceiro Setor está elegível aos recursos do Estado através de duas situações, imunidades tributárias e financiamento com recursos do orçamento público. Percebe-se que a maioria dos presidentes dessas organizações, desconhecem essas formas de atuação junto ao poder publico (PIRES, 2008, p.114), sendo assim elaborou-se o quadro 2 para resumir e mostrar como essas pessoas jurídicas poderiam estar atuando conjuntamente com os poderes constituídos, ao invés de ficarem com o “pires na mão”, como diz o ditado popular, atrás de deputados e vereadores, que na maioria dos casos também desconhecem essas formalizações visando o estabelecimento de parcerias.

Sobre imunidades tributárias o quadro 2 mostra quais as entidades quem podem se beneficiar e quais os requisitos necessários para essas imunidades, contextualizados em legislação vigente tem na Constituição Federal o preceito Maximo de imunidades estabelecido entre o poder publico e as organizações da sociedade civil, no artigo 150, inciso VI, alínea C, preceitua:

[...] é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal aos municípios instituir imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Dessa forma, essas imunidades que são renúncias fiscais que o Estado assegura, para que as entidades beneficiadas possam aplicar esses incentivos em atividades que visem o desenvolvimento social do país, são formas legais que o Estado encontrou para o atendimento das demandas sociais crescentes no país e pelo poder de articulação que o terceiro setor tem em relação às comunidades, torna-se evidentemente em uma gestão compartilhada de ações.

Apesar do número de entidades sem fins lucrativos constituídas ter dobrado em número na década de 90 (ver Tabela 3), passando de pouco mais de 60 mil na década de 80 para quase 140 mil na década de 90, fica evidente que esse fato é propiciado por inúmeras entidades serem criadas com os mais diversos objetivos, e uma demonstração da resposta da sociedade civil, perante as políticas públicas estabelecidas pelos governos e também pelo amparo legal das OSCIP e OS.

Os gestores do terceiro setor precisam ficar atentos a esses fatos, pesquisarem o que de concreto há em seu município ou estado, e reivindicar junto às câmaras legislativas, que baseados nas leis federais, façam chegar essas imunidades também em suas comunidades locais.

O quadro 3 a seguir foi montado para facilitar o entendimento a toda informação com relação a imunidades tributárias, mostrando quais as leis em que se embasam essas imunidades, quais as entidades que se enquadram nas especificidades da lei e o que deve estar previsto no estatuto para a garantia da imunidade. Percebe-se que as entidades com essas qualificações, estão praticamente imunes a impostos federais, e da maioria dos impostos estaduais e municipais com regulamentações a essas imunidades. Entretanto, são poucas as diretorias executivas das organizações não governamentais que têm conhecimento dessas legislações, e, o que poderia ser um avanço em questões administrativas, a falta dessas informações torna-se complicadores para elaboradores de projetos e contadores prestadores de conta desavisados.

QUADRO 3. Imunidade tributária para as entidades sem fins lucrativos

IMPOSTOS FEDERAIS			
IMPOSTOS CONTRIBUIÇÕES	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	ENTIDADES BENEFICIADAS	REQUISITOS PREPOSTO
Imposto de Renda Pessoas Jurídicas	LEI 9532/97 – artigo 15 RIR/99 – Regulamento Imposto de Renda. Artigos 170 e 179;IN SRF 28/98 e 127/98	Instituições: recreativas, culturais e científicas, associações civis sem fins lucrativos	LEI 9532/97 artigo 12
Imposto sobre a Propriedade Rural - ITR	DECRETO 4382/02 Artigo 3º	Entidades sem fins lucrativos que possuam áreas rurais.	Que aplique resultado financeiro integralmente em seus programas e atividades sociais.
Contribuição Social sobre o Lucro – CSSL	LEI 7.689/88	Associações civis sem fins lucrativos	
Contribuição Previdenciária - INSS	LEI 8.212/91 DECRETO 3048/99 artigos 206 a 210 IN 3 - MPS	Entidades beneficentes de assistência social	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	LEI COMPLEMENTAR 70/91 Artigo 6º, III MEDIDA PROVISÓRIA 2158-35/2001 artigos 14 e 17, PN CST 5/92, LEI 9718/98, LEI 8212/91, MP 1858/99	Instituições de educação e de assistência social Instituição de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações. Fundações de Direito Privado	Utilidade Pública Federal Estadual e Municipal, Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, não remunerar diretoria da entidade. LEI 8212/91 artigo 55
Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS	LEI 10.637/2002 MP 2158-35/2001	Instituições de educação e de assistência social Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações. Fundações de Direito Privado	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, não remunerar diretoria da entidade.

Continuação...

Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	LEI 4502/64 DECRETO 2637/98	Instituições de educação e de assistência social Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações.	
Imposto de Importação	LEI 8032/90 artigo 2º, inciso I, alínea “b”. DECRETO 4543/2002 CF artigo 150, VI, “c” e § 6º	Instituições de educação e de assistência social Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações.	
Imposto de Exportação		Alíquota zerada maioria mercadorias para entidades do Terceiro Setor	
Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros - IOC		Não há benefício às entidades do Terceiro Setor	
Imposto sobre Operações Financeiras		Não há benefício às entidades do Terceiro Setor	
IMPOSTOS ESTADUAIS			
IMPOSTOS CONTRIBUIÇÕES	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	ENTIDADES BENEFICIADAS	REQUISITOS PREPOSTO
ICMS	Depende de isenção concedida por Lei Estadual ou mediante convenio firmado por representantes de todas as unidades da federação no Conselho de Política Fazendária - CONFAZ	Entidades do Terceiro Setor	
Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA	Código Tributário Nacional CTN – artigo 14 Legislação Estadual Pertinente		
Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Causa Mortis e Doação - ITCMD	CF – artigo 150 inciso VI, alínea “c” Legislação Estadual Pertinente	Instituições de educação e de assistência social Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações.	

Continuação...

IMPOSTOS MUNICIPAIS			
IMPOSTOS CONTRIBUIÇÕES	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	ENTIDADES BENEFICIADAS	REQUISITOS PREPOSTO
Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU	Legislação Municipal	Entidades de educação e de assistência social	Inscrição Municipal Alvará de Licença de Funcionamento
Imposto sobre Serviços de qualquer natureza ISS	CTN – Código Tributário Nacional – artigo 14 Legislação municipal pertinente	Instituições de educação e de assistência social Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações.	
Imposto sobre transmissão de bens imóveis por ano inter vivos – ITBI	CTN – Código Tributário Nacional – artigo 14 Legislação municipal pertinente	Entidades de educação e de assistência social	

FONTE: Adaptado de Szazi(2006) e Oliveira e Romão (2006)

Mas os benefícios a essas legislações somente serão conseguidas pelas entidades sem fins lucrativos após a apresentação aos poderes públicos, de projetos pormenorizados de atuação com planilhas detalhadas físico financeiras de execução, além de planos de trabalhos especificando metas, atividades e prazos de execução.

Sem esses procedimentos não há como essas entidades se beneficiarem dos recursos públicos, e estabelecerem ajustes com os programas governamentais. As formas de financiamento de recursos dos orçamentos públicos são as transferências através das seguintes modalidades:

Convênios, acordos ou ajustes : são o meio jurídico para a execução de serviços de interesse mútuo entre organizações das administrações públicas com entidades públicas e organizações do terceiro setor estão previsto no decreto 93.872 de 23/12/1986, que dá tratamento distinto aos convênios e descrito em seu artigo 48 como se segue (SZAZI, 2006, p.181) :

Os serviços de interesse recíproco dos órgãos e entidades da Administração Federal e de outras entidades públicas ou organizações particulares poderão se executados sob regime de mútua cooperação, mediante convenio, acordo ou ajuste.

Contratos: essa forma jurídica é pressuposto na lei 8666/93 – lei das licitações (SZAZI, 2006, p.181) que define como sendo todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, o artigo 54 parágrafo primeiro preceitua:

Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

Contratos de gestão: trata-se da forma jurídica estabelecida entre a Administração Pública e entidade qualificada como organização social visando o estabelecimento de parcerias entre

essas organizações está regulada pela lei 9.637/98 (SZAZI, 2006, p.214) que dispõe sobre a qualificação de entidades como organização social e no seu artigo 6º assim está transcrito:

O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.

Termos de parceria: foi instituído pela Lei 9790/99 (GARCIA, 2004, p. 134) que tem em seu artigo 9º caracterizado como instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público, destinadas a formação de vínculo de cooperação para o fomento e execução das atividades de interesse público. A regulamentação da Lei foi realizada pelo Decreto 3.100/99 que em seu artigo 8º parágrafo único o disciplina como:

O órgão estatal firmará o Termo de Parceria mediante modelo padrão próprio, do qual constarão os direitos, as responsabilidades e as obrigações das partes e as cláusulas essenciais descritas no art. 10 § 2º da lei 9790/99.

Para cada modalidade de qualificação das entidades sem fins lucrativos, há uma formalidade jurídica específica que regula a gestão e as formas pela qual o terceiro setor tenha acesso aos recursos distribuídos nos programas governamentais previstos nos orçamentos públicos. A gestão do terceiro setor é, na verdade, gestão de complexas ações planejadas à longo prazo, que interferem umas nas outras como teias delicadas, que implicam séries de consequências e de intersecções com várias instituições que tem como resultado a formação de redes comunitárias.

2.4. PRESSUPOSTOS PARA A FORMAÇÃO DE REDES COMUNITÁRIAS

A atuação do Terceiro Setor em uma cidade, uma comunidade, um local, tem mais sucesso quando interage com o primeiro e segundo setor e principalmente com outras organizações locais comunitárias, visto que a força que move o terceiro setor está na

solidariedade entre seus membros e nas parcerias que estabelece solidariamente em arranjos propiciados por estas formas de atuação.

A solidariedade de acordo com Geertz trata-se de "um sistema de significados compartilhados pelos membros de uma coletividade que os utilizam em suas interações e relações" (apud PRUDENTE, 2000, p.2), vincula o indivíduo a vida, aos interesses e as responsabilidades de um grupo social, de uma nação, ou por processos participativos *en un tipo de desarrollo que no sólo es realizado para el pueblo sino también por el pueblo* (CLAXSTON, 1994, p. 40).

Processos participativos têm na cooperação, uma forma de relacionamento humano que tem na "confiança o componente básico das relações sociais" (PUTNAM, 1996, pág. 180, FUKUYAMA, p. 149), a comunhão de indivíduos que se agrupam com interesses ou propósitos coletivos, aliados a um sentimento de pertença, e espírito de coesão, emergem como comportamentos para a superação de problemas de benefício mútuo.

Trabalhos voluntários em formas de mutirões comunitários promovidos por organizações sociais de interesses difusos, tanto quanto as doações espontâneas e desinteressadas para igrejas, escolas, bibliotecas ou de bens materiais como vestuários, móveis, equipamentos, mais do que condição própria do ser humano e sua dignificação como pessoa, propicia engajamento cívico, entretanto, sem liderança, a solidariedade permanece latente.

Sucessivas ações participativas de práticas culturais e acúmulo de experiências vivenciais experimentadas pela comunidade, permeiam um conjunto de novas possibilidades, incrementam a cultura da solidariedade, e desencadeiam "estruturas capazes de expandir de formas ilimitadas" (CASTELLS, 2000, p.498) nas mais diversas formas de organização da comunidade, que se conectados entre si formarão uma rede comunitária.

O Mundo oferece as possibilidades: o lugar as ocasiões, esse enunciado do renomado geógrafo Milton Santos (1996, p 132) é reforçado pelo filósofo Giustina (2004, p.7) que prenuncia “que a nova sociedade é a representação solidária da participação de pessoas em grupos de interesses comuns”.

Do ponto de vista do diplomata Cuellar em que "novas alianças são requeridas como elementos indispensáveis para a resolução criativa de problemas" (1996, p. 11), a necessidade da sustentabilidade local, os interesses interiores na comunidade, a governança local dos conflitos advindos desses interesses tanto particulares quanto coletivos e a atuação também de interesses, de agentes exógenos à comunidade, podem fazer emergir uma teia complexa de relações sociais que articuladas redundarão em redes de cooperação regionais.

Conforme Marteleto (2004, p. 41) “redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, etc.) conectados por algum tipo de relação”. O Sociólogo Forni (2004: p. 7) define redes como:

Conforman organizaciones con orígenes, fibrações institucionales, actividades y estructuras organizativas diferentes (organizaciones de base, hasta escuela, cooperadores, fundaciones, clubes, iglesias y de otro tipo) que se articulan en una misma lógica.

E nomeia como princípios norteadores a transparência, participação ampla, comunicação permanente, confiança e autogestão. Baseada no cotidiano das comunidades e pelos seus contextos relacionais ANDRÉ (2003: p. 122), classifica quatro tipos de Redes:

- Redes de relações familiares
- Redes de relações de vizinhança/amizade
- Redes de relações empresariais/ Trabalho e produção
- Redes de relações institucionais/organizacionais

As redes de relações familiares, são práticas solidárias de reciprocidade, tem na sociedade indígena, o exemplo mais forte de sobrevivência como premissa intergeracional de sua cultura. Em sociedades urbanas quanto rural, pode ser medido pelo grau de cooperação entre os membros da família, que resultam em atos de acolher, cuidar, hospedar, amparar, entes familiares, não apenas como representação mental de benefício mútuo, como também pela força que move o bem geral do indivíduo estimado.

Segundo Castells (2000, p. 79) "As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja vila, cidade, subúrbio", estabelecendo vínculos de relações de vizinhança, com base na amizade, confiança e identidade, que redundam em mecanismos informais de solidariedade mutua. É o caso dos mutirões realizados pelas igrejas ou associações em caso de sinistro, ou de campanhas de doação de bens tanto quanto de trabalhos voluntários de beneficência de concidadãos.

As redes de trabalho e produção, empresariais, "geram iniciativas e gestionam projetos" (FORNI, 2004, p. 7) que têm como vantagem a maximização de recursos, de energia e de esforços. Potencializam o surgimento de arranjos locais que numa superposição de lógicas e dinâmicas distintas, como a articulação de ações, confere a criatividade de novos conteúdos e auto-renovação, "constituindo assim um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio" (CASTELLS, 2000: 498).

As redes de relações Organizacionais/Institucionais têm encontrado nas Associações Comunitárias, inovações de governança das necessidades locais. A incapacidade governamental do atendimento a todas as demandas sociais, aliada ao descontentamento dos cidadãos ante os procedimentos do Estado, impulsiona o surgimento de novas formas de ação coletiva como anseios da nova sociedade civil de acordo com Le Bourlegat (COSTA - org, 2003, p. 2) conformando um novo desenho institucional de coesão social e solidariedade.

O sociólogo Manuel Castells (2000, p.192) afirma ainda que cada sociedade tende a gerar os próprios sistemas organizacionais. Os diversos indivíduos da comunidade organizam suas ações nos espaços políticos, encontram iniciativas, inovações e capacidades que o filósofo Mance (2000, p. 179) define como função: "garantir a todas as pessoas as melhores condições materiais, políticas, educativas e informacionais para o exercício de sua liberdade, promovendo assim o bem-viver de todos e de cada um".

Os acampamentos humanos são frutos de necessidades, iniciativas e capacidades de mobilização dos movimentos sociais que os promovem, essas socializações e mobilizações propiciam o desenvolvimento de redes próprias de cooperação, em articulações endógenas e exógenas entre este e outras formas organizativas e comunitárias.

A análise do perfil do acampados do acampamento Dom Osório no município de Campo Verde - MT, a seguir pode ajudar a esclarecer como essas necessidades, motivadas por interesses e as relações sócio territoriais advindas do agrupamento dessas pessoas, estão contribuindo ou não para a formação de uma rede comunitária com implicações no desenvolvimento local sustentável do assentamento em vista.

CAPITULO III

O ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO E O AMBIENTE SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAL

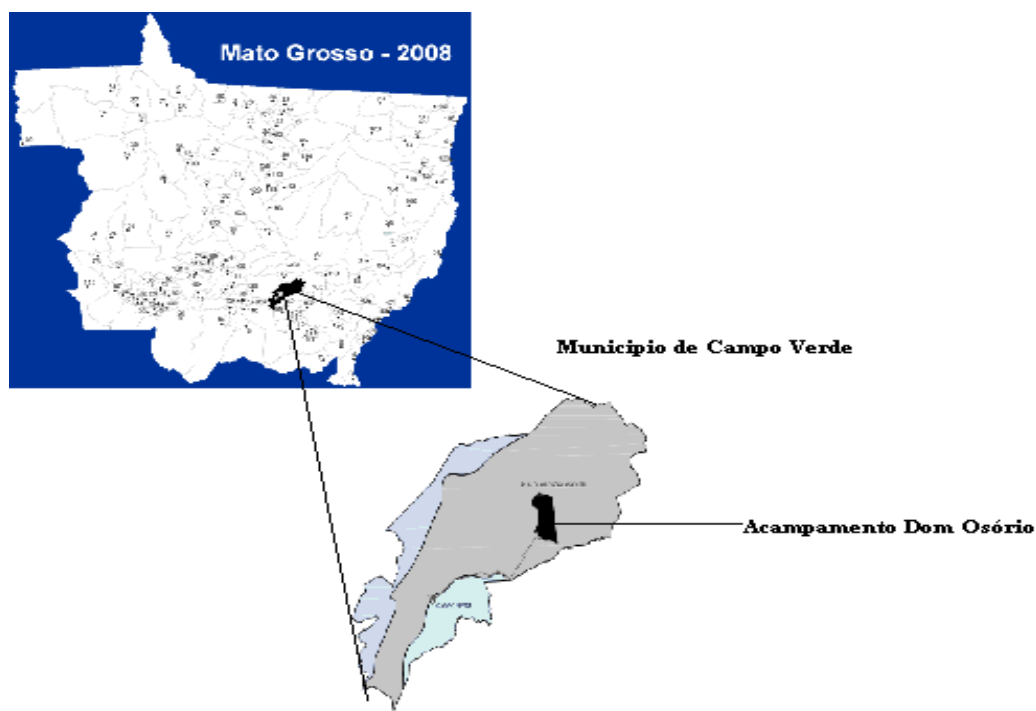
3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO

O acampamento Dom Osório está localizado no município de Campo Verde Estado de Mato Grosso, dentro da fazenda Boa Esperança (ver Figura 2), propriedade objeto de desapropriação para fins de reforma agrária pelos requerentes do MTA.

O município de Campo Verde, situa-se na microrregião de Primavera do Leste, no sul do Estado de Mato Grosso (ver mapa 2), estrategicamente localizado com distancias equidistantes da metrópole, Cuiabá, e dos pólos regionais de Primavera do Leste e Rondonópolis.

O acesso ao acampamento é feito através da BR 070. No km 342 entra-se a esquerda no sentido rodoviário de Campo Verde a Primavera do Leste, segue-se pela estrada vicinal por 25 km até o Rio das Mortes, que é o limite natural de confrontação da fazenda Boa Esperança.

MAPA 3 – Localização do Acampamento Dom Osório, município de Campo Verde – MT.



Fonte: FAED - PDA (2008)

Quando do início dessa pesquisa em fevereiro de 2008, através de visitas periódicas de observação ao acampamento Dom Osório, percebeu-se haver 300 famílias que estavam divididas em 2 grupos denominados grupo 1 e grupo 2, dentro da fazenda Boa Esperança.

Esta fazenda possui duas sedes, uma bem próximo a entrada no Rio das Mortes, e outra distante a 10 km desta, praticamente no meio da fazenda. As famílias estão divididas em dois agrupamentos, em torno dessas sedes, segundo os coordenadores do movimento, foi preciso essa divisão para a ocupação e controle do território.

Entretanto, percebe-se nitidamente haver um conflito de dominação de apropriação do local, assim, eles se autodenominam pertencentes a um grupo específico, apesar do objetivo de todos seja estabelecer o assentamento nesta fazenda, curiosamente as pessoas têm sentimentos de pertencimento distintos. Para as reuniões com o INCRA, há uma comissão paritária com representantes dos dois grupos.

Indagados sobre esse comportamento, os coordenadores locais afirmam ser necessário essa divisão para um controle da fazenda, mas os jogos de interesses dessas coordenações favoreceram esse sentimento de divisão e apropriação dos espaços, no caso as sedes, criando uma situação de animosidade entre o grupo com demonstrações conflituosas de poder e atitudes. As ações como: tomadas de decisões através das assembléias e reuniões, mobilizações, práticas culturais de religiosidades e festas populares, ocorrem separadamente em cada grupo. Não há ações compartilhadas. Mas porque essa divisão, se o objetivo final é o assentamento de todos? Essa indagação, também se pretende entender neste trabalho.

FOTO 1 - Vista panorâmica do Acampamento Dom Osório, município de Campo Verde - MT



Foto: Marcos Moura/2008.

Na realização desse trabalho o método de pesquisa foi o indutivo qualitativo, com levantamentos de dados primários e secundários, com ênfase no aspecto qualitativo. O procedimento de análise documental e pesquisa de campo utilizaram-se dos seguintes processos metodológicos:

- Levantamento e leitura de bibliografia teórica especializada.
- Levantamento e análise de dados sócio-demográficos e econômicos: Órgãos Federais, Estaduais e Municipais.
- Elaboração de questionário (questões abertas):
- Realização de pesquisa fenomenológica: questionários, entrevistas e observação participativa junto aos acampados.

As aplicações do questionário que consiste nos dados primários retratam as opiniões vivas, expectativas e inseguranças em adquirir esse quinhão de terra almejada nessa luta, com reflexos sobre a ótica de perspectiva de desenvolvimento local dos acampados. O levantamento qualitativo, através da contextualização singular do falar dos entrevistados, são as expressões mais significativas dos modos peculiares de sobrevivências e visão de mundo particular, uma contribuição substancial e construtiva nas análises e discussões futuras a partir desse trabalho.

Os dados secundários foram levantados através de dados sócios econômicos e culturais obtidos junto a Prefeitura Municipal de Campo Verde, e a Fundação de Apoio a educação e ao desenvolvimento - FAED, entidade ligada ao Centro Federal de educação Tecnológica de Cuiabá, contratada para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA para o acampamento Dom Osório.

A partir desse momento, analisa-se o território e a organização espacial local e o ambiente sócio econômico cultural do acampamento, inserindo trechos dos depoimentos dos acampados que a partir do pensar da coletividade local, referendam as implicações das análises teóricas.

Selecionaram-se algumas das entrevistas anexadas a esse trabalho, e montou-se um quadro demonstrativo sobre a visão que os acampados tem dos agentes exógenos e de si próprios nas atuações no acampamento, e quais fatores impedem ou contribuem para a formação de redes comunitárias com reflexos no desenvolvimento local.

3.2. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Concomitante à realização dessa pesquisa, estava sendo elaborado o PDA para o futuro assentamento, pelos técnicos da FAED, fundação publica do Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET-Cuiabá, que foram contratados pela Prefeitura Municipal de Campo Verde, conveniada com o INCRA-MT, para elaboração do plano. Trata-se do documento que norteará todas as ações que precisam ser implantadas para a consolidação assentamento. Traz em sua essência, uma proposta de planejamento voltada ao desenvolvimento sustentável, através do planejamento de ações, por profissionais técnicos juntamente com os acampados, baseado no querer coletivo dessas pessoas para atender os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais do futuro assentamento (KUHN, 2008, p.6) que descreve:

Neste Plano são abordadas as questões que antecedem a implantação do projeto, com as informações pertinentes da área do entorno do Assentamento, com a caracterização do município de Campo Verde e os aspectos gerais da área do assentamento quanto à identificação, localização, histórico da ocupação, as características dos recursos naturais, a infra-estrutura social disponível, os aspectos sociais e organizacionais da população alvo do assentamento e os aspectos institucionais de apoio técnico administrativo.

Com a proposta de planejamento, o PDA proposto objetiva orientar o processo de implantação do projeto no sentido de assegurar às famílias assentadas, o pleno desenvolvimento de suas atividades econômicas e sociais dentro de um processo participativo de organização e gestão, capaz de conduzir o assentamento à consolidação, com o equilíbrio necessário entre o homem e o meio ambiente em que atua.

Baseado no relatório de gestão da Prefeitura Municipal de Campo Verde divulgado em 2007, assim se descreve o contexto histórico desse território: a região do atual município de Campo Verde teve intensa movimentação a partir do século XVII, quando aventureiros e sertanistas cruzaram seu território à procura do lendário ouro das Minas dos Martírios.

Porém, bem antes que o homem branco pisasse o solo desta região, usando o rio das Mortes como principal rota de viagens, outros povos habitaram as extensas planícies e cerrados, que hoje são ocupados por pecuaristas e agricultores que contribuem para o fortalecimento da economia campo-verdense. Eram os Bororos, povo belicoso e senhor do Vale do rio São Lourenço, que tem sua nascente dentro do município de Campo Verde.

O Distrito de Coronel Ponce, que no século passado era conhecido como Capim Branco, denominação que ainda confunde os mais antigos, fica há 20 quilômetros da sede do município de Campo Verde. Este distrito, o único além do Distrito sede tem história antiga e muitos dos que a fizeram, ainda encontram-se lá. Graças à localização estratégica, Capim Branco foi escolhido em 1892 para a instalação de uma Estação de serviços das linhas telegráficas do Estado de Mato Grosso.

Um dos pontos de grande referência histórica em Campo Verde é a região denominada “Buriti dos Borges”, próximo à Coronel Ponce e da sede do município; lugar onde os membros da família Borges Fernandes se fixaram, de acordo com o relatório de gestão da prefeitura municipal (2007):

A década de sessenta representou o início da colonização do atual município de Campo Verde. Em meados de 1966 a família Cocco fixava-se às margens da atual BR 070, demandando uma nova fase no processo migratório. Nesta época, nas proximidades havia somente um “bolicho”, pertencente ao goiano “Duda”, que em pouco tempo, dado ao escasso lucro foi-se embora. Com o passar dos anos e a fixação de novas famílias esta região ganhou o nome de Vista Alegre, Jupiara e Posto Paraná. No ano de 1980, Júlio Pavlac deu os primeiros passos para o surgimento de uma comunidade ao criar o loteamento denominado Jupiara.

A partir do ano de 1974, embalado com os projetos de expansão da fronteira agrícola brasileira, respaldado na esteira dos programas especiais e com recursos de crédito rural abundante e subsidiado, um grande contingente de agricultores foi atraído para a região. Principalmente trabalhadores oriundos da região Sul do Brasil.

A Tabela 2 aponta que no período de 1981 a 2000 a taxa de crescimento populacional da microrregião de Primavera do Leste, onde se insere o município de Campo Verde, foi de expressivos 13,3%, bem acima da taxa de crescimento do Estado de Mato Grosso, que na mesma época aponta crescimento de 2,4%, a tabela abaixo mostra os números absolutos de 2007, resultado desse crescimento.

TABELA 5 – Demonstrativo da população estimada urbana e rural em números absolutos e relativos, Relatório de Gestão – Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT/2007

Distribuição estimada da população	Número	%
População Urbana	19.380	88,69
População Rural	2.470	11,30
População Total	21.850	100

Fonte: FAED-PDA (2008)

Com a emancipação política do município em 4 de julho de 1988, estes dados mostram que nesse mesmo período de crescimento vertiginoso, essa região contribui para inserir o Estado de Mato Grosso como “alternativa de grandes potencialidades econômicas” destarte a antiga condição de “palco de possibilidades para milhares de brasileiros em busca de alternativas” (CUNHA, 2006, p. 104).

Essa região dinâmica, entretanto, como mostrado na tabela 5 se tornou pólo atrativo de um contingente populacional mais habilitado para os serviços do setor terciário, trabalhadores que fornecem a força de seu trabalho para o atendimento vocacional da região, com atividades baseadas na monocultura de culturas como soja, milho e algodão.

Entretanto essa trajetória de alto crescimento foi acompanhada de uma rápida e intensa transformação produtiva com conseqüente acirramento do processo de concentração fundiária como nos mostra a tabela 6 a seguir, a estrutura fundiária do território campoverdense, de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente, tem a sua ocupação territorial dividida em 1.533 propriedades.

Os dados da tabela 6 mostram também que apenas 27% de médias e grandes propriedades, ou seja acima de 200 hectares, ocupam 91,1% da área do município com atividades de monocultura e atividades de pecuária voltadas à avicultura industrial.

Demonstrando essa concentração fundiária os dados do relatório de gestão da Prefeitura Municipal de Campo Verde, mostram que 73% das propriedades do município são formadas por pequenas propriedades com até 50 hectares.

TABELA 6- Classificação das propriedades rurais, quantidade de imóveis e área total município de Campo Verde – MT, 2007.

Classificação (ha)	Quantidade	Total da área (ha)
Grandes (acima de 501)	190	405.698,30
Médio (200 a 500)	227	105.640,20
Pequenos (11 a 50)	213	17.820,00
Mini (01 a 10)	342	9.161,00
Não classificado	33	9.498,40
Propriedades de Assentamentos consolidados	528	13.284,88
Total de Propriedades	1.533	561.102,78

FONTE: Relatório de gestão da Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (2007).

Os assentamentos rurais estabelecidos, embora em maior número de propriedades (528), equivalem a 34,44% do total da área do município representando apenas 2,36% do território, divididos nos seguintes assentamentos consolidados no município, como mostrados no Quadro 4 a seguir.

QUADRO 4 - Assentamentos administrados pelo INCRA e Banco da Terra no município de Campo Verde - MT.

NOME DO ASSENTAMENTO	Nº. FAMÍLIAS	TOTAL HABITANTE	INFRAESTRUTURA EXISTENTE
Santo Antonio da Fartura INCRA	266	1.800	Escola Mun.; Posto de Saúde; energia eletr.; 04 poços artesianos; barracão; escritório da Associação.
Paulo Freire INCRA	29	90	Atendimento médico; barracão; fábrica de ração; 01 poço; energia elétrica.
28 de Outubro INCRA	70	200	Escola Mun.; Posto de Saúde; barracão; energia Fábrica de ração; resfriador de leite; 03 poços.
14 de Agosto INCRA	71	210	Posto de Saúde; alojamento; igrejas; 03 poços, curral; energia.
04 de Outubro INCRA	42	125	Posto de Saúde; igrejas; 02 poços; energia; barracão de festas.
Taperinha BANCO DA TERRA	50	180	Barracão comunit.; 02 poços; energia.
Boa Esperança INCRA	540	2.000	Assentamento em fase de implantação

FONTE: Relatório de gestão da Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT (2007).

Dos assentamentos consolidados no município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, tanto os públicos (Incra) quanto os privados (Banco da Terra), pode-se observar que os acampados do Dom Osório e futuros assentados na fazenda Boa Esperança, irão crescer em 100 % no número de propriedades de assentamentos rurais no município, passando dos atuais 528 famílias assentadas (ver Quadro 4) para 1.068 famílias assentadas, entretanto, apesar desse incremento de propriedades rurais, esse montante ainda representará apenas pouco mais de 2% (Tabela 6) das propriedades rurais do município.

3.3. HISTÓRICO DO ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO E DO MTA

Baseado no Plano de Desenvolvimento do Assentamento, elaborado pela equipe da FAED – Fundação de Apoio a Educação e ao Desenvolvimento e no depoimento do Sr. Natal, um dos líderes do acampamento, assim ocorreu à trajetória desse acampamento: a mobilização das pessoas aconteceu no ano de 2002, no município de Campo Verde, quando os Senhores: Oliveira, Tizil e do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde, Sr. Junior, promoveram reuniões nos bairros da cidade.

No dia 06 de agosto de 2002, a primeira reunião aconteceu na Escola Estadual Valdeamon em Campo Verde, as pessoas receberam as orientações quanto aos procedimentos para reivindicar um pedaço de terra, desde que fossem sindicalizadas. Como relata Natal (ver relatos anexo A):

[...] nesta reunião informaram pra nós que poderíamos entrar na terra em 6 meses, por causa disso vim com a família e tudo...

Nesta reunião já se programou a saída para o acampamento que viria a ser constituído em seguida. No dia 10 de agosto de 2002, houve uma manifestação na Praça João Paulo II, no centro de Campo Verde, formou-se um comboio de veículos para a instalação do primeiro acampamento, na entrada da fazenda Buriti de propriedade do Sr. Plínio Borges, as margens da rodovia que liga o município de Campo Verde ao município de Dom Aquino em Mato Grosso.

No mês de novembro de 2002 houve a primeira mobilização na porta do INCRA em Cuiabá, que durou três meses. Este acampamento permaneceu na Fazenda Buriti até o dia 01 de maio de 2003. Em 13 de fevereiro de 2003 ocorreu o decreto de desapropriação da Fazenda Boa Esperança que era uma das fazendas em vista pelo movimento que ainda nem possuía nome e que passou a se chamar MTA da seguinte forma como explicado por Oliveira (ver relatos anexo A):

[...] um repórter da TV Gazeta perguntou como seria o nome do movimento, e eu disse que era o Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados que imediatamente foi definido pelo repórter como MTAA e mais tarde passamos a chamar de MTA...

No mês de abril de 2003, 40 famílias, voluntariamente se disponibilizaram para irem para o Assentamento São Gabriel, recentemente criado pelo INCRA, no município de Primavera do Leste.

A ocupação da Fazenda Boa Esperança ocorreu no dia 01 de maio de 2003, por 680 famílias que acamparam estrategicamente em 03 pontos da fazenda (acampamento 01 junto à ponte, na entrada da fazenda; acampamento 02 no centro da fazenda e acampamento 03 no final da fazenda), depois de 40 dias de ocupação houve uma reunião com a presença do Superintendente do INCRA de Cuiabá na época, Sr. Leonel, um deputado estadual e um representante do Intermat e o fazendeiro, que solicitaram que as famílias se reagrupassem em uma única área, que apresenta um solo arenoso (chamado pelos acampados de areião), com a promessa de que teriam uma área de 100 ha preparada para cultivo, fato que não ocorreu. No relato do Sr. Natal, ele afirma que:

[...] A Coordenação geral do movimento omitiu a informação de que os advogados do fazendeiro já tinham entrado com processo de que essa entrada na fazenda foi considerada uma invasão [...] nós ficamos nesse areião até o dia 19 de agosto de 2004, então como é isso?...

Por esse motivo o processo de desapropriação ficou parado por dois anos, que é o que determina a Lei quando há invasões de terras, a ocupação foi caracterizada como invasão, mas os acampados alegam não terem sido informados sobre esse fato. Neste período ocorreram várias mobilizações no INCRA em Cuiabá, surgiram também 40 vagas para o Projeto de Assentamento São Bento no município de Dom Aquino, sendo que a forma de seleção do público aconteceu por meio de sorteio entre os acampados.

Também houve o ingresso de 40 famílias provenientes de São José do Povo. Em seguida uma liminar de despejo da fazenda acabou sendo cumprida no dia 19 de agosto de 2004, quando o acampamento foi transferido para a BR 070, de acordo com o PDA (KUHN, 2008, p. 69):

Os acampados afirmam que foram jogados na BR 070, pelo fato de que o carregamento dos caminhões com os utensílios eram carregados com pá carregadeira e na hora de descarregar eram basculados diretamente no chão, já que foi esse o meio de transporte utilizado para tal fim.

Durante esse despejo muitas famílias desistiram do acampamento, permanecendo apenas 230 famílias na BR 070, conforme ilustra a figura 3. O então prefeito de Campo Verde, Onesimo Prati, disse a essas famílias, que havia uma área disponível no distrito de Capim Branco e para lá foram 60 famílias, porém não conseguiram ali seu pedaço de terra. Surgiram também 15 vagas no Projeto de Assentamento Cabaça, no município de Barra dos Bugres. Essas vagas foram sorteadas entre os acampados.

FOTO 2 - Despejo ocorrido no acampamento Dom Osório, município de Campo Verde – MT.



Foto: Marcos Moura (2004).

O acampamento na BR 070 permaneceu até o dia 09 de novembro de 2005, quando foram novamente despejados (ver Foto 3) agora para a BR 364, na antiga estrutura do DNER, sobre esse despejo, assim se reporta Natal (ver relatos anexo A):

[...] ficamos na BR 070 em frente à fazenda Mourão, nesse local ficamos acampados 1 ano e três meses, e também fomos despejados porque houve várias manifestações como trancamento da estrada, sendo que num desses trancamentos ficamos 12 dias com a estrada trancada, só passava ambulância e a Polícia Federal, nesse trancamento foi queimado um carro do FETHAB, do Governo do Estado, por causa disso a justiça despejou nós da BR 070 pra BR 364 [...] nesse despejo a polícia militar deu 15 minutos pra sair por bem ou por mal, além do que o comando da polícia militar alegou que no outro local a gente ia ter água, luz, terreno limpo, um local bom, disse que nos estávamos incomodando o município, hum!, tudo mentira.

Apenas 67 famílias restantes, foram para esse novo local, onde já haviam 33 famílias acampadas da CPT, estes então se uniram ao MTA, houve o chamamento das famílias desistentes para comporem novamente o movimento e de famílias provenientes de vários municípios tais como: 20 famílias de Reserva do Cabaçal, 30 famílias do acampamento São José de Cáceres, 30 famílias do contestado, município de Pedra Preta, 4 famílias da Fazenda Pau d'álho, 2 famílias indicadas pela irmã Doroti do estado do Pará, mais ou menos 10 famílias de São José do Povo.

Durante o acampamento na BR 364 houve também o fechamento da rodovia por 4 dias, ocorreu o atropelamento da D. Ana por uma carreta, que provocou a sua morte. Nesta estada houve um acréscimo de muitas famílias. Aconteceu também a caminhada de todo o acampamento até a sede do INCRA, em Cuiabá, com mobilização que durou 06 meses até a emissão de posse, fato ocorrido no dia 28 de março de 2007 quando houve a comemoração do acampamento na Praça central de Campo Verde agora recomposto com 300 famílias. Após a emissão de posse o acampamento foi novamente transferido para a Fazenda Boa Esperança, que se dividiram em dois grupos, explicado por Nei (ver relatos anexo A) como se segue:

[...] a divisão de 1 e 2, era uma estratégia do MTA que tinha o mesmo objetivo, controlar a entrada e a saída de dentro da fazenda então um ficou numa ponta e o outro na outra [...] o grupo 01 ficou na coordenação dos senhores: Rildo e Oliveira e o Grupo 02, coordenado pelo Sr. Benedito Corrêa, a coordenação interna é feita por coordenadores dos núcleos de aproximadamente 40 pessoas.

Para a saída do fazendeiro e de seus pertences definiu-se o prazo até o dia 01 de agosto de 2007. No dia 02 de agosto de 2007, foi realizado o despejo do fazendeiro e de seus pertences pelos acampados com acompanhamento do INCRA, até o outro lado da ponte do Rio das Mortes, fato que ocorreu por ato compulsório de mandato judicial.

3.4. CARACTERIZAÇÃO POPULACIONAL DA REGIÃO DE ORIGEM, FAIXA ETÁRIA E PERFIL DOS ACAMPADOS.

Todas as Tabelas e Gráficos que se seguem foram extraídos do PDA Dom Osório, elaborado pela FAED. A metodologia utilizada por essa entidade na obtenção desses dados quantitativos se deu através da realização de um diagnóstico rápido participativo (DRP) junto aos acampados, com uma abordagem visando o levantamento de dados, respeitando as características sócio-culturais dos agentes internos.

Através de entrevistas utilizando-se um questionário pré elaborado que foi aplicado individualmente em cada unidade familiar, atualmente morando em barracos de lona. Sobre esse diagnóstico Kuhn (2008, p.16) explica que:

O diagnóstico rápido participativo foi usado para se conhecer, avaliar e planejar idéias, superar obstáculos, encontrar oportunidades, visando uma leitura coletiva da realidade para, a partir desta, haver um planejamento também coletivo e desta forma possibilitar a tomada de decisões para o bem estar de todos.

A seguir faz-se então a análise quadros elaborados a partir da quantificação desses dados. A Tabela 7 a seguir apresenta a distribuição da população do acampamento dividida por gênero e faixa etária.

Os dados mostram que o número total entre homens e mulheres, está distribuído em todas as faixas de forma igualitária, o que aponta para a facilidade de aplicações de ações com o envolvimento de todos de forma empreendedora nos arranjos produtivos que poderão se manifestar ou das formas de força de trabalho.

TABELA 7- População por gênero e faixa etária do acampamento Dom Osório, município de Campo Verde, MT.

Faixa Etária	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Até 6	71	10,50	57	8,56	128	9,54
De 7 até 10	62	9,17	79	11,86	141	10,50
De 11 até 14	83	12,28	63	9,46	146	10,88
De 15 até 17	32	4,73	43	6,46	75	5,59
De 18 até 24	77	11,39	93	13,96	170	12,66
De 25 até 40	147	21,75	152	22,83	299	22,28
De 41 até 60	147	21,75	139	20,87	286	21,32
+ de 60	57	8,43	40	6,00	97	7,23
TOTAL GERAL	676	100	666	100	1.342	100

Fonte: FAED - PDA (2008).

Na análise da tabela da população do acampamento, observa-se que a pirâmide que viria dessa montagem, mostraria um grau de indivíduos percentualmente igualitário com idade até 6 anos se comparados com indivíduos acima de 60 anos, os dados mostram 9,54% e 7,23% respectivamente, estes dados apontam para taxas de natalidade e mortalidade controladas pela atuação mais efetiva das ações de saúde junto a essas camadas da população.

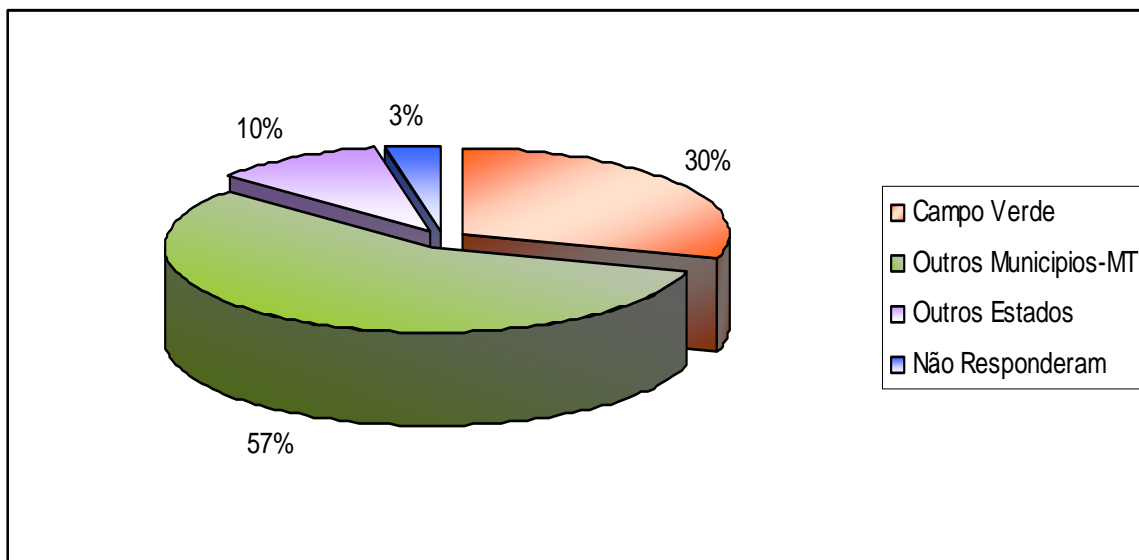
A separação nas faixas etárias é convencional, uma criação social. Por conseguinte, a idade do indivíduo não revela exatamente o que ele é ou deveria ser, entretanto as estratificações entre as faixas de 11 até 24, que somados mostram um universo de 29,13% de pessoas, mostram um percentual de indivíduos que necessitarão de políticas eficazes relacionadas a educação, cuidados com a saúde, sexualidade e de formação profissionais mais voltadas ao atendimento das atividades agropecuárias.

A faixa etária de 25 a 60 anos está representada por mais de 40% dos acampados, pessoas que aliam vigor físico, experiência profissionais necessários à mão de obra para a implantação de projetos seja individuais ou coletivos que darão sustentabilidade ao desenvolvimento local.

As relações sociais criam uma situação social típica para os indivíduos de uma mesma faixa etária, sendo assim na faixa descrita acima todas as relações de vizinhança estarão latentes entre seus membros, vindos à tona, entretanto, a partir das necessidades desses relacionamentos coletivos. A necessidade de organização, por exemplo, é provável será mais intensa entre esse grupo de pessoas, na busca de soluções estratégicas de geração de rendas e empregos.

O acampamento Dom Osório é formado por pessoas oriundas de diversas regiões, o gráfico 1 abaixo ilustra a distribuição da população alvo de acordo com o lugar de origem até o destino final no acampamento.

GRÁFICO 1 – Distribuição da população alvo de acordo com o lugar de Origem - acampamento Dom Osório, município de Campo Verde – MT.



Fonte: FAED-PDA (2008).

Observa-se que quase 70% das pessoas são oriundas de outras localidades tanto de Mato Grosso quanto de outros Estados. As próprias pessoas acampadas oriundas do município de Campo Verde, de acordo com os dados (30%), são formadas por pessoas migradas de movimentos inter-regionais ocorridas no próprio Estado de Mato Grosso. Campo Verde, que pertence a região de Primavera do Leste, apresentou o maior crescimento dentro do Estado de Mato Grosso entre 1991-2000 (ver tabela 2) com expressiva porcentagem de 13.3% de taxa de crescimento apenas nessa década, o que a torna na região mais dinâmica do Estado. O município, emancipado do município de Cuiabá, tem pouco mais de 20 anos de emancipação política.

Acampadas com interesses de obtenção de um lote da reforma agrária, essas pessoas estão desterritorializadas, e trazem consigo todos os pertencimentos do local de origem, traduzidos nas suas tradições e costumes. Elas ainda estão se adaptando a esse novo

lugar, em outras palavras ainda estão se reterritorializando, conseqüentemente os laços de vizinhança provavelmente ainda são incipientes.

O Quadro 5 permite observar que a mobilização de pessoas realizada pelo MTA, não levou em consideração apenas os trabalhadores com habilidades exclusivamente de atividades ligadas ao campo, mas também de trabalhadores urbanos provavelmente desempregados.

QUADRO 5. Habilidades Profissionais dos Acampados do Dom Osório, município de Campo Verde/MT.

Atividades Rurais		Atividades Urbanas			
Profissão	Quant.	Profissão	Quant.	Profissão	Quant.
Tratorista	40	Secretaria	07	Artesão	10
Cortador de Cana	08	Administrador	01	Pedreiro	50
Inseminador	06	Professor	13	Carpinteiro	28
Vaqueiro	35	Açougueiro	05	Pintor	08
Cerqueiro	18	Padeiro	07	Servente Pedreiro	10
Saqueiro	10	Cozinheira	36	Marceneiro	07
Trabalhador Laticínio	04	Doceira	03	Serralheiro	02
Domador	03	Motorista	29	Encanador	02
Técnico Agrícola	07	Mecânico	13	Cabeleireira	07
Pescador	05	Eletricista	12	Costureira	05
Horticultor	12	Funileiro	02	Manicure	04
Fruticultor	01	Borracheiro	03	Salgadeira	05
Classificador de Semente	01	Soldador	03	Domestica	08
Viveirista	05	Carregador	07	Técnico Enfermagem	03
Bióloga	01	Garimpeiro	10	Auxiliar Enfermagem	03
		Dragueiro	01	Torneiro Mecânico	01
		Armador	02	Picolezeiro	02
		Prensista	01	Vendedor	37
		Técnico Informática	04	Vigilante	21
		Musico	01	Cinegrafista	01
		Farmacêutico Prático	01		

Fonte: FAED-PDA (2008).

Esses trabalhadores em numero expressivo formados por profissionais liberais, sem experiencia nas práticas culturais e lida com a terra, necessitarão de capacitações e até habilitações para sua inserção em atividades rurais com toda a complexidade que envolve desde a produção até a comercialização dos produtos.

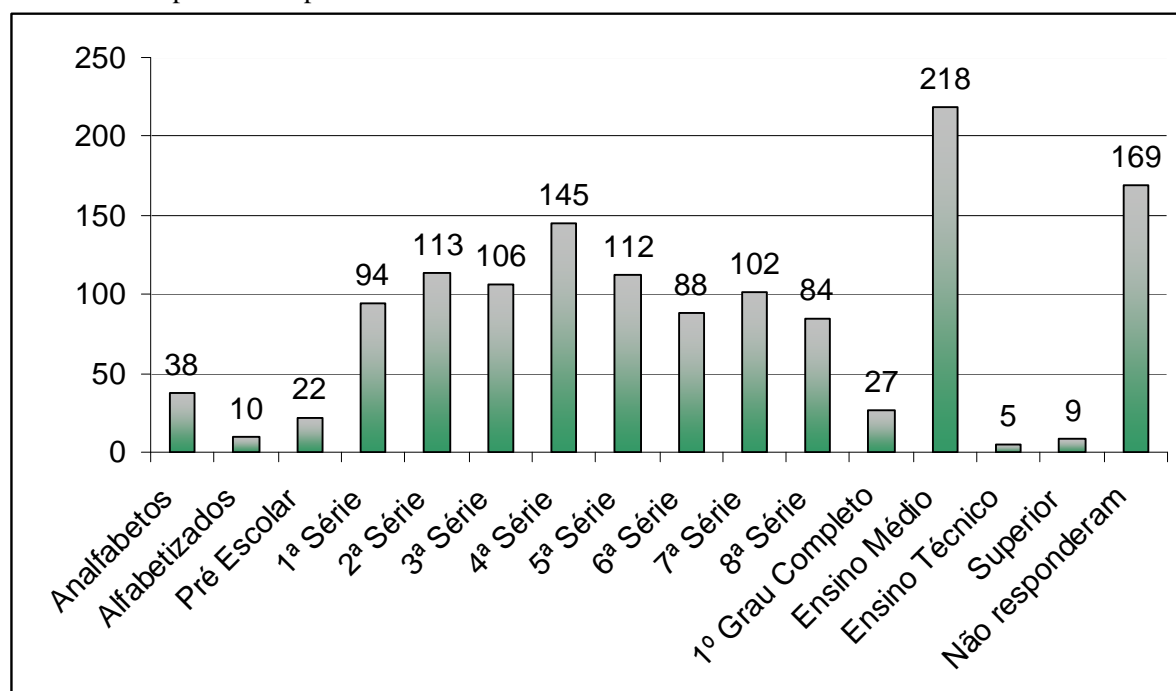
O agrupamento dessas pessoas como indica o quadro 5 sobre as habilidades profissionais dos acampados, está ordenado de pessoas com os perfis mais diversos e tabulados em duas vertentes, os que desenvolvem atividades rurais e os que desenvolvem atividades urbanas, sendo expressivo o numero desses últimos em comparação com as pessoas que indicaram competências e capacidades com atividades ligadas ao campo.

Com o diagnóstico pode-se quantificar o nível de escolaridade dos futuros assentados (ver gráfico 2). Percebe-se que as classes foram definidas procurando estabelecer uma aproximação das idades com o dos ciclos de formação vigente - básico, fundamental, médio e graduação. De acordo com o diagnóstico, os dados foram tabulados, com números de cada célula familiar e o resultado apresentado estratificados entre pessoas matriculadas e não matriculadas em unidades de ensino. Estes dados permitem observar a necessidade de implantação de uma escola de nível fundamental e médio pela demanda distribuída equitativamente de acordo com a idade escolar do público alvo demonstrados nas séries correspondentes a esses níveis de ensino.

O histograma representado no Gráfico 2 a seguir, sobre a distribuição da população nas classes de escolaridade, favorece a comunicação visual da informação sobre a distribuição da população nas respectivas faixas de idade escolar, os dados aparecem como uma série de retângulos que tem a mesma largura, mas altura variável, e permite a visualização da concentração de alunos atualmente no ensino fundamental, provavelmente fundamentado no programa do governo federal bolsa família, que tem como critério o recebimento mensal de um valor desde que comprovado a matricula do aluno e fortalecido pela necessidade dos

futuros assentados de pertencerem aos quadros de associados do MTA e nesse caso estarem sujeitos as permanências no local do futuro lote.

GRÁFICO 2. Distribuição da população nas classes de escolaridade – acampamento Dom Osório, município de Campo Verde - MT



Fonte: FAED-PDA (2008).

De acordo com os relatos, os entrevistados informaram que atualmente os seus filhos estão sendo atendidos com ensino fundamental e médio, em salas anexas da rede estadual na Escola Municipal José Garbugio localizado a 17 km do acampamento na estrada vicinal que dá acesso à sede do município.

O pico nesse histograma está representado pelo número expressivo de pessoas com nível médio, o que faz supor uma mão de obra mais receptiva ao aprendizado de novas formas de intervenção, muito embora também demandem esforços conjuntos quanto à educação continuada pelos agentes públicos, oferecendo condições para o ensino técnico e superior.

De acordo com os dados apontados no gráfico, há 9 pessoas com nível superior o que faz supor que possam ser profissionais com capacidade para atividades de docência na futura unidade educacional, que será implantada no futuro assentamento. Com efeito é de se observar, que essa comunidade estará sendo formada há 57 kms da sede do município, e, o gerenciamento dos potenciais próprios da comunidade, implica na solução de problemas atinentes às próprias necessidades (PIRES et alii., 2008, p. 112).

Com relação ao numero de técnicos entre os acampados, os dados do gráfico 2 revelam que os 5 (cinco) técnicos podem ser aproveitados para o atendimento do programa de assistência no próprio assentamento a ser constituído, com ações tanto agrária, quanto social, ambiental e econômica.

3.5. ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO DOS DADOS QUALITATIVOS LEVANTADOS JUNTO AO ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO.

Além dos dados secundários da condição sócio-econômica, levantados junto as organizações públicas, Prefeitura Municipal de Campo Verde e FAED, realizou-se uma coleta de dados primários no acampamento, com a aplicação de um questionário com questões abertas, para que as pessoas pudessem expor seus ponto de vista com relação a todos os agentes que estão atuando no acampamento com perspectivas de desenvolvimento local.

Os acampados são representados pelo MTA, todas as famílias são filiadas a esse movimento, que possui estratégias de atuação pautadas no gerenciamento de pessoas através de um sistema organizativo, baseado na participação solidária através de grupos, por eles denominados núcleos, como unidades celulares facilitadoras de controle como um todo. Estão divididos em núcleos de aproximadamente 30 pessoas que são coordenados por 2 pessoas denominados coordenadores de núcleo, assim como descrito no relato do Sr. Lagoa (ver relatos anexo A):

[...] o acampamento foi dividido em núcleos, nesses núcleos tem 2 coordenadores e tem os coordenadores de equipe que são: alimentação, disciplina, higiene e saúde, trabalho, finanças e secretários, para cada uma dessas funções tem 2 coordenadores, no total o acampamento são 10 núcleos...

Sobre a forma como esses coordenadores são escolhidos para o controle efetivo das pessoas continua Lagoa “para ser coordenador no acampamento a pessoa tem que ser indicado pelos acampados através de uma reunião”. Esse modelo organizativo do acampamento segundo o Professor Silas, que leciona no ensino fundamental da Escola Municipal Garbugio, onde estudam os filhos dos acampados, sistema de núcleos, talvez seja baseado na realidade das pessoas e seu modo simplista de gerenciamento de pessoas, apoiados em contexto histórico referendado na bíblia, em seu depoimento assim se reporta o professor, “o movimento tem uma organização que tem até a pedagogia do acampamento, esse sistema, sistema de grupos e núcleos é o mesmo como era utilizado nos tempos de Moisés” (ver relatos anexo A).

Os relacionamentos interpessoais e a gestão comportamental de um acampamento têm um controle baseado em um regimento que normatiza a disciplina funcional de práticas participativas. Referindo-se a esse regimento selecionamos alguns relatos dos entrevistados como segue:

[...] há um regimento de funcionamento do acampamento em que a coordenação se divide em grupos e então tem os núcleos que tem os coordenadores do núcleo e os nucleados, mas por exemplo a coordenação da disciplina só funciona pros mais certos, pros mais errados não funciona (TIRIRICA)

[...] então o movimento cria um regimento, regimento do acampamento, para controlar o acampamento, tudo depende dos coordenadores. Aqui no Dom Osório, tudo que foi errado foi punido, inclusive até mesmo para coordenadores de núcleo (NEI)

[...] o movimento tem um regimento aonde isso vale para umas pessoas e outras não, aonde as pessoas tem 15 dias pra saírem do acampamento para trabalhar nas fazendas da região como diaristas, e tem que ficar 15 dias no acampamento (LAGOA)

Os coordenadores de equipe seguiam as regras acordadas como forma de pressionar as pessoas a não abandonar o acampamento e manter uma unidade regrista. Com relação à disciplina essa é a opinião dos entrevistados:

[...] o acampamento começou no Plínio Borges em 2002...lá a disciplina era bruta (ORLANDO)

[...] O regimento do acampamento tem uma cláusula que diz que a pessoa pode ficar 15 fora e 15 dentro (do acampamento), no início todos respeitavam a lei, teve gente que foi até expulso por descumprir essas regras (HENRIQUE)

[...] tinham algumas restrições como paredão em que a coordenação obrigava as pessoas pagar pena com limpa lixo ou plantar 250 mudas de reflorestamento, mas não foram cumpridas (JOSÉ DOMINGOS)

Entretanto, ao longo da trajetória do acampamento as normas estabelecidas no regimento foram sofrendo atenuações de acordo com o número de acampados, com intervalos de ações disciplinares mais coercitivas à medida que o processo de desapropriação da fazenda tornava-se mais iminente e o acampamento esvazio, e ações disciplinares mais brandas, à medida que se necessitava cooptar pessoas para recompor o número necessário de famílias do acampamento para comporem a lista de peticionários junto ao INCRA como clientes da reforma agrária.

Essas práticas gerenciais, baseadas em conveniências, mais do que atos que geram desconfianças nas organizações, contribuem substancialmente para as ações divergentes na promoção de capital social. Sobre essas suposições, selecionamos alguns trechos de entrevistas junto aos acampados relatados a seguir:

[...] aí então eles falou (a coordenação), quem tava ali segurando a marimba podia então trazer uma pessoa da família pra também ter um lote e assim recompor o acampamento (IRANI)

[...] o regimento na verdade só valia pros coitados que ficam embaixo da lona, as pessoas que tem privilégios nós chamamos de andorinhas (LAGOA)

[...] sempre existiu o andorinha, sai fora e não voltam, preferem ficar na cidade, eles devem ter algum padrinho aqui dentro, alguém tá levando vantagem (CARMO)

[...] aí as coordenações de núcleo começaram a beneficiar algumas pessoas, uns ficavam mais dias na cidade e no final a coisa degradingou, e as pessoas vinham passear no acampamento e nos carregando esses andorinhas nas costas, porque a gente fica aqui embaixo da lona o tempo todo (HENRIQUE)

[...] por exemplo aqui tem os andorinha que são pessoas que nunca participa de nada, nem de luta, nem de mobilização, de nada, só vem mesmo na hora que tá tudo beleza, os coordenador do núcleo é que segura porque deve ter alguma propina por trás, o andorinha deve bancar ele (TIRIRICA)

[...] Mas tem também os andorinhas, que são pessoas que tem o nome no acampamento mas só vem nos sábados e domingos prá cá, essas pessoas são da região, principalmente de alto poder aquisitivo, os coordenadores aceitam porque essas pessoas ajudam os coordenadores por fora, aqui no acampamento a lei é manda quem pode e obedece quem tem juízo (LEANDRO)

Essa figura incomoda chamada por eles de “andorinha” (ver trechos de relato acima), é a demonstração mais clara sobre os interesses próprios de alguns dos coordenadores locais que tem a mais completa autonomia do MTA em suas atribuições e responsabilidades. Assim pessoas que tem atividades urbanas principalmente no município de Campo Verde, fazem parte do acampamento apenas de direito, mas não de fato, uma vez que sugerem os acampados pagam de alguma forma para se manterem nessa situação.

Essa suspeitas são confirmadas no relato de um dos coordenadores do movimento que sobre essa figura singular do “andorinha” declara: “andorinha são os companheiros que contribuem molhando a mão dos coordenadores, e quem acaba penalizado com isso é quem está embaixo da lona” (ver relatos anexo A).

Outra estratégia do movimento na tentativa de manutenção da unicidade do acampamento e a seleção das famílias que comporão o futuro assentamento, ocorrem através do que os acampados chamam de finanças, que tem dois coordenadores que desempenham esse papel e controle, em cada núcleo.

De acordo com o regimento essa contribuição mensal é a primeira condição para pertencer ao grupo e através desse ato, estar incluído no processo de elegibilidade para adquirir um lote da reforma agrária, em seu relato Natal, assim se expressa: "essa finança é obrigatória e é uma das condições de conseguir a terra"

Sobre a finalidade dessa contribuição assim declara Oliveira, um dos líderes do movimento, em seu relato (anexo A): "essas finanças são necessárias, as famílias dão uma contribuição, uma mensalidade, quem administra isso é o próprio acampamento e isso é pra cobrir despesas do movimento".

E sobre essa forma como condição de engajamento no movimento, o relato de Orlando (ver relatos anexo A) retrata bem essa estratégia de atuação: "teve uma reunião no Valdemon com o Oliveira e fiquei interessado, paguei R\$ 14,00 e então entrei na lista no dia 10/08/2002".

Apesar da declaração dos líderes do movimento de que todo trabalho realizado por eles, trata-se de uma forma voluntária para ajudar os companheiros a ter seu pedaço de terra, a visão dos acampados sobre essa forma de atuação do movimento, entretanto, leva a discórdias e desconfianças por parte dos contribuintes, o relato de Henrique é o mais contundente nesse aspecto e generaliza esse sentimento dentro do acampamento, como se constatou *in loco*. Assim se reporta:

[...] No começo do acampamento tinha 1600 famílias que contribuía com R\$ 5,00 isso dá 8 mil reais por mês mas sempre a energia do acampamento, que era pra bomba d'água, era cortada por falta de pagamento, e o povo ficava sem água, isso quando o acampamento tava lá no Plínio Borges. O problema do povo é que ninguém senta pra fazer conta, o senhor não acha que com 8 mil não dá pra pagar uma conta de luz?, então para onde ia esse dinheiro?, pro acampamento é que não era, era pro bolso dos coordenadores com certeza.

Analisando esses pensamentos, a atuação da coordenação do movimento remete-se a reflexões sobre essas práticas, percebe-se que a falta de transparência e de informações são talvez, aliados à descontinuidades de processos, a causa maior de desmotivações e desconfianças dos comandados em relação ao comando.

Em sua Teoria das Hierarquias das Necessidades, Abraham H. Maslow, conforme gráfico 3 abaixo, define que o comportamento humano está baseado no atendimento de cinco sistemas hierárquicos das necessidades humanas. A motivação vem do atendimento das necessidades estabelecidas em escalas de expectativas. O atendimento de uma necessidade ancora a busca de uma nova necessidade e “a discussão do desenvolvimento não pode passar a margem desses conceitos” (PIRES et alii., 2008, p.22)

GRÁFICO 3. Sistemas hierárquicos das necessidades humanas de Abraham Maslow



Fonte: <http://www.mundoeducacao.com.br/psicologia/maslow-as-necessidades-humanas.htm>

Cada personagem do acampamento tem uma motivação pessoal quanto ao querer um lote proveniente da reforma agrária, entende-se lote a ser doado pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.

Algumas pessoas são motivadas pela necessidade de segurança, ter um lote, realizar um sonho, ter um negócio e outras por necessidade de auto-afirmação da sua condição social perante a sociedade.

No momento os acampados do Dom Osório, há mais de seis anos nessa condição social, têm nas necessidades fisiológicas ou do corpo (água, comida, abrigo, etc.) a principal necessidade de sobrevivência, como ponte de equilíbrio na busca da motivação principal pela terra, e as práticas coletivas desse querer e as relações socioterritoriais interrelacionadas dessas participações, como a gênese do surgimento de uma identidade coletiva.

No mundo conturbado em que vivemos procura-se fugir dos perigos, busca-se por abrigo, segurança, proteção, estabilidade e continuidade, as necessidades de segurança dos acampados do Dom Osório, foram possíveis observar nos seguintes trechos dos relatos, “a gente sempre foi da roça e do garimpo, então já tá na hora da gente ter um lugar pra ficar, agora a gente vai ter um endereço fixo” (NEI), e também:

[...] a gente passa muita dificuldade, não tem onde se trabalhar e não pode abandonar o acampamento, daí é muito difícil, mas tem a tranquilidade, não tem assalto, aqui ninguém mexe com nada, daí a gente dorme numa boa, a vida no campo é totalmente diferente da cidade, aqui não tem robarias... Eu quero esse lote, não vou vender, trocar, nada, vai mudar a minha vida, porque eu não tinha nada e hoje já tenho até um lote, então isso é futuro, ter um conforto (ALICE).

A necessidade social do indivíduo advém da esperança do ser humano de amar e pertencer, de ser querido por outros, de ser aceito. Nós queremos nos sentir necessário a outras pessoas ou grupos de pessoas. Esse agrupamento de pessoas pode ser a antiga tribo, ou a tribo (grupo) atual, o local de trabalho, a igreja, a família, o clube ou a torcida, e essas afinidades de pessoas com os mesmos ideais e objetivos amálgama a sensação de pertença.

Sobre a participação na vida social e o uso do tempo livre, Gubert (2005, p.107) elucida que enquanto na *Gemeinschaft* (*comunidade*), a participação na vida associativa faz parte do costume, uma vez ligadas às necessidades básicas do ser humano, na sociedade moderna (nosso exemplo o acampamento) dependem muito mais de escolhas individuais, seletivas e orientadas por interesses específicos.

Os acampados do Dom Osório, coletividade cosmopolita, ainda estão em processo de reterritorialização, entretanto, o terceiro setor ainda que incipiente e de forma tímida, começa a surgir entre as pessoas do local, o seu fortalecimento será o resultado da constância dessas práticas participativas. No relato de Lagoa (ver relatos anexo A) é possível detectar esses agrupamentos de interesses participativos alicerçados nos desejos de sociabilidade e reconhecimento, “o acampamento tem uma equipe de futebol, o Boa Esperança Esporte Clube, que participa dos torneios da região, geralmente a prefeitura manda ônibus pra carregar os atleta”.

No relato do Sr. Nei observa-se contradição na atuação política do MTA, com relação aos interesses dos líderes do movimento. Este senhor emergiu como uma das liderança local, nata, escolhido dentre os acampados, seu relato demonstra insatisfação com relação a atuação das lideranças estaduais do movimento e coloca em dúvida a missão do movimento quando declara:

[...] O MTA foi um movimento de todos até 2 anos atrás, mas hoje não é mais um movimento social, porque é um movimento só de duas pessoas, e o projeto deles é organizar acampamento, ganhar terras e arrendar as terras e não tão nem aí pro povo.

Percebe-se que há interesses individuais que sobrepujam os interesses coletivos orientados para o acampamento, entretanto, o fato desses acampados estarem ou aceitarem essa situação em si, demonstra que há também um interesse individual de auto-afirmação ou de status, um querer, que precisam ser subjugadas a um querer despótico para a busca do atendimento de ambas as necessidades.

[...] A gente sofre todo tipo de humilhação, e arriscando até a vida, porque a gente não pode falar nada contra o movimento que faz o que quer com o povo. Os coordenadores tiraram pessoas quem moraram muito tempo embaixo da lona pra beneficiar andorinhas, eles acham que a gente não vê , mas todo mundo sabe dessas maracutaias, os mais fracos ficaram de fora (HENRIQUE).

[...] Meu sonho é morar no sitio eu não gosto de morar na cidade, quero o lote por causa desse sonho, da minha parte também quero mostrar pra minha família que sou capaz de ter alguma coisa (CARMO).

Para que esse trabalho não fique apenas na retórica de relatos por relatos, apresenta-se o Quadro (6) abaixo, sumarizando as evidências apontada nos relatos dos acampados sobre a visão generalizada, que demonstram com relação aos agentes exógenos que atuam no cotidiano do acampamento, e, na avaliação própria de parceiros e companheiros.

Os anseios e as articulações processadas na comunidade, que podem ou não desencadear na formação de redes comunitárias, baseada nesse quadro esquemático, é analisado observando todas as vertentes abordadas pelos acampados.

Baseados nos relatos dos acampados, o quadro 6 abaixo contextualiza as implicações das atuações de atores endógenos e exógenos, qual a contribuição dessas atuações à melhoria da qualidade de vida e quais os fatores que estimulam ou impedem a formação de redes comunitárias com perspectiva de desenvolvimento local.

QUADRO 6 – As implicações das atuações dos atores exógenos na formação de redes comunitárias – Acampamento Dom Osório

Assuntos abordados nos relatos			Perspectiva de Desenvolvimento Local		
O Quê	Quem Atua	Visão dos acampados sobre a atuação	Expectativa prevista	Contribuição para melhoria da qualidade de vida	Fatores que impedem ou estimulam a formação de redes comunitárias
GOVERNO	Ministérios	Eficiente	Prover condições mínimas de sobrevivência dos acampados	Estabelecimento de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Ator secundário - Tibieza - Confiança dos acampados através das políticas públicas: ex. Bolsa família, sacolão.
	Incra	Ineficiente	Assegurar a criação do assentamento de maneira rápida	Legalização do assentamento	<ul style="list-style-type: none"> - Ator principal para o andamento dos processos - Descrédito dos acampados - Gerador de incertezas - Empecilho para o desenvolvimento local
	Judiciário	Ineficiente	Assegurar o cumprimento da Lei	Preferência de julgamento dos processos	<ul style="list-style-type: none"> - Gerador de desconfiança - Visto como privilegiador de classes - Responsável pelo atraso do assentamento rural
	Funcionários Públicos	Ineficientes	Elaboração do PDA e instalação do assentamento	Comprometimento em sua atuação	<ul style="list-style-type: none"> - Descumpridores de prazos - Omissos - Tendências a imporem suas vontades ante o querer dos acampados

continuação

Assuntos abordados nos relatos			Perspectiva de Desenvolvimento Local		
O Quê	Quem Atua	Visão dos acampados sobre a atuação	Expectativa prevista	Contribuição para melhoria da qualidade de vida	Fatores que impedem ou estimulam a formação de redes comunitárias
TERCEIRO SETOR	Sindicato Rural	Eficiente	Organizar, reivindicar e informar acampados sobre procedimentos legais	Representação da classe de trabalhadores rurais	<ul style="list-style-type: none"> - visão corporativista da sociedade - Alto grau de confiabilidade nessas instituições
	Partidos Políticos	Ineficiente	Promover ações políticas que atendam as necessidades do acampamento e do futuro assentamento	Responsabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> - Atuações políticas interesseiras e geradoras de desconfiança. - Interesse comunitário apenas para benefício próprio
	Ong's	Ineficiente	Buscar recursos necessários a sustentabilidade do futuro assentamento	Parcerias visando a elaboração de projetos sustentáveis em conjunto com as entidades locais	<ul style="list-style-type: none"> - Desconfiança dos acampados sobre atuação dessas entidades - Falta de informação sobre atuação das organizações - Falta de transparência nas prestação de contas dessas entidades
	Associação Comunitária	Eficiente	Possibilitar o aporte de recursos financeiros através dos projetos previstos no PDA	Estabelecimento de parcerias com primeiro e segundo setor	<ul style="list-style-type: none"> - Desconfiança nas lideranças locais - Capacidade de aglutinar forças - Propensão de alguns acampados ao associativismo - Sentimento de pertença embrionária
	Quangos	Ineficiente	Prover o futuro assentamento de infra estrutura necessária ao desenvolvimento local	Realização das ações previstas no PDA	<ul style="list-style-type: none"> - Dependência do Governo Federal para aporte de recursos visando o desenvolvimento de ações de infra – estrutura

continuação

Assuntos abordados nos relatos			Perspectiva de melhoria da qualidade de vida		
O Quê	Quem Atua	Visão dos acampados sobre atuação	Expectativa prevista	Contribuição para melhoria da qualidade de vida	Fatores que impedem ou estimulam a formação de redes comunitárias
ACAMPADOS	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de MT – (MTA)	Ineficiente	Representar, coordenar ações impactantes, buscar parcerias, manter a organização do acampamento e subsidiar ações para instalação do assentamento	Intermediação de atos e fatos que representem os anseios dos acampados	<ul style="list-style-type: none"> - Interesses economicos contrários aos preceitos estabelecidos em sua missão e dissonantes das práticas sociais - Despreparo de gestão de lideranças - Ações privilegiadoras - Falta de transparencia na divulgação da atuação - Voluntariedade - Falta de legalidade institucional
	Coordenadores Locais	Ineficientes	Promover a organização do acampamento	Representação despojada de interesses individuais	<ul style="list-style-type: none"> - Indicadas pelos próprios acampados - Falta de treinamento de relações interpessoais - Tem se mostrados autocráticos gerando desconfiança do grupo - Capacidade de Solidariedade
	Acampados	Ineficiente	Formar uma comunidade a partir da união e associação de todos	Solidariedade latente por falta de liderança confiável	<ul style="list-style-type: none"> - Desconfiança no próximo - Interesses economicos e privilégios de alguns membros com anuencia de coordenadores locais - Cultura associativista incipiente - Desconfiança nas lideranças locais

Segundo a visão dos acampados a atuação de diversos atores governamentais representados por órgãos mais diretamente relacionados com os clientes da reforma agrária, o INCRA e o MDA, não correspondem às expectativas previstas e resultam em questionamentos de ambas as partes, funcionários públicos e acampados, num jogo de reclamações sobre a solução para os problemas criados no processo de assentamento dessas pessoas.

O MDA é percebido como um ator secundário, e apenas atende as necessidades básicas de sobrevivência das famílias fornecendo “sacolão” de alimentos. Com relação ao INCRA, é visto como ator principal e deveria assegurar a criação do assentamento de maneira rápida. As constantes trocas de gestores e de gestões, refletem no descumprimento de prazos por parte dos funcionários que aliados à omissão e a falta de comprometimento das equipes do órgão, foi apontado como fatores que impedem o andamento dos processos, com reflexos diretos na implantação do futuro assentamento.

Desacreditados na atuação desse órgão, a quem aludem ineficiência e gerador de incertezas, contribui mais para a desmotivação e desmobilização dos membros do acampamento.

A falta de uma política pública clara e com critérios estabelecidos para a reforma agrária tem propiciado entendimentos divergentes por parte da justiça brasileira. Liminares de despejo e emissão de posse para os acampados e reintegrações de posse para o fazendeiro tem sido visto como o poder que privilegia classes econômicas e portanto longe da realidade social do país. As atuações desse poder têm sido responsabilizadas como o principal fator de impedimento na consolidação do futuro assentamento, relegando os acampados a sua situação de extrema penúria.

Uma rede comunitária estabelece-se pela aglutinação de atuações de atores envolvidos diretamente no fazer comunitário, assim organizações governamentais e não governamentais tem papel preponderante no desenvolvimento local.

O MTA promotor do acampamento Dom Osório, como todo movimento social, não está legalmente instituído e busca na parceria com o Terceiro Setor, a estratégia de atuação para o desenvolvimento de ações e busca de recursos financeiros, para a manutenção da ordem econômica e social do acampamento.

Os governos criam programas para o atendimento das demandas surgidas na complexidade das atuações processadas nas comunidades, a incapacidade no atendimento a resolução dos problemas apresentados faz com que esses programas sejam também elegíveis as organizações do Terceiro Setor, quer pelo seu contato direto com as comunidades, quer pela capacidade de articulações e confiança dos membros das comunidades representados por estes.

Há uma rede de cooperação atuando no Acampamento Dom Osório, embrionária da formação de uma rede comunitária que poderá contribuir para a sustentabilidade do futuro assentamento. Entretanto a atuação de algumas entidades dessa rede foi apontada pelos acampados como ineficientes e geradoras de desconfiança, são elas: os partidos políticos que poderiam contribuir com ações políticas para o atendimento de necessidades, as Ong's, como principais agentes para elaboração de projetos e planos de trabalho necessários à busca de recursos financeiros, e os Quangos, entidades meio governamentais meio privadas que poderiam propiciar toda infra estrutura do futuro assentamento.

Em todas essas organizações citadas, os fatores apontados como impeditivos à formação de uma rede comunitária foram: atuações dos gestores com interesses próprios, falta de transparência nas prestações de contas com os recursos viabilizados e falta de informações sobre formas de atuação na continuidade das ações.

Acrescente-se a isso a falta de habilidades desses agentes no trato com a diversidade cultural dos membros do acampamento, da falta de profissionalização dessas diretorias e falta de informações inclusive das leis que regem esse setor tanto com relação a atribuições quanto de gestão de desempenhos.

Por outro lado, entidades ligadas diretamente ao querer dos acampados como o Sindicato Rural têm um alto grau de confiabilidade que pode contribuir para a capacidade de aglutinar forças em torno de interesses coletivos. O Sindicato Rural promoveu em parceria com o SENAR, diversos cursos sobre práticas culturais sustentáveis e também de gestão, especificamente associativismo e cooperativismo, que propiciaram informações técnicas, conhecimentos empíricos, legislações pertinentes a abordagens ambientais sociais e econômicas, e entendimentos de atuações políticas locais ante a vontade e o querer e de como fazer. Sendo assim o curso citado acima, mais do que um simples chamamento à união de todos, fortaleceu a compreensão sobre a importância do associativismo na governança local.

As diversas formações de escolaridade entre os membros do acampamento (ver gráfico 2), favorecem olhares distintos de avaliação dos acampados sobre si mesmos. Analisando a atuação do MTA, os acampados apontam ineficiência na atuação dos líderes do movimento principalmente pactuado nas mudanças comportamentais de suas lideranças.

Preceituam ações motivadas por interesses dissonantes da prática solidária pregadas como missão, ora com intervenções coercitivas, para manter a ordem, ora com ações privilegiadoras, para manter interesses pessoais. A falta de transparência na divulgação das ações executadas tem sido fator impeditivo no estabelecimento de confiança entre os membros do acampamento.

O movimento estabelece a prática democrática da escolha dos coordenadores locais pelos próprios acampados, entretanto as escolhas mais pautadas em atuações políticas e habilidades pessoais fazem ascender lideranças entre o grupo que despreparados e sem treinamento adequado sobre relações interpessoais, não raro pela falta de conhecimentos básicos de gestão, buscam no gerenciamento discricionário, ou seja, autoritário, a forma de atuação para imposição de querer provido de interesses próprios.

Sendo estes os principais articuladores da instituição de uma associação local, que os represente, tem sido alvo de desconfiança generalizada dos grupos o que se consubstancia como impedimento para o associativismo voluntário.

O Perfil cosmopolita dos acampados com personagens de diversos lugares do país, com olhares, valores e fazeres diferentes tem propiciado um sentimento de pertença ainda embrionário.

CAPITULO IV

PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL COM ARTICULAÇÕES DO TERCEIRO SETOR E REDES COMUNITÁRIAS

A comunidade é dinâmica, isto é, é formada por diversos tipos de pessoas, com suas idéias, crenças, necessidades e pertencimentos que trazem da sua origem. A união de pensamentos e interesses faz surgir diversos grupos, sejam igrejas, associações, clubes, que promoverão o fortalecimento do sentido de coletividade.

Huntington apud Reis (2003, p.35) nos apresenta o seguinte raciocínio: “ao estabelecerem-se múltiplas associações horizontais no interior da população, multiplicam-se os laços de interdependência recíproca entre os habitantes, fundamental na produção da coordenação de expectativas necessárias para assegurar-se alguma previsibilidade no comportamento alheio”. As integrações, as iniciativas, as inovações na resolução de problemas comuns, mais do que uma simples união, representa a força da solidariedade pelos vínculos formados nessas associações de pessoas que a compõem e a capacidade que detêm para o desenvolvimento comunitário.

A incapacidade governamental do atendimento a todas as demandas sociais que surgem nas comunidades, aliada ao descontentamento dos cidadãos ante aos procedimentos do Estado, também impulsionam o surgimento de novas formas de ação coletivas de defesa de

interesses pautadas na coesão social e com espírito cooperativo, “no ambiente concebido como totalidade, a sociedade, como um de seus elementos, emerge da construção de estruturas ordenadas específicas, funcionando como sistemas”.

Essa construção origina-se do “processo de combinação dos homens entre si e destes com os outros componentes dessa totalidade” (COSTA, 2003, p. 3). Podem fazer emergir manifestações e movimentos sociais como práticas renovadoras de projetos futuros, que articulados, podem fomentar a disseminação e estabilidade de suas práticas.

De acordo com o advogado Szazi (2006: p. 22) o "crescimento do número de organizações da sociedade civil verificado desde os anos 70 fez surgir um novo ator social, o denominado terceiro setor, o conjunto de agentes privados com fins públicos, cujos programas visavam atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social e, mais recentemente, proteger o patrimônio ecológico brasileiro".

O Primeiro setor é o governo, o Segundo Setor é a iniciativa privada, o Terceiro Setor é constituído por "instituições que tem personalidade jurídica" (OLIVEIRA, 2006, p. 1), e como característica principal a filantropia ou não lucratividade no desenvolvimento de suas atividades.

Cada sociedade gera seus próprios sistemas organizacionais porque "as pessoas tendem a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal" (CASTELLS, 2000, p.79). Essas organizações de interesses difusos, legitimadas em estatutos sociais, definem finalidades, normas e procedimentos para cumprimento de ações, controle e limites pautados na lógica da gestão eficiente pela comunidade e para a comunidade.

O gerenciamento dos potenciais próprios da comunidade implica no administrar, dirigir, orientar-se por si mesmo; implica em uma palavra, problemas e soluções atinentes às próprias necessidades. O fato de gerenciar, mesmo sendo pessoas, dificilmente encontrará respaldo jurídico para interposição de ações, sem a efetiva organização jurídica dos quereres dessas pessoas. Essa deveria ser a lógica dos movimentos sociais, que políticos, entretanto, exercem apenas atividades reivindicatórias como podemos supor através desse trecho do relato de Oliveira uma das lideranças máximas do MTA que nos explicou:

[...] Porque o movimento não é institucionalizado?, porque se forem poderão ser parados pela Lei, o movimento é rotatório, o movimento é nômade quem o conduz são as pessoas, o movimento não tem dono, e quem acha que é dono é automaticamente substituída.

O Terceiro Setor engendra uma capacidade extraordinária de mobilização e o estabelecimento de redes no seio da comunidade, aliada a facilidade de cooptação de recursos humanos e financeiros, isso está patente no movimento de sem terras.

A tendência mundial de diversificação de fontes de financiamentos, do aumento de gastos de patrocinadores, fundações, associações voluntárias aliada a políticas de incentivos governamentais (CUELLAR, 1996, p. 42), podem criar novas oportunidades e vínculos solidários, que implicam em um sistema de relações de poder constituído em torno de processos locais (AROCENA, 1995, p. 20).

Esses sistemas poderão desencadear novos requisitos e paradigmas enraizados na cultura local, em novas dinâmicas de articulação e interação de inovações tecnológicas, e até propiciar o desenvolvimento das potencialidades locais de geração de renda, através de novos padrões e organizações da sociedade civil.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO FUTURO ASSENTAMENTO

A Fazenda Boa Esperança, alvo de assentamento futuro do acampamento Dom Osório, está situada numa região de transição entre diversas atividades econômicas e tradições culturais de monocultura do Estado de Mato Grosso. É estratégica também a localização do acampamento nas proximidades da BR 070 que liga os municípios de Campo Verde e Primavera do Leste e a toda região sudeste do Mato Grosso (Mapa 1), onde se concentra quase 50% da população do Estado (ver tabela 8).

TABELA 8 – Distância do acampamento Dom Osório em relação aos centros consumidores da região de abrangência.

Distâncias aproximadas	Via	Direção	Cidade	População IBGE – 2000	JUCEMAT 2000		ICMS – R\$ SEPLAN/2000
					Empresas constituídas	Empresas extintas	
185 km	BR–364	Norte	Cuiabá	483.346	2479	230	527.322.828,94
190 km	BR–364	Norte	Várzea Grande	215.298	756	95	75.293.159,40
61 km	BR–070	Leste	Campo Verde	17.221	78	6	8.166.660,30
70 km	BR–070	Leste	Primavera Do Leste	39.857	176	7	14.011.815,13
120 km	BR–364	Sul	Jaciara	23.796	70	10	3.948.511,65
205 km	BR–364	Sul	Rondonópolis	150.227	505	27	69.114.745,01
140 km	BR–364	Sul	Juscimeira	12.063	18	10	333.012,72
TOTAL TABELA				941.808	4.082	385	698.190.733,00
TOTAL MATO GROSSO				2.138.042	-	-	991.997.051,00

Fonte: FAED – PDA – Dom Osório (2008).

Nos municípios de Primavera do Leste, Campo Verde, Jaciara e Rondonópolis, a produção agrícola é exercida por grandes produtores de soja, arroz, milho e algodão, que dispõe de tecnologia e crédito farto para trabalharem suas propriedades, movimentando grande parte da economia desses municípios. A topografia, o clima e a tecnologia, aliado a capacidade empreendedora dos migrantes que estão na região há mais de 20 anos, propiciaram a organização do espaço territorial, criaram as cidades, geraram renda, promoveram desenvolvimento nesses locais.

É relevante destacar a posição estratégica desta região, que se encontra na rota obrigatória de acesso à Capital do Estado de acordo com a tabela 7 a 185 km da fazenda Boa Esperança, à Região Norte e Nordeste do Estado e também aos Estados de Rondônia e Acre, sendo também único acesso destes com o centro sul do País, através da BR 364. Além de concentrar quase metade da população de Mato Grosso, destaca-se também por contribuir decisivamente nas arrecadações públicas, de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços do Estado como mostrado na mesma tabela.

4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO REGIONAL

A Região Sul de Mato Grosso possui o segundo maior parque industrial do Estado, atrás apenas do aglomerado urbano de Cuiabá, está quase toda voltada à transformação de produtos primários. Beneficiadoras de arroz, de algodão, esmagadoras de soja, fábricas de ração, frigoríficos, misturadoras de fertilizantes minerais, laticínios, são apenas alguns dos exemplos destes mecanismos instalados nesta região que também agregam valor à produção primária e movimentam o comércio gerando emprego e renda, impostos e novos negócios.

A demanda crescente por produtos primários beneficiados e de consumo rápido como carnes, frutas, leite etc., tem fomentado o aparecimento de empresas em processo artesanal de fabricação, amparadas muitas vezes no conhecimento pessoal ou tradição de família.

A produção técnico-científica geradas por pesquisas realizadas na região por Universidades, Fundações, Centros de Pesquisas e empresas privadas, tem contribuído para que a produtividade das lavouras (ver tabela 9) supere as médias nacionais, além de oportunizar credibilidade e receptividade incomparável à adoção das novas tecnologias para que os produtores dessa região destaquem-se no cenário do cerrado com sua produtividade.

TABELA 9. Culturas, área plantada e produção média obtida, município de Campo Verde/MT

Cultura	Área plantada	Produção
Arroz	500 ha	41 sacas/há
Feijão	1.000 ha	35 sacas/há
Soja	158.000 ha	50 sacas/há
Milho	Normal – 2.500 ha	100 sacas/há
	Safrinha – 60.000 ha	75 sacas/há
Algodão	Normal – 75.000 ha	280 @/há
	Safrinha – 12.000 há	200 @/há
Girassol	2.000 ha	30 sacas/ha
Sorgo	3,200	33 sacas/ha
Milheto	30.000	20saca/ha
Banana	40	800 toneladas
Coco da Bahia	70	15.600 frutos/ha
Abacaxi	4	254.821 frutos /ha
Cana-de-açúcar	120	30 ton/ha

Fonte: FAED-PDA-Dom Osório (2008).

Segundo o Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento de Campo Verde (2007, p.38): “eventos como exposições e feiras a nível estadual e nacional, contribuem significativamente para expor a economia aqui gerada e atrair novos investimentos, principalmente no setor de máquinas e insumos agrícolas, e mais recentemente em indústrias de transformação primária, as agroindústrias”.

A bacia leiteira criada nas proximidades de Juscimeira mantém um dos maiores laticínios do Estado, abastecendo toda a região e também a grande Cuiabá, onde está localizado o maior centro consumidor do Estado, com aproximadamente 650.000 habitantes (ver tabela 8). Além deste, existem outros laticínios de menor porte localizados nos municípios e que atendem nichos localizados de mercado, ofertando leite e seus derivados.

A criação de gado de corte representa outra grande contribuição à economia regional, levantamentos do Instituto do Desenvolvimento Agrário de Mato Grosso, mostram que o município de Campo Verde possui um efetivo de rebanho de 73.400 cabeças de acordo com a tabela abaixo.

TABELA 10 - Efetivo de rebanho de bovinos no município de Campo Verde – MT

Faixa etária bovinos	Quantidade	%
0 – 4 meses	6.648	9,06
4 – 12 meses	8.192	11,16
12 – 24 meses	15.680	21,36
24 – 36 meses	13.317	18,14
Acima de 36 meses	29.563	40,28
TOTAL GERAL DO REBANHO	73.400 CABEÇAS	100

Fonte: FAED-PDA-Dom Osório (2008).

Mato Grosso ocupa hoje o 2º lugar no ranking nacional e tem nesta região um expressivo estoque, criados principalmente no sistema de pastejo em campo, mas com algumas iniciativas de confinamento e novilho precoce, incentivado pelo programa estadual de melhoramento da pecuária de corte (PROMEPE).

Kuhn (2008, p. 32) afirma que:

É imprescindível destacar também a contribuição do produtor pecuarista no esforço de combate e erradicação da febre aftosa do rebanho estadual, o que permitiu abrir mercado aos frigoríficos no concorrido cenário internacional da carne. A expressiva criação bovina movimenta uma enorme cadeia de vendas de produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, assistência técnica e crédito bancário, impulsionando o comércio e a riqueza regional.

A produção de suínos é expressiva e incentivada pelo programa estadual de Granja de Qualidade, conforme dados da tabela abaixo, com poucos produtores operando granjas tecnificadas e de grande porte, viabilizando um frigorífico instalado no município de Rondonópolis, que oferta carne e seus derivados no mercado estadual e também fora deste.

TABELA 11- Efetivo de animais por espécie no município de Campo Verde – MT

Espécie	Quantidade
BÚFALOS	12
CAPRINOS	138
OVINOS	4.055
CODORNAS	14.850
SUINOS	39.852
AVES	10.215.274
EQUINOS	2.129
ASININOS	35
MUARES	394

Fonte: FAED-PDA_Dom Osório (2008).

Na avicultura de corte Campo Verde se destaca com a implantação do primeiro projeto em Mato Grosso de criação intensiva, patrocinado pelo Banco do Brasil e fomentado pela Empresa Sadia Oeste em parceria com os produtores do município, a tabela 10 a seguir, mostra o sucesso dessa parceria quando mais de 10 milhões de cabeças foram produzidas no ano de 2007. Toda a carne produzida é absorvida pelo frigorífico instalado em Várzea Grande e distribuída no Estado, sendo ainda insuficiente para suprir toda a demanda.

De acordo com o Relatório de Gestão de 2007 da Secretaria Municipal de Planejamento de Campo Verde, novas plantas industriais estão sendo estudadas para Campo Verde, o que denota a necessidade de novas granjas.

A produção de ovos ainda é incipiente, resumindo-se a poucos produtores tecnificados que ainda não conseguem abastecer o mercado regional. Grande parte do ovo consumido no Estado provém de pequenos produtores familiares, que tem na atividade apenas um programa de consumo próprio e comercialização de excedentes para complemento de renda.

Provocado por pressões de ambientalistas e órgãos fiscalizadores, o reflorestamento é outra vertente que começa a despontar no cenário da região, seja para produção de madeira para serraria, como para lenha, carvão ou recuperação de áreas degradadas com espécies nativas, destacando-se como opção de investimentos com retornos a médio e longo prazo.

Por ser uma região de atividade econômica recente, desbravada a partir da década de 70, todas as atuais cadeias produtivas encontram-se ainda em fase de expansão e absorvendo investimentos internos e externos, o que abre espaço para novos empreendimentos e empreendedores, inclusive para as áreas de novas tecnologias e de prestação de serviços.

Sob a ótica da agricultura familiar, a região conta com diversos assentamentos, documentados ou em fase de regularização (ver quadro 4), que além de produzirem para suprir suas necessidades básicas, produzem excedentes em termos de hortifrutigranjeiros comercializáveis. O caráter informal deste comércio dificulta uma análise mais detalhada, mas o profissionalismo em termos de produção e gestão está presente em poucos empreendimentos. De acordo com Kuhn (2008, p. 34), “a produção é inexpressiva para atender o consumo da região e da grande Cuiabá, tanto em termos de regularidade como em termos de quantidade e diversidade de produtos. Importações da CEASA - SP ainda constituem a grande fonte de abastecimento desses produtos para os Estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre”.

Sobre as estruturas de suporte de distribuição da produção da agricultura familiar, em seu relato Oliveira (ver relatos anexo A) nos esclarece:

[...] a feira aqui de Campo Verde, foi fundada em 1997, com 37 famílias e se chamava feira da reforma agrária, hoje taí onde 85 % dos feirantes são dos assentamentos daqui da região. A Prefeitura com os 540 lotes do Dom Osório, já esta ampliando em mais de 50 boxes na feira, na nossa opinião ainda não será suficiente para atender porque vai dobrar o numero de assentados .

É possível que o maior desafio da reforma agrária seja tornar os assentamentos economicamente viáveis, melhorando as condições de vida no campo. Percebe-se nesse relato, que o poder público municipal tem a expectativa do aumento da produção da agricultura familiar no município, a partir da instalação efetiva do assentamento na Fazenda Boa Esperança, os dados apontados também indicam a capacidade da região de absorver toda a produção gerada pela agricultura familiar, constituindo em fator de desenvolvimento local.

A agricultura, cada vez mais competitiva, exige grandes investimentos tecnológicos para garantir níveis satisfatórios de produtividade. Algumas culturas voltadas para a exportação têm apresentado estabilidade e crescimento, enquanto as que são tradicionalmente produzidas para o mercado interno estão estagnadas ou em declínio.

Essa realidade do mercado interno e do modelo de produção na agricultura familiar exerce forte impacto sobre as pequenas propriedades e dificultam o desenvolvimento dos assentamentos, onde a produção tende a permanecer no nível da subsistência. Os créditos aplicados à Reforma Agrária constituem em ferramentas imprescindíveis ao pleno desenvolvimento das comunidades.

Algumas empresas privadas, em geral comerciantes de Hortifrutigranjeiros, financiam o pequeno agricultor, buscando principalmente assegurar o comprometimento deste com a produção e a posterior garantia de aquisição dos produtos. Outra significativa fonte de Créditos para a agricultura familiar tem sido realizada por algumas Cooperativas de economia mista voltadas ao agronegócio familiar, especialmente na Cadeia Produtiva do Leite, porém, são créditos de pouca abrangência no contexto das comunidades rurais.

Os municípios, especialmente no Estado de Mato Grosso, vem investindo recursos de maneira muito incipiente nas comunidades da Reforma Agrária. Em geral realizam câmbio de informações e acompanhamento dos Programas de Apoio à Agricultura Familiar, do Governo Federal, através dos seus Conselhos Municipais de Desenvolvimento Regionais Sustentáveis - CMDRS, ou por intermédio das Secretarias de Agricultura.

O Governo Federal é a esfera pública que mais atende a agricultura familiar. Inicialmente visando à instalação e o desenvolvimento inicial do Projeto de Assentamento, a Instrução Normativa/INCRA nº 40, fixa os seguintes valores para Apoio Inicial: R\$ 2.400,00; Aquisição de Materiais de Construção: R\$ 7.000,00 e Fomento: R\$ 2.400,00. Pelo volume de recursos disponíveis e pela abrangência em todo o território nacional, o PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) é o principal programa de atendimento à Agricultura Familiar, financiados pelo Banco do Brasil através de um projeto individual detalhado sobre a utilização dos recursos liberados (KUHN, 2008, p. 272).

4.3. NÍVEL DE ARTICULAÇÃO DOS ACAMPADOS COM ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E O TERCEIRO SETOR.

Na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento pela Fundação de Apoio a Educação e ao Desenvolvimento – FAED, entidade publica ligada ao Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, a metodologia aplicada foi de reuniões setoriais com a comunidade, de acordo com os núcleos consolidados no acampamento. Os técnicos da FAED aplicaram uma técnica denominada *Diagrama de Venn*, que passou a ser conhecido a partir da publicação de um artigo intitulado: “*Sobre representação diagramática e mecânica de proposições e raciocínios*” do inglês John Venn em 1880, com o objetivo de revelar conexões e injunções importantes, de acordo com as percepções de diferentes grupos de participantes, propiciando o aparecimento de redes comunitárias.

No site da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças – ABDL (www.lead.org.br/article/view/398) há um resumo do Projeto de Assentamento Vitoria da União no município Honório Serpa no Estado do Paraná, onde relata a importância da aplicação do Diagrama de Venn com o seguinte enunciado: “A representação gráfica por si só não é o objetivo desta técnica: o que se procura é estimular a discussão sobre cada entidade citada, de forma a compreender melhor o seu inter-relacionamento, suas formas de atuação, seus pontos fortes e fracos e os interesses que estão em jogo no seu trabalho”.

O Diagrama de Venn é uma técnica usada para conhecer quais entidades governamentais e não governamentais são importantes e se elas têm atuação ou não no acampamento “a construção desse diagrama pode facilitar a discussão entre os membros do grupo acerca das ligações” (KUHN, 2008, p. 84). Para o desenvolvimento da técnica é desenhado um círculo grande que deve ser identificado como sendo o acampamento. A participação endógena da comunidade é fundamental para a identificação dessa rede. São usados assim círculos menores representando as entidades e o grau de importância percebida

pela comunidade. Os círculos são depois colocados dentro e fora da área definida pelo círculo maior. Se a entidade for atuante, segundo a visão dos acampados, o seu círculo ficará dentro do acampamento, se é pouco atuante por sua vez, ficará complementemente fora do acampamento, e o conseqüente grau de aproximação possível definida pelos acampados.

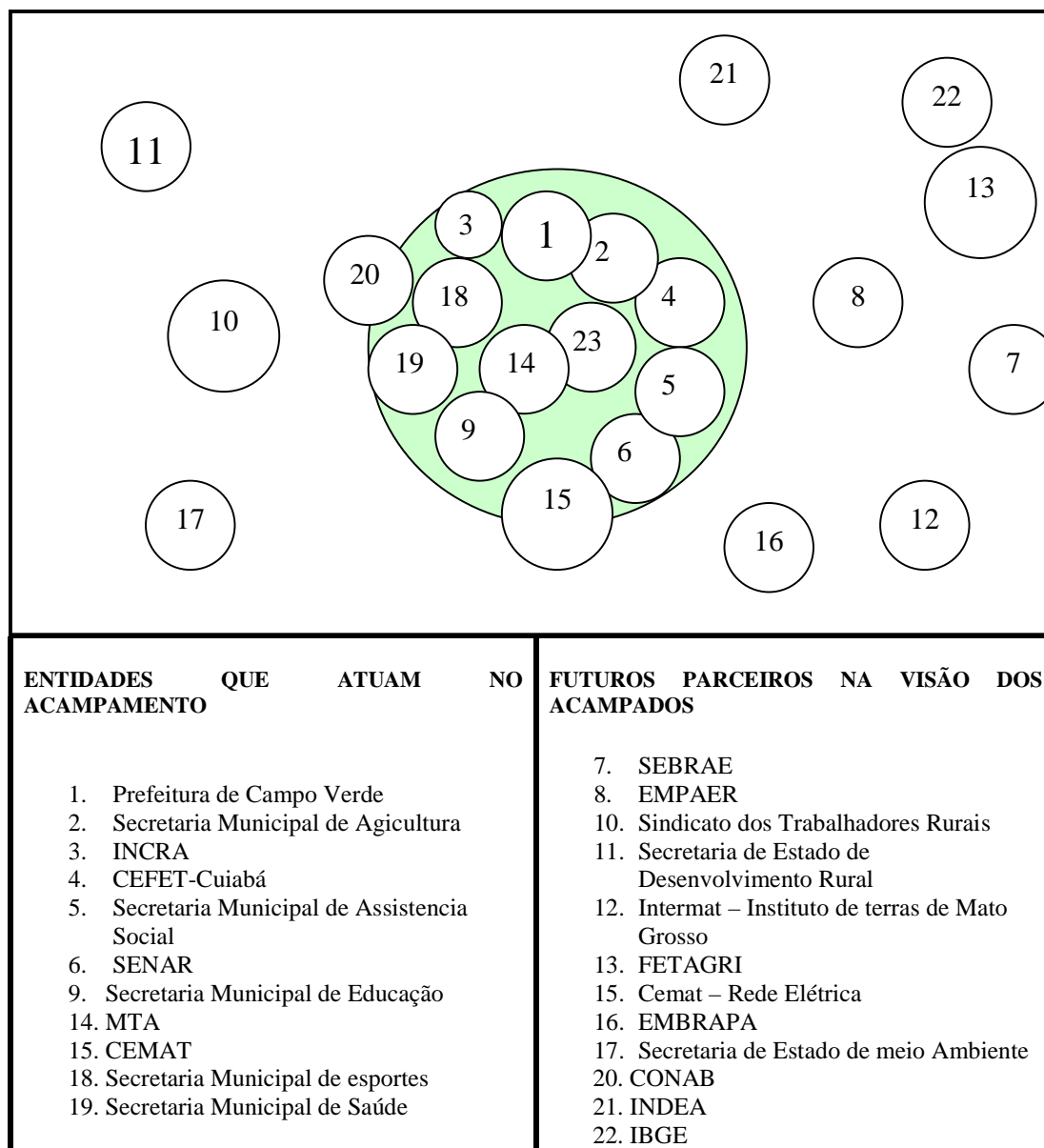
No acampamento Dom Osório, o gráfico 4 abaixo, mostra as relações atuais processadas no acampamento e a rede comunitária embrionária que essas organizações sociais encerram. O círculo verde representa o acampamento, dentro dele estão inseridos círculos menores, na visão dos acampados, os atores governamentais e não governamentais, que teem contribuído com o acampamento ao longo desses anos. Os círculos menores que estão fora do círculo verde, representam a expectativa que os acampados têm com relação ao estabelecimento de parcerias futuras.

Assim percebe-se a atuação das Secretarias Municipais de Educação, Esporte, Agricultura, Saúde, Assistência Social, como parceiros públicos do município atuantes no futuro assentamento.

Há ainda a citação, pelos acampados de outras entidades que já desenvolvem atividades junto ao acampamento dentre eles: O INCRA, O Cefet, Cemat, IBGE, Conab, autarquias atuantes como agentes exógenos com aplicação de suas técnicas. E também o terceiro setor que já se faz presente com atuações junto ao acampamento através das seguintes entidades: Senar, MTA e Sindicato dos trabalhadores Rurais.

De acordo com o Gráfico 4, os acampados sugeriram ainda possíveis parceiros como contribuintes para o estabelecimento de conexões, que poderão propiciar o fortalecimento da rede comunitária, desencadeador de desenvolvimento local, são elas: Embrapa, Sebrae, Empaer, Seder, Sema, Indea, Ibama, Intermat.

GRÁFICO 4. A Rede Comunitária estabelecida no acampamento Dom Osório segundo a visão dos acampados.



Fonte: PDA – Dom Osório – FAED (2008)

O estabelecimento de uma rede de relacionamentos, com organizações governamentais e não governamentais – o terceiro setor – poderá engendrar atuações e desafios que somente o entrelaçamento entre elas, poderá resultar na solidificação e sustentabilidade do futuro assentamento. O desenvolvimento pode não advir apenas de intenções programáticas em planos, programas e projetos, antes de poderem criar riquezas, o ser humano tem de aprender a trabalhar juntos, e, para que haja progresso subsequente, novas forma de organizações tem de ser idealizadas (FUKUYAMA, 1996, p. 61).

4.4. ATUAÇÃO DOS AGENTES EXÓGENOS NA FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O acampamento Dom Osório foi organizado em 2002, no município de Campo Verde – MT, formado pela vontade de um grupo de pessoas que se fortaleceu como movimento à medida que o número de pessoas foi sendo cooptado por relações familiares, de vizinhanças e amigos, chegando a ser composto por até 1600 famílias como relatado em alguns relatos (anexo A). Desde então, ações políticas de organizações propiciaram momentos de mobilizações, engajamentos e desmotivações, os remanescentes estão há 6 anos “embaixo da lona”, como se definem, uma luta em que a posse por um pedaço de chão deixou de ser um objetivo e passou a ser uma questão de sobrevivência e de necessidades fisiológicas, como atestadas na pirâmide de Maslow (ver Gráfico 3), como podemos observar nos depoimentos abaixo:

[...] Eu estava em São Felix do Araguaia, através de amigos fiquei sabendo desse acampamento e já estou nele há 6 anos e 4 meses (LAGOA).

[...] Eu estou no acampamento desde o primeiro dia, fiquei sabendo desse movimento por uma amiga, vim lá do nortão, de Juruena, vendi tudo que tinha, hoje eu não tenho mais nada, só esse barraco pra me amparar, nessa lida que parece não ter fim (IRANI).

[...] Eu vim de Mato Grosso do Sul para Tesouro em Mato Grosso, então eu vim pra Campo Verde e trabalhava lá com sacaria, foi através das amizades que fiquei sabendo do acampamento (TIRIRICA).

[...] Eu trabalhava numa fazenda lá em Marcelândia no Norte de Mato Grosso, então não deu certo, daí sem condições de voltar pro Paraná, fui caçar emprego em Várzea Grande (cidade lindíssima de Cuiabá), lá através de um vizinho soube que o Sindicato Rural de Campo Verde estava convocando pessoas e daí me disseram que em 6 meses estaríamos na terra, por causa disso, vendi tudo e vim com a família e tudo, estou acampado há 6 anos (NATAL).

Durante esse tempo, o acampamento tornou-se um espaço de relações tão reais quanto um espaço geográfico, e as interações processadas no cotidiano promoveram mudanças no comportamento associadas à “posse de uma identidade legítima”, neste caso os acampados do Dom Osório. A falta de reconhecimento das lideranças do movimento, o MTA que os representa, ou as tentativas de sufocamento de uma força emergente de uma unidade local, mais do que o favorecimento e “contribuição a construção do real pela representação que os agentes têm do real”, umbicaram em separatismo como único “meio realista de combater ou de anular os efeitos de dominação” (BOURDIEU, 2004, p.128 -129). Essas mudanças processuais se fazem sentir nos trechos desses depoimentos:

[...] A rotina aqui é muito sofrida, só fica em acampamento quem luta por um pedaço de terra tem que ter estômago de urubu, porque a gente tem que aceitar de tudo, você tem que tolerar muitas coisas do movimento, se vê coisas erradas e fazer de conta que não está vendo, antes tinha a lei do acampamento agora não, mas na prática mesmo, algumas pessoas tem mais privilégios (MARIANO)

[...] O acampamento está dividido em grupo 1 e grupo 2 por causa de uma liderança do movimento que queria arrendar a fazenda pra beneficiar mais a ele do que os outros, e aí simplesmente nós perderíamos a terra, e para ele o importante é o dinheiro, a turma do 1 então se revoltaram e ele foi ao INCRA e disse que esse pessoal não fazia mais parte do movimento, já o outro grupo era mais pacífico e aceitava tudo, mas conseguiu não arrendar através de conversas da comunidade (DILDA)...

Essa forma de atuação das lideranças do movimento, baseadas em interesses individuais, ante os procedimentos apregoados em sua missão, perverte a lógica simbólica em que o “existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente” (BOURDIEU, 2004, p. 129), resulta em extremos de desconfiança dos liderados, que de acordo com Fukuyama (1996, p.66) “tende a isolar e pulverizar seus membros”, com

efeito, a observação do relato a seguir nos mostra a veracidade dessas lógicas:

[...] além do fato de que a liderança do movimento queria arrendar a fazenda no começo desse ano (2008) para o próprio fazendeiro e caso isso acontecesse o próprio fazendeiro poderia requerer reintegração de posse, nossas cabeças estavam sendo vendidas, por uma pessoa que é credenciada pelo próprio INCRA que é quem começa o processo de desapropriação através do movimento, como o grupo 1 não aceitou essa pressão, através de uma conversa no empurra empurra com essas lideranças acabaram desistindo.

Diversos procedimentos como forma de pressão e de demonstrações de interesses individuais dos líderes do movimento, sedimentaram uma falta de confiança generalizada no grupo de acampados, que passaram a ver toda e qualquer atuação política de agentes exógenos ao seu querer de forma precavida e suspeitosa, afetaram valores e atitudes que corroboram em obstáculos à formação de capital social e validam a afirmação de que “a falta de confiança fora da família torna difícil para pessoas sem laços de parentesco criar grupos ou organizações, inclusive empreendimentos econômicos” (FUKUYAMA, 1996, p. 89), os relatos a seguir confirmam a afirmativa do autor citado.

[...] Bom no convívio com o povo a gente aprende a ver as pessoas e então tem quem a gente confia e quem não confia e geralmente quando forma uma associação no acampamento as pessoas que se autodenominam a diretoria são os mesmos coordenadores, e aí esses coordenadores se já faltavam com o respeito com o povo, recebendo propina, então também vão faltar com o respeito e honestidade na frente de uma associação e por isso a minha desconfiança, eu sei quem é capaz de fazer alguma coisa e quem não é (HENRIQUE).

[...] Sobre a associação, acho que até ajuda, através da associação se adquire muitas coisas pra comunidade, mas a gente fica meio sistemado porque tem umas pessoas espertos, tem que ser escolhido e não o cara querer ser o presidente como acontece aqui (MARIANO).

O Terceiro setor pode contribuir substancialmente com as comunidades e os espaços sociais de seu entorno, desde que com responsabilidade social, através de conhecimentos técnicos, assessorando assim a elaboração de projetos e planos de trabalho que promovam a sustentabilidade do querer fazer da comunidade, pela comunidade e com a comunidade.

No acampamento Dom Osório, esta foi à lógica de atuação FAED, que esboçou com a comunidade, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA consubstanciado no diagnóstico rápido participativo, como uma das metodologias de trabalho realizadas. Surgiu uma proposta atrelada a um programa governamental do Ministério do Desenvolvimento Agrário e é um projeto a médio prazo conceituado como um modelo de desenvolvimento alternativo na busca da sustentabilidade da futura comunidade.

Entretanto a visão dos acampados sobre o resultado apresentado mostra distinções de aceitação nas formas elencadas, além da desconfiança de relações comportamentais referidas anteriormente, podem também ter sido motivados, por interesses individuais não atendidos, assim se reportam alguns dos entrevistados desse trabalho:

[...] O Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, como leigo acho que está bom, mas tecnicamente quem analisou disse que poderia ser diferente, a discussão sobre o trabalho apresentado foi de que o PDA induziu as pessoas (SILAS).

[...] No PDA tem reserva nativa, coletiva, que contempla todo mundo, do jeito que era pra ser, não é assim que ficou, tem lote que ficou no mato, a CEFET errou muito nisso aí, a maneira de medir os lotes é que está errado, tem excesso de terra aqui dentro, tem um cerrado que não foi cortado, lá no areião arrumaram uma parte, mas tudo errado (TIRIRICA).

[...] Esse PDA que está aí, a maioria das pessoas não tem idéia do que fazer e estão sendo induzidos pelos técnicos, como foi elaborado não vai dar certo, a maioria das coisas que estão propostas não tem financiamento para ser feito. Precisamos de uma briga com o INCRA pra sair um planejamento adequado como foi descrito (DILDA).

[...] Eu participei de algumas reuniões para a elaboração do PDA, pelo CEFET, prá mim está do jeito que esperava, na verdade o meu projeto de vida é gado de leite e seringas, ninguém faz nada sozinho depende de parcerias que vai fazer com outras pessoas, aí todas as pessoas têm que se reunirem e chegar à mesma idéia (LEANDRO).

[...] O PDA foi elaborado pelo CEFET, na minha opinião foi feito como nós falamos, tinha discussão sobre linhão, raio de sol e taí o linhão aí eles falaram (CEFET) sobre a usina mas isso não é pra agora, se cada um plantar 1 hectare de cana, vai ser bom mas é mais pra frente (JOSE DOMINGOS).

O principal parceiro público do acampamento é o INCRA, que intermedia as relações políticas e sociais das necessidades fisiológicas dos acampados, quando lhes fornece cestas básicas de alimentação, por exemplo. Dos interesses do movimento representantes dos acampados e que são os interlocutores de suas reivindicações, dos atores exógenos que contribuem com conhecimentos empíricos na elaboração de planos de trabalho visando à sustentabilidade do futuro assentamento, atendendo critérios e prerrogativas estabelecidas nos programas governamentais.

Sobre essas manifestações Pires et al. (2008, p. 103) convocando a uma reflexão a cerca da cidadania do ponto de vista da totalidade do social, descreve:

Na representação mais comum da questão de assentamentos rurais e da reforma agrária, em geral, o seccionamento da nossa época atribui a engenheiros agrônomos e florestais, a cientistas sociais filiados a determinados partidos políticos, normalmente de esquerda, a tarefa de tomar posição diante das questões da terra, da sua posse e da sua gestão.

O que se pode defender é que a reforma agrária deveria ser pautada numa política pública com responsabilidade e a tibieza com que o Governo e a sociedade civil, organizada ou não, se ocupa desse problema na sociedade brasileira, demonstra nossa incapacidade de enfrentamento dessa realidade em nossas práticas cidadãs. O acampamento Dom Osório, está entrando em seu sétimo ano de luta, e a resolução desse conflito, parece cada dia mais distante, os acampados demonstram essas preocupações nesses trechos que selecionamos dos relatos.

[...] O Erro tá no INCRA e na Justiça em Brasília, o governo federal decretou a fazenda para fim social, o Juiz emitiu a posse, os ministros do STF, derrubaram nossa emissão de posse, então os poderes tem divergência, depois de tudo isso ainda aparece um desembargador querendo parar todos os PAs (projetos de assentamento), de 2007 pra cá, isso é uma bagunça da justiça, o INCRA é uma casa sem comando, quando entra um superintendente que faz aí alguma coisa, o governo troca por outro que não faz nada, e isso é feito por causa dos políticos. O INCRA é uma casa da mãe Joana (NEI).

[...] O INCRA é um parceiro distante porque não dá resposta pra nada (SILAS)...

Por outro lado atuações afirmativas do Sindicato Rural e do Senar, podem estar minando como sensações identitárias de pertencimento no acampamento, através da difusão de conhecimentos e técnicas que está gestionando um principio de coletividade. Chama-se a atenção para esse fato porque esse é o papel do terceiros setor, disseminar práticas solidárias e promover coesão social que redundem em sustentabilidade.

Sobre atitudes de busca de relações curriculares e de conteúdos realmente atinentes a vida das pessoas envolvidas nos assentamentos, a articulação comunitária, social e política é fundamental, a escolarização, desde a alfabetização até a formação profissional, é uma ferramenta indispensável de construção de possibilidades de expressão e de constituição da subjetividade, por um lado, e também, por outro, de instrumentação de reivindicações e lutas, pela desigualdade social e cultural (PIRES, 2008, p.108), o que pode ser exemplificado nos relatos dos acampados:

[...] o Senar que vem aqui através do Sindicato Rural e dá cursos, os cursos que fiz de associativismo e cooperativismo para trabalhar em conjunto ser parceiro dentro do acampamento, curso de derivado de soja, de fabricação de leite e farinha que eu não sabia que podia fazer (JOSÉ DOMINGOS).

[...] Aqui no acampamento fiz diversos cursos: cooperativismo e associativismo, derivados de soja, plantio e manejo de maracujá tudo dado pelo Senar, esses cursos foram bom porque foram preparando a cabeça da gente e por causa disso quero cultivar maracujá, banana, galinha e porco semi caipira (CARMO).

No ano de 2008, o Senar ministrou diversos cursos em parceria com o Sindicato Rural de Campo Verde no acampamento Dom Osório, de acordo com o Sindicato, foram os cursos a seguir ministrados: Administração de pequenas propriedades, apicultura, artesanato com argila, Associativismo e cooperativismo, Bordado em ponto cruz, Caprino cultura, Cultivo do Maracujá, Educação Ambiental, Fabricação caseira de produtos de higiene e limpeza, Identificação e uso de plantas medicinais, Minhocultura, Panificação caseira, Planejamento e aproveitamento dos alimentos, Produção caseira de derivados de soja.

Mais do que conteúdos programáticos de disseminação de técnicas e preparatórios, essas ações tem demonstrado o papel catalisador como atividades socializadoras e de formação de cidadania no diálogo que se precederá de agora em diante, da reivindicação de direitos e de comportamentos ajustados com sentido de grupos.

De acordo com Botelho (2001, p.78) as políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento local se levarem em consideração: a circulação das várias formas de expressão, o uso de linguagens diversificadas, a promoção das formas de cultura, a aplicação racional dos recursos e participação de um espectro mais amplo da sociedade.

Estas formas de promoção cultural são traduzidas nas práticas culturais desencadeadas através das festas populares vivenciadas nas comunidades, ao mesmo tempo em que mantém o rito (ver foto 3), alimenta o imaginário coletivo assegurando a coesão da sociedade.

As celebrações comunitárias podem assim ser definidas: “uma ação de simbolização, na qual é representado um evento ou uma figura revestida de importância para a coletividade festeira”, compreendem os ritos, as brincadeiras, comemorações sociais, danças, comidas e jogos sendo constantemente transformada pelos grupos sociais, “como práticas coletivas de resistência como parte da história e memória” (ITANI, 2003, p.13-14).

Foto 3. Práticas culturais no acampamento Dom Osório, município de Campo Verde – MT



Foto: Marcos Moura (2008).

As festas são as práticas como nos acampamentos as pessoas tentam restituir os valores dos ritos e morais da sociedade, é a forma de unir todos os membros do grupo, em diferentes momentos estabelecidos no calendário nacional. No acampamento Dom Osório, observa-se essas práticas culturais conforme podemos observar nos relatos:

[...] dia 10 de agosto de 2009 já vai pra 7 anos que estamos aqui, teve festas das crianças, do dia das mães, teve festa junina, teve duas vezes que fizeram a festa do 10 de agosto, tinha torneio (ORLANDO).

[...] Aqui no acampamento tem algumas festas como por exemplo a festa de aniversário do acampamento, 10 de agosto, tem churrasco, bebida, torneio de futebol, baile com algumas brigas senão não é baile né?. Festa junina, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças. O Acampamento tem uma equipe de futebol (LAGOA).

Ainda que incipiente essas práticas culturais, observadas no acampamento, é a manifestação local de expressões e atos comunitários cooperados inerentes às relações sociais processadas e a intensidade desses relacionamentos, obviamente contribuirão para a formação identitária e devem ser capazes de reinscrever pessoas em uma filiação e uma rede de pertencimentos, “na qual elas se reconheçam e na qual elas possam ancorar projetos de futuro” (NUNES, 2005, p.416), que promovam o desenvolvimento local.

A Comissão da UNESCO descreve cultura e desenvolvimento, citado em Cuellar (1996, p. 15) como: "a forma em que diferentes maneiras de viver juntos, afetam a ampliação das possibilidades e opções abertas ao ser humano"; com efeito, tudo acontece na comunidade, é da comunidade que emana as demandas sociais, o relacionamento entre os indivíduos e o ambiente vivenciado é que propiciará a eles elencarem, com propriedade, os meios da resolução de problemas comuns.

A perspectiva de desenvolvimento local que as pessoas do acampamento têm sobre o futuro, são formatos individuais e apontam-se os seguintes fatores: a diversidade cultural das pessoas, a complexidade de interesses baseados no nível cultural da história de cada um e dos sistemas de valores gerados dessa origem, a falta de uma identidade coletiva (porque se trata de um agrupamento de pessoas oriundas de todas as regiões do país), as experiências profissionais retratadas nas habilidades urbanas e rurais e por fim as práticas desastradas do movimento social que os representa e dos agentes exógenos que contribuem na consolidação do futuro assentamento. Os trechos dos relatos (ver relatos anexo A) a seguir, evidenciam interesses da euforia da conquista do lote para o estabelecimento dessas pessoas:

[...] Eu quero esse lote, não vou vender, trocar, nada, vai mudar a minha vida, porque eu não tinha nada e hoje já tenho até um lote, então isso é futuro, ter um conforto. Eu acho que aqui vai ser um lugar muito bom, aqui vai ser um lugar de lazer pros meus filhos, vai ser uma coisa boa, o acesso aqui é mais fácil, perto da cidade (ALICE).

[...] quero um lugar tranquilo pra viver, a vida da cidade pra mim não serve, plantar ter o que eu quero, independente, no final meu projeto vai ser formar tudo isso de gado, produzir pra viver mesmo ter uma vida saudável (TIRIRICA).

[...] Eu quero esse lote porque é a única coisa de bem que eu vou poder deixar pras minhas filhas quando eu faltar, vou trabalhar e administrar de acordo com as leis, com honestidade sem baderna. Me dou bem aqui porque aqui o clima é melhor que de Cuiabá e me dá saúde, vou comprar umas vaquinhas pra ter meu leite pras minhas filhas e pros netos (VITORINO)...

De acordo com Claxston (1994, p 20) "só há desenvolvimento quando arraigado na cultura e tradição", é reforçada por Cuellar (1996, p. 38) quando enuncia que: "as sociedades criam procedimentos complexos e arraigados em sua cultura para proteger e administrar seus recursos", e reiterado por Ávila (2006, p. 67) que confirma: "mudanças culturais não se operam apenas por programas, projetos, campanhas e outras iniciativas temporárias ou até permanentes, mas sem penetração nas maneiras de pensar e agir das pessoas, individuadas e em comunidade". Os termos "procedimentos complexos" de Cuellar e "iniciativas temporárias ou até permanentes" de Ávila (idem), entende-se querem dizer as formas associativas que se operam dentro das comunidades como forma de pertencer a um grupo e se fazer perceber pela sociedade, mais do que identidade coletiva, a geração de sustentabilidade local.

Quando se entrevistou Oliveira (ver relatos anexo A), um dos fundadores do MTA, em um trecho de seu relato é interessante observar, o olhar da pessoa envolvida em todas as etapas que desencadeiam no assentamento de pessoas. Ele está assentado há 12 anos no assentamento 28 de outubro no município de Campo Verde, e acredita que sua missão é ajudar pessoas, ele diz: "quem nasce pra coordenador tem sonho de ajudar outras pessoas, tem ideal", e sobre o comportamento dos acampados quando assentados e pela sua experiência de vida afirma:

Quem chega depois queima etapas, não fica embaixo da lona, não vivenciou, não tem noção de luta, de dificuldade para conseguir o lote, quem chegou no início tem mais estrutura psicológica e esses companheiros dificilmente venderão seus lotes, dificilmente abandonarão suas parcelas.

A partir da conquista do lote, Oliveira fez uma declaração baseado em seus

conhecimentos tácitos, que parece muito pertinente: “no primeiro momento do assentamento, os acampados são só euforia, depois vem a etapa da calma e por último a etapa do desespero”.

Segundo ele quando as pessoas conseguem a sua parcela elas têm uma *euforia* contagiante, pela conquista de todas as lutas e expectativas que o tempo propiciou até esse momento “as pessoas tem a visão capitalista do Ter, ter meu lote, ter meu sítio, ter minha terra”, advém daí uma calma, porque na cabeça das pessoas os projetos individuais que esboçaram e o recurso do PRONAF a ser liberado pelo Banco do Brasil é a solução de todos os seus problemas até aqui, então entra o desespero do que fazer com a sua produção, como vender, onde vender, a quem oferecer, “no meu caso no começo do assentamento o MST nos abandonou, era cada um pra si e Deus pra todos, hoje após 12 anos assentados, já temos trabalhos mais coletivos, coletivo do leite e das flores, a gente já tem outras realidades”.

A Visão de futuro do acampamento pode ser resumida através dos depoimentos de pessoas que estão despontando como lideranças natas, que tem a percepção da solidariedade como fator de inclusão e sustentabilidade do fazer local. Podem-se evidenciar essas clarezas de comportamento ao analisarmos os relatos do professor Silas, acampado e professor de ensino fundamental na escola que atende os filhos dos acampados, e também, na declaração de Nei, assim se reportam eles sobre a perspectiva de desenvolvimento local.

[...] Esse local tem tudo pra se desenvolver, a terra é boa o clima também, tem capacidades que se despontam, pode até no futuro se tornar um distrito de Campo Verde, começa pelas facilidades, acessos, mercado, tudo vai depender das lideranças e a comunidade, aqui pode ser um local de hortifrutigranjeiros para toda essa região (SILAS).

[...] No futuro o Dom Osório isso aqui será uma das bacias leiteiras maiores de Mato Grosso, isso tudo vai formar pasto e vai virar tudo gado e é assim que vai virar isso aqui, o futuro será isso. Essa terra não funciona pra agricultura, aqui não tem água, a área é muito grande, isso aqui vai virar tudo gado e com todas essas famílias o Dom Osório vai virar uma cidade. Eu já ajudei a construir quatro cidades, Novo Mundo, Novo Progresso e Cachoeira da Serra no Pará e Garantã do Norte em Mato Grosso, por exemplo Mundo Novo aqui em Mato Grosso era um lugar que parecia que não ia dar nada e hoje é uma cidade (NEI).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado dentro do acampamento Dom Osório, permitiu aproximar ao longo desse trabalho do objetivo proposto de caracterizar o processo de transformação do capital humano em capital social e as atuações do terceiro setor na formação de rede comunitária.

Verificou-se que o acampamento é formado por uma diversidade cultural que se pode denominar de comunidade cosmopolita. Dessa forma buscou-se subsídios sobre a origem dessas famílias acampadas e as perspectivas teóricas da ocupação territorial do Estado de Mato Grosso a partir da década de 70 do século passado.

Pesquisou-se o terceiro setor e as diversas formas associativas criadas pela sociedade civil, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 e as leis específicas (9.790/99 e 9.637/98) que regulam o terceiro setor, bem como as suas articulações com o setor público e privado. Por fim analisou-se como o movimento social, que organizou esse acampamento e as relações socioterritoriais advindas dessas relações, contribuiu para a formação de rede comunitária e as implicações políticas dessa atuação.

Portanto, para melhor reflexão sobre esse trabalho, pontua-se as principais conclusões a que se chegou no decorrer das observações inerentes à realização da pesquisa:

1. O acampamento Dom Osório, organizado pelo MTA, trata-se do agrupamento de pessoas oriundas das mais diversas partes do país, trazem consigo seus valores, costumes, práticas culturais e sentimentos de pertença ainda ligadas a sua região de origem. Estão desterritorializados. A situação de miserabilidade em que se encontram está motivada em necessidades fisiológicas, porque se desfizeram de todos seus pertences e engajaram decisivamente nesse querer que lhes resta como única alternativa de vida. Sobrevivem das benesses do Estado através do Programa Bolsa Família do Governo Federal e de sacolões distribuídos pelo Incra, através do movimento social que os representa, o mesmo movimento que os utilizam como massa de manobra por lideranças com interesses próprios ante a perversão da lógica de sua missão.

2. O MTA representa os acampamentos humanos e alguns assentamentos consolidados na região sul do Estado de Mato Grosso, utiliza como estratégia de atuação às suas reivindicações, a pressão através de caminhadas, bloqueios de estradas como forma de chamar a atenção da sociedade para a visibilidade de suas ações, e, a coerção dos acampados como forma de manter a governança local, entretanto, privilegia acampados com poder aquisitivo que fazendo parte do grupo, sequer moram “debaixo da lona” como se definem os reivindicantes a um pedaço de terra.

Dotados de fluxos de informações privilegiadas, junto aos agentes governamentais, o movimento é político e ficou claramente demonstrado interesses econômicos e por cargos eletivos na cidade de Campo Verde, por alguns de seus líderes. Essas ações políticas desconectadas de sua missão principal de promover o assentamento de pessoas carentes e de trabalhadores rurais desempregados generalizaram falta de confiança no acampamento, dividiu o grupo em duas facções um pró-movimento e outra contra o movimento, que aliadas a ingerência e ineficiência dos gestores públicos, além da falta de habilidade na condução de sociedades diversificadas pelos agentes do terceiro setor, estão contribuindo para dificultar o estabelecimento de laços espontâneos de cooperação que

redundariam em capital social.

3. Despojado de legalidade institucional, embora considerado legítimo como representação por seus membros e por agentes governamentais, o MTA busca amparo nas entidades não governamentais, o terceiro setor, para consecução de seus objetivos através do estabelecimento de parcerias. O Governo Federal, os bancos e as agências nacionais de fomento, criam em seus orçamentos, programas sociais elegíveis à sociedade civil organizada, desde que com a apresentação de projetos reconhecidamente sustentáveis. São recursos que estão disponíveis ao financiamento de ações e atividades coletivas para os agentes locais. Fora da legalidade o MTA então procura nos agentes externos ao acampamento, conhecimentos técnicos e empíricos, assessorias nas elaborações de projetos e planos de trabalho para o atendimento de suas prioridades. Entretanto, os técnicos que elaboraram o PDA, tentaram impor projetos prontos e de outras realidades ante o querer e o fazer local, fator que contribuiu para a desmotivação por projetos coletivos, inibiu a formação de capital social entre os acampados, e a declinação dessas propostas por pensamentos de projetos individualizados.

4. Embora embrionária, as atuações do terceiro setor e dos órgãos governamentais em todas suas esferas, em apoio às solicitações emanadas pelo MTA principiaram a formação de uma rede de cooperação dentro do acampamento Dom Osório que poderá contribuir para a sustentabilidade do futuro assentamento e o conseqüente desenvolvimento local, entretanto, quando questionados sobre essas atuações, os acampados apontaram os seguintes fatores desestimuladores para a continuidade dessa rede comunitária:

- O Incra tem uma atuação ineficiente que gera incertezas e, portanto descrédito dos acampados;
- O poder judiciário é visto como privilegiador de classe, moroso no atendimento dos processos e desconectado da realidade social do país;
- Funcionários públicos descompromissados com as causas sociais,

omissos e descumpridores de prazos estabelecidos;

- Sindicato rural com visão corporativa;
- Partidos políticos com atuações políticas com interesses comunitários apenas para benefício próprio de seus pares;
- Organizações não governamentais incapazes de aliar conhecimentos tácitos com empíricos, são geradores de desconfiança;
- Associação Local, embora embrionária dentro do acampamento, o sentimento de pertença ainda em processo gestacional tem levado a maioria a não aderir as práticas associativas porque os líderes do movimento estão se autoproclamando membros da diretoria executiva de uma futura organização, mas suas atuações recentes os desabonam a ocupar tais cargos pelos acampados;
- No MTA, lideranças com interesses econômicos dissonantes das práticas sociais e ações privilegiadoras de uns em detrimento a outros, tem sido determinante na falta de confiança dos associados ao movimento;

O desenvolvimento local terá mais êxito se alicerçado na cultura local, no engajamento cívico solidário, através do terceiro setor nas comunidades e exteriores a ela, formando redes comunitárias, desde que tenham capacidades de interações e articulações.

As práticas solidárias poderão contribuir para a criação de novos contextos, novos olhares arranjos e sistemas. A partir do momento que as pessoas se aperceberem que as relações de trocas entre organizações locais podem ser uma forma de potencialização da transformação social, estará criando um ambiente de rede dentro do acampamento, da comunidade, com reflexos na sociedade, com um poder incomensurável, pautados na lógica da gestão eficiente pela comunidade e para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ANDRE, Isabel et alli. **Redes y desarrollo local: la importância del capital social y de la innovación**, Évora: Boletín de la A.G.E n° 36, 2003

AROCENA, José. **El desarrollo local. Un desafío contemporâneo**, Montevideo: CLAEH, 1995, p.19-26

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: Edições UVA, 2005.

BETTIOL JUNIOR, Alcides. **Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor: um estudo de caso**. 2005, São Paulo, 2005, 116 f. (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis) – USP, São Paulo, 2005.

BOSI, Alfredo. **O MST e a questão agrária: entrevista com João Pedro Stédile**. Estudos Avançados 11(31), 1997. p. 69-97.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Mar 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil Ltda, 2004.

BUTTO, Andrea; LOPES, Adriana L. (Org.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente do Brasil**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 240 p., 2008.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Primeiro Seminário Internacional do GT CLACSO Educação, Trabalho e Exclusão Social na América Latina. Rio de Janeiro, p. 207-225, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**; tradução Roneide Venâncio Majer, São Paulo: Paz e Terra, 2.000.

CLAXSTON, Mervyn. **Cultura Y Desarrollo Estúdio**: UNESCO, CLT/DEC/PRO-94/01, 1994.

CODO, Wanderley. **Identity and economy (I): mirroring, belonging, individuality**. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 18, n. 3, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Apr 2007.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**, Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo em Perspectiva 15 (4). São Paulo, p.105-118, 2001.

COSTA, Maria Alice Nunes. **Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro**. Rev. Sociol. Polit. Curitiba, 21, p.147-163, 2003.

COSTA, Reginaldo Brito da (Org). **Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro - Oeste**. 1.ed. 246 p. Campo Grande: UCDB, 2003.

CUELLAR, Jávier Perez de. **Nuestra Diversidade Creativa**; Informe de la Comission Mundial de Cultura y Desarrollo – UNESCO, Paris, 1996.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Dinamica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso**. R. Bras. Est. Pop. São Paulo, v.23, n.1. p. 87-107, 2006.

_____. **Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.19, n.4. p. 3-20, 2005.

FARIAS, Edson. **Economy and culture of the Brazilian popular festivities**. *Soc. estado*. [online]. 2005, vol. 20, no. 3 [cited 2007-04-20], pp. 647-688. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Apr 2007.

FORNI, P. LONGO, M.E. **Las Respuestas de los pobres a la crisis: Las redes de organizaciones comunitárias y la búsqueda de soluciones a los problemas de las áreas periféricas de Buenos Aires**, REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol.6, # 6, Jun./Jul. 2004.

FREY, Klaus. **Local sustainable development in the network society: the potencial of new information and communications technologies**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 June 2007.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança – As virtudes e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1996.

GARCIA, Izner Hanna, **Manual das Sociedades Simples, Associações, Fundações e Cooperativas no Código Civil**. Rio de Janeiro: Aide Editora, 2004.

GIUSTINA, Osvaldo Della. **Participação e solidariedade: a revolução do terceiro milênio II**. Tubarão: Ed. Unisul, 2004.

GUBERT, Renzo; POLLINI, Gabriele. (Org.). **Cultura e desenvolvimento**. 1. ed. 320p. Porto Alegre: EST, 2005.

IBGE. **As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil : 2002 / IBGE, Gerência do Cadastro Central de Empresas**. (Estudos e pesquisas. Informação econômica, n. 4), Rio de Janeiro, 148p., 2004.

ITANI, Alice. **Festas e Calendários**. Sao Paulo: Editora Unesp. 2003.

KANITZ, Stephan. **O que é o terceiro setor** . Disponível no site: www.kanitz.com.br. Acesso em: 15 de março de 2007.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Sobre associativismo, desigualdades e democracia**. Rev. bras. Ci. Soc. , São Paulo, v. 18, n. 53, 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300008&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 06 2008.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. **Governança publica: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?**. RAP 40 (3), p.479-499, Rio de Janeiro, 2006.

KUHN, Dalmir et alii. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dom Osório Stóffel**. Convenio INCRA-MT/Prefeitura de Campo Verde/FAED-CEFET CUIABA. Campo Verde, 483 f., 2008.

LUNDÅSEN, Susanne. **Podemos confiar nas medidas de confiança?**. Opinião Pública, Campinas, vol. VIII, n.2, p.304-327, 2002.

MANCE, Euclides A. A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci.Inf. Brasília, v.33, n.3, p. 41-49, 2004.

NUNES, Mônica. **Idiomas culturais como estratégias populares para enfrentar a violência urbana**. Revista Ciência & Saúde Coletiva. Instituto de Saúde Coletiva UFBA, 10 (2) p. 409-418, 2005.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEN, Ruben George. **Cultura e modernidade no Brasil**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Feb 2007.

PAVARINA, Paula Regina de Jesus Pinsetta. **Desenvolvimento, crescimento economico e o capital social do Estado de São Paulo**. 2003. 164 f. Tese (Doutorado em Ciencias) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2003.

PERILLO, Sonia Regina. **Percursos migratórios no Estado de São Paulo: uma análise do período 1995-2000**. São Paulo em Perspectiva, v.19, n.3, São Paulo, p. 97-109, 2005.

PINTO, Célia Regina Jardim. **A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993 – 2003)**. Sociedade e Estado, Brasília, v.20, n.1, p. 195-228, 2005.

PIRES, Marco Aurélio Perroni; COSTA, Reginaldo Brito da; MACIEL, Josemar de Campos; LOPES, José Roberto. **Assentamento Rural: desenvolvimento socioeconomico na fronteira Brasil-Paraguai**. Maringá: Ed. Massoni, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE. Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Campo Verde/2007. Campo Verde, 2007.

PRUDENTE, G. M. **Bioética – conceitos fundamentais**. Porto Alegre: Ed. do Autor. 2000

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia – A experiência da Itália Moderna**, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 3ª Edição, 1997.

REIS, Bruno Pinheiro W. **Capital social e confiança: questões de teoria e método**. Rev.Sociol.Polit., Campinas, n.21, p.35-49, 2003.

RENNÓ, Lucio R. **Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 June 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo – razão e emoção.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1996, p 266 – 273.

_____. **De La Totalidad al lugar.** Barcelona: Oikos-tau, 1996.

SELLI, Lucilda; GARRAFA, Volnei. **Critical solidarity and organic volunteering: another form of social intervention.** Hist. cienc. saude-Manguinhos., Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Mar 2007.

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade das ocupações de terra.** Tempo Soc., São Paulo, v. 17, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 2008.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Relações de gênero e subjetividades no devir MST.** Revista Estudos Feministas 12 (1), Florianópolis, p.269-287, 2004.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: Regulação no Brasil.** 4ª Ed. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2006.

TRAMONTE, Cristiana. **Muito além do desfile carnavalesco: escolas de samba e turismo educativo no Brasil,** Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, Pasos, vol.1 n° 1, págs 85-96, 2003

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, São Paulo, v.20, n.1. p.199-218. 2008.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. **Pierre Bourdieu: a herança sociológica.** Educação & Sociedade, ano XXIII, n.78. São Paulo, p.77-87, 2002

VENDRAMINI, Célia Regina. **Pesquisa e movimentos sociais.** Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 101, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 2008.

VIEGAS, José Manuel Leite. **Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia.** Sociologia, Problemas e Práticas, n.46, p.33-50, 2004.

ANEXOS

ANEXO A

RELATOS DOS MEMBROS DO ACAMPAMENTO DOM OSÓRIO³

Oliveira, 53 anos, paulista de Palestina, casado, assentado da reforma agrária, fundador do MTA.

Eu era o Coordenador Geral do MST de negociação das áreas em Mato Grosso, mas por discordar da maneira radical como o movimento age em diversas situações, preferi sair e então começamos um movimento aqui no Estado. Tenho um lote como assentado da reforma agrária no 28 de outubro aqui em Campo Verde, e começamos o movimento aqui por esse município, onde já conhecemos uma companheirada, o nome do movimento é devido a uma conversa com um repórter da TV Gazeta que perguntou como seria o nome do movimento, e eu disse que era o Movimento do Trabalhadores Acampados e Assentados que imediatamente foi definido pelo repórter como MTAA e mais tarde passamos a chamar de MTA. A proposta do movimento é ajudar as pessoas a ter uma terra pra sobreviver, as pessoas que tem necessidade de terra são convidadas pelo movimento para engajarem na luta, a gente vai nos bairros e associações e fala para as pessoas sobre essa proposta e elas vão se juntando a nós e a coisa funciona assim tudo é decidido através de reuniões, é a companheirada que decido tudo, tudo é gerado junto com o povo, ouvindo o povo em tudo. Quem começa no início do acampamento está mais preparado do que quem chega depois, quem chega no início tem uma formação de base que vai sendo repassado para outras pessoas, os grupos de pessoas que vão se agregando o movimento precisa ter novas estratégias para a formação delas, quem chega depois queima etapas, não fica embaixo da lona, não vivenciou, não tem noção de luta, de dificuldade para conseguir o lote, quem chegou no início tem mais estrutura psicológica e esses companheiros dificilmente venderão seus lotes, dificilmente abandonarão suas parcelas. Então vão aparecendo novas lideranças, para ser líder a pessoa precisa ter criatividade e capacidade para ouvir, falar e interpretar a vontade do povo. Eles se tornam coordenadores que são escolhidos pelo povo do acampamento, que é quem avaliam eles, se são carismáticos, se sentem prazer em ajudar o próximo, se sente prazer em administrar, porque pra ser coordenador não é ter poder, é ter responsabilidade, e tem coordenador que quer ser líder porque acha que terá privilégios, quem nasce pra coordenador tem sonho de ajudar outras pessoas, tem ideal, a gente quer que os 540 que serão assentados fiquem e permaneçam no lote, no meu assentamento de 70 assentados, 18 abandonaram, foram embora, venderam o lote, ficaram 52 já é um sucesso. No primeiro momento do assentamento, os acampados são só euforia, depois vem à etapa da calma e por último a etapa do desespero. No meu caso no começo do assentamento o MST nos abandonou, era cada um pra si e Deus pra todos, hoje após 12 anos assentados, já temos trabalhos mais coletivos, coletivo do leite e das flores, a gente já tem outras realidades. As pessoas tem a visão capitalista do Ter, ter meu lote, ter meu sítio, ter minha terra, isso depende da competência dos

³ Todas os relatos transcritos, foram autorizados pelos entrevistados.

coordenadores em segurar essas pessoas, eles tem a expectativa de que o lote vai sair, essa credibilidade no movimento é fundamental, mas devido a tudo o que aconteceu nesses 6 anos do Dom Osório, teve muita perda de esperança, porque alguns coordenadores às vezes tem interesses e querem colocar outras pessoas no lugar de quem está lá, expulsaram alguns companheiros. No começo o Dom Osório tinha 1603 famílias acampadas, cresceu as finanças, um dos coordenadores do acampamento administrava as finanças, cresceu os olhos influenciou amizades, trouxe outras pessoas para o acampamento, quis denegrir a imagem das pessoas mais antigas, quando o acampamento foi pra dentro da fazenda, então criou o grupo 1 e o grupo 2, o grupo 1 eram os mais antigos, isso dividiu as pessoas. Essas finanças são necessárias, as famílias dão uma contribuição, uma mensalidade, quem administra isso é o próprio acampamento e isso é pra cobrir despesas do movimento, os coordenadores precisam se mover, o movimento tem que ser organizado. Porque o movimento não é institucionalizado?, porque se forem poderão ser parados pela Lei, o movimento é rotatório, o movimento é nômade quem o conduz são as pessoas, o movimento não tem dono, e quem acha que é dono é automaticamente substituído. O Dom Osório já criou uma Associação é bom que os acampamentos se organizem que criem associações, eu acredito que essas organizações são necessárias para não ficar na mão de outros órgãos, sendo assim através delas todos os benefícios podem ser encaminhados de forma mais rápida e sem dependências, dentro do assentamento irão surgir outras associações, acabará ficando a que tem mais clareza, a que tiver mais preparo, as outras serão detonadas no meio do caminho. Aqui em Campo Verde, se planta muito milho e soja, é tudo altamente mecanizado, globalizado, ninguém come soja, com menos de 5 dias essa produção está no Porto de Paranaguá, mas a verdura que é produzida aqui vem pra feira e vai para os municípios adjacentes isso dá sustentabilidade ao comércio porque 100% é tudo absorvido aqui na região, o latifúndio é o contrário, 99% é tudo exportado pra fora. Outra coisa 70% dos produtos de alimentação vem da agricultura familiar. A feira aqui de Campo Verde, foi fundada em 1997, com 37 famílias e se chamava feira da reforma agrária, foram sendo agregados outras famílias e hoje tá onde 85 % dos feirantes são dos assentamentos daqui da região. A Prefeitura com os 540 lotes do Dom Osório, já está ampliando em mais de 50 boxes na feira, na nossa opinião ainda não será suficiente para atender porque vai dobrar o numero de assentados. O nosso movimento já está negociando com o Governo do Estado, um espaço no CEASA que está sendo implantado em Cuiabá, nós sabemos que os legumes consumidas em Mato Grosso, vêm de São Paulo e Goiás, todo tomate consumido em Mato Grosso vem lá do sul do Estado de São Paulo na divisa com o Paraná.

Henrique, paulistano, 24 anos, solteiro, trabalha com serviços gerais.

Antes daqui eu estava em Paulo Afonso na Bahia, e meu pai me chamou pra vim pra cá.

Eu quero ter um lote pra sobreviver, ter que que é nosso, não precisar trabalhar para os outros, se conseguir progredir vou tirar meu sustento vou viver através de mim mesmo, não depender de ninguém. O regimento do acampamento tem uma clausula que diz que a pessoa pode ficar 15 fora e 15 dentro (do acampamento), no inicio todos respeitavam a lei, teve gente que foi até expulso por descumprir essas regras, mais aí coordenações dos núcleos começaram a beneficiar algumas pessoas e uns ficavam mais dias na cidade e aí a coisa desgringolou, e as pessoas vinham passear no acampamento e nós carregando esses andorinhas nas costas, porque a gente fica aqui embaixo de lona o tempo todo e essas pessoas devem beneficiar essas coordenações com propina e isso é uma desonestidade com as outras pessoas, e é cada um pra si e Deus pra todos, e, esses andorinhas acabam que terão lotes melhores do que o que nos vai ter que ficamos aqui ralando o tempo todo. Pra você ver, tem o caso de um andorinha que de um cadastro conseguiu mais cinco cadastros para a família dele, e nenhum deles nunca moraram debaixo da lona. A gente sofre todo tipo de humilhação, e arriscando até a vida, porque a gente não pode falar nada contra o movimento que faz o que quer com o povo. Os

coordenadores tiraram pessoas quem moraram muito tempo embaixo da lona pra beneficiar andorinhas, eles acham que a gente não vê, mas todo mundo sabe dessas maracutaias, os mais fracos ficaram de fora. No começo do acampamento tinha 1600 famílias que contribuíam com R\$ 5,00 isso dá 8 mil reais por mês mas sempre a energia do acampamento, que era pra bomba d'água, era cortada por falta de pagamento, e o povo ficava sem água, isso quando o acampamento estava lá no Plínio Borges. O problema do povo é que ninguém senta pra fazer conta, o senhor não acha que com 8 mil não dá pra pagar uma conta de luz?, então para onde ia esse dinheiro, pro acampamento é que não era, era pro bolso dos coordenadores com certeza. Bom no convívio com o povo a gente aprende a ver as pessoas e então tem quem a gente confia e quem não confia e geralmente quando forma uma associação no acampamento as pessoas que se autodenominam a diretoria são os mesmos coordenadores, como foi o nosso caso, e aí esses coordenadores se já faltavam com o respeito com o povo, recebendo propina, então também vão faltar com o respeito e honestidade na frente da associação e por isso a minha desconfiança, eu sei quem é capaz de fazer alguma coisa e quem não é. Eu posso até participar de uma associação mas só quando eu tiver confiança nas pessoas. Se no acampamento já é difícil conviver com essa malandragem, e benefícios de umas pessoas e outras não, imagine na associação quando envolver dinheiro e bens materiais, e a gente só confia na gente mesmo, a bíblia diz, maldito é o homem que confia em outro homem.

Nei, goiano de Jataí, 42 anos, casado, garimpeiro

Eu vim de um garimpo do Pará e fiquei sabendo desse acampamento através de um companheiro daqui de Campo Verde, então eu vim pra cá. A gente sempre foi da roça e do garimpo, então já tá na hora da gente ter um lugar pra ficar, agora a gente vai ter um endereço fixo. Sobre o MTA? O MTA no Mato Grosso é estadual e fui convidado pra fazer parte do movimento. Em 2002 no auge da correria, Dom Osório foi um dos primeiros acampamentos. Para nos saber de uma fazenda pra desapropriação, alguns companheiros ficam sabendo através de documentação, áreas devolutas e propriedades improdutivas, as pessoas que fazem parte dos acampamentos são companheiros desempregados. Então as pessoas que vem pro acampamento acabam virando como mendigos porque acabam com tudo na cidade, então o acampamento é a solução pra muitas pessoas. Então o movimento cria um regimento, regimento do acampamento, para controlar o acampamento, tudo depende dos coordenadores. Aqui no Dom Osório, tudo que foi errado foi punido, inclusive até mesmo para coordenadores de núcleo. É tem os que nós chama de andorinha também, que são companheiros que contribuem molhando a mão dos coordenadores e quem acaba penalizado com isso é quem está embaixo da lona. O Dom Osório é pra assentar 540 famílias, a fazenda é grande, são 10.000 hectares, então o MTA tinha o mesmo objetivo como ponto estratégico, que era controlar a chegada na fazenda e a saída também, então à divisão 1 e 2, em dois grupos pra controlar isso o grupo 01 ficou na coordenação dos senhores: Rildo e Oliveira e o Grupo 02, coordenado pelo Sr. Benedito Corrêa, a coordenação interna é feita por coordenadores dos núcleos de aproximadamente 40 pessoas. Só que uma parte do grupo 2, queria arrendar a fazenda e a turma do grupo 1 não concordou, então o MTA expulsou todo mundo do grupo 1 e teve um racha, ainda continua rachado e vai ser sempre assim, só Deus é quem sabe como resolver essa situação, na minha opinião, não une mais nunca, então ficou assim pra dividir os lotes, da estrada principal que corta a fazenda de fora a fora, do lado esquerdo pra quem vem de Campo Verde, ficou com o grupo 2 e do lado direito pro grupo 1. O INCRA apóia essa situação pra parar as brigas, então os dois grupos vão lutar pra conseguir todas as coisas. O MTA foi um movimento de todos até 2 anos atrás, mas hoje não é mais um movimento social, porque é um movimento só de duas pessoas, e o projeto deles é organizar acampamento, ganhar terras e arrendar as terras e não tão nem aí pro povo. O MTA hoje é um movimento fracassado, pelo menos aqui em Campo Verde. O Erro tá no INCRA e na Justiça em

Brasília, o governo federal decretou a fazenda para fim social, o Juiz emitiu a posse, os ministros do STF, derrubaram nossa emissão de posse, então os poderes tem divergência, depois de tudo isso ainda aparece um desembargador querendo parar todos os PAs (projetos de assentamento), de 2007 pra cá, isso é uma bagunça da justiça, o INCRA é uma casa sem comando, quando entra um superintendente que faz aí alguma coisa, o governo troca por outro que não faz nada, e isso é feito por causa dos políticos. O INCRA é uma casa da mãe Joana. No futuro o Dom Osório isso aqui será uma das bacias leiteiras maiores de Mato Grosso, isso tudo vai formar pasto e vai virar tudo gado e é assim que vai virar isso aqui, o futuro será isso. Essa terra não funciona pra agricultura, aqui não tem água, a área é muito grande, isso aqui vai virar tudo gado e com todas essas famílias o Dom Osório vai virar uma cidade. Eu já ajudei a construir quatro cidades, Novo Mundo, Novo Progresso e Cachoeira da Serra no Pará e Guarantã do Norte em Mato Grosso, por exemplo Mundo Novo aqui em Mato Grosso era um lugar que parecia que não ia dar nada e hoje é uma cidade.

Alice, paranaense de Cascavel, 44, amaziada, do lar.

Fiquei sabendo desse acampamento através dos amigos do meu marido e estou aqui já faz três anos, eu já fui direto pra Serra e lá na serra nos ficou sete meses e daí a gente veio pra dentro da fazenda. A vida no acampamento é muito sofrida, tem muita dificuldade porque a gente passa muita dificuldade, não tem onde se trabalhar e não pode abandonar o acampamento, daí é muito difícil, mas tem a tranquilidade, não tem assalto, aqui ninguém mexe com nada, daí a gente dorme numa boa, a vida no campo é totalmente diferente da cidade, aqui não tem robarias. Eu acho que tem vantagem em ter o lote no nome das mulheres, porque a mulher pensa mais, o homem se aparece um negocio o homem vai e faz e a mulher não, já fica pensando mais pra poder fazer qualquer coisa, então é bom por causa da família e agora também por causa dos financiamentos que tem pras mulheres. Futuramente vou plantar milho, mandioca, feijão e frutas, no começo só pras despesas e se valer a pena posso até plantar pra vender. Eu quero esse lote, não vou vender, trocar, nada, vai mudar a minha vida, porque eu não tinha nada e hoje já tenho até um lote, então isso é futuro, ter um conforto. Eu acho que aqui vai ser um lugar muito bom, aqui vai ser um lugar de lazer pros meus filhos, vai ser uma coisa boa, o acesso aqui é mais fácil, perto da cidade. Eu gosto muito daqui.

Irani, mato-grossense de Poxoréo, 48 anos, divorciada, do lar

Eu estou no acampamento desde o primeiro dia, fiquei sabendo desse movimento por uma amiga, vim lá do nortão, de Juruena, vendi tudo que tinha, hoje eu não tenho mais nada, só esse barraco pra me amparar, nessa vida que parece não ter fim. Como o acampamento precisava de gente para completar as famílias para serem assentadas, então cada família que morava desde quando abriu o acampamento, podia levar uma pessoa da família, essa decisão foi tomada quando estava lá na BR 070, em frente da mourão (fazenda). Aí então eles falou, quem tava ali segurando a marimba podia então trazer uma pessoa da família pra ter um lote e recompor o acampamento. A convivência com os tomadores de chimarrão eu fiquei coisada no chimarrão, foi à convivência com um paranaense todo dias nos tomava chimarrão de manha bem cedo e de tarde, aí eu fiquei assim agora num consigo mais ficar sem ele, distrai um pouco, a gente senta em três quatro e a gente vai tomando e contando causos de tudo quanto há, é uma distração.

Tiririca, sul mato-grossense de Rio Brilhante, 52, solteiro, lavrador

Eu vim de Mato Grosso do Sul para Tesouro em Mato Grosso, então eu vim pra Campo Verde e trabalhava lá com sacaria, foi através das amizades que fiquei sabendo do acampamento. Há um regimento de funcionamento do acampamento em que a coordenação se divide em grupos e então tem os núcleos que tem os coordenadores do núcleo e os nucleados, mas por exemplo a coordenação da disciplina só funciona pros mais certos, pros mais errados não funciona. Por exemplo, aqui tem os andorinha que são pessoas que nunca participa de nada, nem de luta, nem da mobilização, de nada, só vem na hora que tá tudo beleza. Os coordenador de núcleo é quem segura porque deve ter alguma propina por trás, o andorinha deve de bancar ele (coordenador), tem muitos companheiros que pegaram terra aqui sem nunca ter morado no acampamento. Mesmo com esse erro alguns coordenadores correm atrás das coisas e muitos ainda respeitam essas pessoas porque eles se mexem e fazem alguma coisa. Sobre uma associação?, acho que não vale nada, os cabeças tem interesse pessoal e quer ganhar em riba dos outros, é uma causa furada a gente fica de olho em pé, o nome da gente fica só rodando por aí, a gente não tem condições de nada e vejo pessoas com muitas coisas, a gente vê a gente percebe, não dá pra confiar. No PDA tem reserva nativa, coletiva, que contempla todo mundo, do jeito que era pra ser, não é assim que ficou, tem lote que ficou no mato, a CEFET errou muito nisso aí, a maneira de medir os lotes é que está errado, tem excesso de terra aqui dentro, tem um cerrado que não foi cortado, lá no areião arrumaram uma parte, mas tudo errado. Porque eu quero esse lote?, quero um lugar tranquilo pra viver, a vida da cidade pra mim não serve, plantar ter o que eu quero, independente, no final meu projeto vai ser formar tudo isso de gado, produzir pra viver mesmo ter uma vida saudável.

Lagoa, alagoano, 41, solteiro, operador de máquinas

Eu estava em São Felix do Araguaia, através de amigos fiquei sabendo desse acampamento e já estou nele há 6 anos e 4 meses. O acampamento foi dividido em núcleos, nesses núcleos tem 2 coordenadores de equipe, que são alimentação, disciplina, higiene, saúde, trabalho, finanças e secretários, para cada uma dessas função tem 2 coordenadores, no total o acampamento eram 10 núcleos. Para ser coordenador a pessoa tem que ser indicado pelos acampados através de uma reunião, a média é de 30 famias por núcleo. O movimento tem um regimento aonde isso vale para umas pessoas e outras não aonde as pessoas tem 15 dias pra saírem do acampamento para trabalhar nas fazendas da região como diaristas, e tem que ficar 15 dias no acampamento, o regimento na verdade só vale pros coitados que ficam embaixo da lona, as pessoas que tem privilégios nós chamamos de andorinha. Aqui no acampamento tem algumas festas como por exemplo a festa de aniversario do acampamento, 10 de agosto, tem churrasco, bebida, torneio de futebol, baile com algumas brigas senão não é baile né?. Festa junina, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças. O Acampamento tem uma equipe de futebol, o Boa Esperança Esporte Clube, que participa dos torneios da região, geralmente a prefeitura mandava o ônibus pra carregar os atleta, além disso também ajudam os vereador, Cesar Lima, o Geovane e o Careca também chegou a ceder ônibus pra isso. Sobre Associação?, pra mim é uma boa coisa desde que os presidente jogue limpo com as pessoas, com certeza vou fazer parte de uma associação que for criada aqui no nosso acampamento. Porque eu quero esse lote? Pra trabalhar, pra deixar de ser escravo de fazendeiros, pra construir um futuro, vou plantar e criar gado. Eu gosto muito desse lugar.

Natal, paranaense de Tapira, 49, casado, torneiro mecânico

Eu trabalhava numa fazenda lá em Marcelândia no Norte de Mato Grosso, então não deu certo, daí sem condições de voltar pro Paraná, fui caçar emprego em Várzea Grande (cidade lindeira de Cuiabá), lá através de um vizinho soube que o Sindicato Rural de Campo Verde estava convocando pessoas e daí me disseram que em 6 meses estaríamos na terra, por causa disso, vendi tudo e vim com a família e tudo, estou acampado há 6 anos. Tudo começou na estrada de Dom Aquino, na fazenda buriti, naquela época o Sindicato disse que contava com 1600 pessoas inscritas para esse acampamento, a fazenda buriti é do Sr. Plínio Borges, nesse local nós ficamos oito meses, esse acampamento começou no dia 10 de agosto de 2002 e nós saímos no dia 1 de maio de 2003, e viemos pra dentro da fazenda Boa Esperança, quando chegamos na fazenda o acampamento daí dividiu-se em três grupos e ficaram um mês, depois entrou uma negociação entre o INCRA, o Movimento, O Intermat e o Fazendeiro e daí então todo mundo foi para um local no fundo da fazenda que chama Areião, neste local ficaram 1 ano e 1 mês. O acampamento funciona assim: é dividido em núcleos, cada núcleo tem uma coordenação, mas tudo tem um Coordenador Geral, há uma lei que diz que uma fazenda invadida não pode ser negociada por 2 anos. A coordenação geral omitiu essa informação de que os advogados do fazendeiro já teriam entrado com processo de que essa entrada na fazenda foi considerada uma invasão, e por isso tudo ficou parado por 2 anos. Acredito que a intenção da coordenação era manter o acampamento unido, por um motivo óbvio, o movimento vive de contribuição então quando maior o acampamento tiver unido, maior é a arrecadação do movimento, essa finança é obrigatória e é uma das condição de conseguir a terra. Daí nós fomos despejados para a BR 070 em frente à fazenda Mourão, nesse local ficamos acampados 1 ano e 3 meses, e também fomos despejados porque houve várias manifestações como trancamento da BR, sendo que numa dessas trancamentos ficamos 12 dias com a estrada trancada e só passava ambulância e policia federal, nesse trancamento foi queimado um carro do FETHAB, do Governo do Estado, por causa disso a justiça despejou a gente da BR 070 para a BR 364 na serra de São Vicente, um local do DNIT, nesse despejo a policia deu 15 minutos para sair por bem ou por mau, alem de que o comando da policia militar alegou que no outro local haveria água, luz, terreno limpo, um local bom, o que não era nada verdade, o argumento era que estávamos incomodando o município, hum! tudo mentira, alem de que o fazendeiro dono da fazenda já tinha entrado com processo para a saída do pessoal de frente da sua fazenda. Nesses despejos as pessoas foram dispersando chegando a um numero de apenas 63 famílias acampadas na BR 364, nesse local nós ficamos acampados 1 ano e 5 meses, daí saiu à emissão de posse que foi dada no dia 28 de fevereiro de 2007, nós mudamos de novo pra fazenda Boa Esperança com a saída do fazendeiro. Na BR 364 houve manifestação, caminhadas e reagrupamentos de pessoas que chegou a um numero de 540 famílias, sendo que desse numero apenas 300 famílias vieram para a fazenda, mas houve uma rivalidade de lideranças, e o movimento foi dividido em 2 grupos que foram denominados grupo 1 e grupo 2, o grupo 1 com 130 pessoas e o grupo 2 com mais ou menos 170 famílias. A principio essa divisão era apenas da Coordenação mas com as coordenações divididas, começaram a ganhar a cabeça das pessoas, daí essa manipulação chegou até as pessoas que passaram a ver os grupos com diferença, os pensamentos criaram preconceitos, além do fato de que a liderança do movimento queria arrendar a fazenda no começo desse ano (2008) para o próprio fazendeiro e caso isso acontecesse o próprio fazendeiro poderia requerer reintegração de posse, nossas cabeças estavam sendo vendidas, por uma pessoa que é credenciada pelo próprio INCRA que é quem começa o processo de desapropriação através do movimento, como o grupo 1 não aceitou essa pressão o arrendamento foi proibido pelos acampados, através de uma conversa no empurra empurra com essas lideranças que acabaram desistindo. A fazenda foi considerada improdutiva porque o fazendeiro não pagava impostos, na época

da desapropriação a conversa da coordenação era de que apenas 3000 hectares da fazenda era documentada e não se pagava impostos o restante da fazenda era terra devoluta. O grupo 1 foi excluído do movimento por ser contrário a esse arrendamento e por esse motivo o grupo está criando uma associação. Hoje o grupo 2 continua com o movimento e o grupo 1 é representado no INCRA por 4 pessoas do grupo 1.

Carmo, paranaense de Campina da Lagoa, 42 anos, solteiro, carpinteiro

Estou nesse acampamento há 4anos e meio, eu vim direto do Paraná para Campo Verde e quem me indicou para esse acampamento foi o Sr. Natal que conheci no condomínio onde nos trabalhava. O acampamento é assim, tem uma coordenação que comanda tudo isso, o acampamento é dividido em núcleos, cada núcleo tem 4 coordenadores, de disciplina, de limpeza e assim por diante. Sempre existiu aqui o andorinha que sai fora e não volta, preferem ficar no bem bom da cidade, eles devem ter algum padrinho aqui dentro, alguém ta levando vantagem. O assentamento está dividido por causa da coordenação que entraram em conflito, daí dividiu, o povo não tem divisão nenhuma, mas as amizades são diferentes, não tem a mesma amizade. Eu gosto da crença mas não tenho vontade agora de ir na igreja porque tem tempo pra tudo, pra nascer, pra morrer, pra viver. Sobre os Parceiros?, é tem a Prefeitura, ajudou muito nosso acampamento, tem também o PC, o fazendeiro vizinho até hoje tá ajudando com a água pra nós. Meu sonho é morar no sitio eu não gosto de morar na cidade, quero o lote por causa desse sonho, da minha parte também quero mostrar pra minha família que sou capaz de ter alguma coisa, além de largar de ser empregado, porque a gente é escravo dos outros, porque o ser humano tem que trabalhar pra viver não pra morrer e trabalhando para os outros só faz mal pra saúde. A bem da verdade adoro demais aqui, não agüento ficar muito tempo longe desse meu barraco. Aqui no acampamento fiz diversos cursos: cooperativismo e associativismo, derivados de soja, plantio e manejo de maracujá tudo dado pelo Senar, esses cursos foram bom porque foram preparando a cabeça da gente e por causa disso quero cultivar maracujá, banana, galinha e porco semi caipira. Se tivesse um grupo seria melhor pra formar uma carga pra enviar pra cidade, já conversei com algumas pessoas pra gente formar um grupo para facilitar as coisas pra gente. Tem que ser montada uma associação porque com certeza nós vamos ter mais força pra chegar nas autoridades, acho que a gente sozinho não vai chegar a nada. O curso que eu fiz deu um clareamento nas idéias.

Vitorino, Goiano de Dianópolis, hoje Tocantins, 63, desquitado, aposentado

Estou aqui nesse acampamento já se vão 5 anos, eu morava em Cuiabá, eu era candango em Brasília, e eu vim pro Mato Grosso na década de 70, foi através de uma comadre que já estava acampada que eu vim pra cá, eu colaborava com as cotas que eram solicitadas pelo movimento e já cheguei a dar ate 100 real da minha própria vontade, depois falaram que eu não podia ter um lote, eu fiquei assim feito um jegue mucho só iscuitchando aí depois falaram que eu podia por o lote no nome de uma filha então assim é. Sempre falam que o povo não podem sair, pelo lado tem uns que saem pra ganhar uma sustencia, quem não ta no acampamento também vai se beneficiar, esses são os andurinha, eles falam que a lei é pra todo mundo, mas aqui tem uns mais bem favorecidos que os outros, eles davam cestas mas humilhavam muito as pessoas para distribuir as cestas, eu mesmo não fazia questão porque eu já recebo como aposentado. Eu não posso pegar lote no meu nome porque o sistema não libera segundo eles né então eu ponhei no nome da minha filha. Eu quero esse lote porque é a única coisa de bem que eu vou poder deixar pras minhas filhas quando eu faltar, vou trabalhar e administrar de acordo com as leis, com honestidade sem baderna. Me dou bem aqui porque aqui o clima é melhor que de Cuiabá e me dá saúde, vou comprar umas vaquinhas pra ter meu leite pras minhas filhas e pros netos. Sobre

associação?, essa que vão fazer aí eu não vou entrar nela, já tenho meu pezinho de meia, meu problema é trabalhar pra produzir as coisas que na cidade estão o olho da cara, que eu vejo que pra mim não vai dar certo, porque a associação pode favorecer muito mais, mas eu já tenho a minha condição e quero viver em paz.

Silas, paulista de Iacri, 63 anos, casado, professor

Estou nesse acampamento desde abril de 2007, nessa época eu era diretor da Escola Estadual Gustavo Dutra e foi nessa condição que conheci o movimento. A meu ver o movimento é organizado, tem até a pedagogia do acampamento, um sistema de grupos e núcleos assim como era no tempo de Moisés. A divisão entre grupos 1 e 2 é uma questão política de discórdia entre os líderes estaduais, acho que precisa acabar com essa divisão, porque vai ter reflexo nas crianças, essa divisão tem interesse em lugar e venda de lotes, na verdade só há essa divisão nos líderes e não no povo, porque os líderes tem interesses próprios. Com o povo não tem rivalidade. O Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, como leigo acho que esta bom, mas tecnicamente quem analisou disse que poderia ser diferente, a discussão sobre o trabalho apresentado foi de que o PDA induziu as pessoas. O acampamento hoje conta com alguns parceiros atuantes que são a Prefeitura em primeiro lugar tem também o PC que ajudou muito. O INCRA é um parceiro distante porque não dá resposta pra nada. Lutei por esse lote porque gosto de fazer melhor de ter uma chácara pra minha aposentadoria. Esse local tem tudo pra se desenvolver, a terra é boa o clima também, tem capacidades que se despontam, pode até no futuro se tornar um distrito de Campo Verde, começa pelas facilidades, acessos, mercado, tudo vai depender das lideranças e a comunidade, aqui pode ser um local de hortifrutigranjeiros para toda essa região. Nada funciona sem associação, mas o povo brasileiro não tem essa cultura. Eu mesmo criei uma associação em Barão de Melgaço e era só no Presidente que o povo tinha confiança, aí você fica sozinho nessa situação, tem que fazer tudo, eu consegui a liberação de 200 mil reais pela LBA e um trator de 35 mil reais, mas foi tudo pra Prefeitura de lá e aí não aconteceu nada. O Povo não tem cultura do associativismo, ninguém acredita em ninguém, isso esta acontecendo aqui nesse acampamento.

Leandro, matogrossense de Dom Aquino, 23, solteiro, auxiliar de produção

Estava morando em Cuiabá, e através da minha tia vim pra esse acampamento la na serra de São Vicente e já estou aqui há 2 anos e meio. A rotina desse acampamento é tirar lenha pra cozinhar, tratar de criação de porco e galinha, mas eu já fiz também muitos bicos com enxada, foice, catar milho nas fazendas da redondeza, pra quem quer trabalhar tem muito trabalho, você so pode ficar 15 dias fora do acampamento e 15 dias no acampamento, quem coordena isso são os coordenadores de base do próprio acampamento. Mas tem também os andorinhas, que são pessoas que tem o nome no acampamento mas só vem nos sábados e domingos prá cá, essas pessoas são da região, principalmente de alto poder aquisitivo, os coordenadores aceitam porque essas pessoas ajudam os coordenadores por fora, aqui no acampamento a lei é manda quem pode e obedece quem tem juízo. Eu participei de algumas reuniões para a elaboração do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento), pelo CEFET, prá mim está do jeito que esperava, na verdade o meu projeto de vida é gado de leite e seringas, ninguém faz nada sozinho depende de parcerias que vai fazer com outras pessoas, aí todas as pessoas tem que se reunirem e chegar à mesma idéia. E gosto daqui, é aqui que pretendo constituir família, morar no assentamento para crescer financeiramente, sem depender de horário de patrão mal humorado, pra encher o saco, mudar de vida não mas melhorar com certeza.

Mariano, sul mato-grossense de Campo Grande, 55 anos, casado, operador de máquinas agrícolas

Estou nesse acampamento há 6 anos, antes eu morava em Rondonópolis e vim de outro acampamento de São Jose do Povo, fui convidado pela turma do movimento e vim parar aqui. A rotina aqui é muito sofrida, só fica em acampamento quem luta por um pedaço de terra tem que ter estomago de urubu, porque a gente tem que aceitar de tudo, você tem que tolerar muitas coisas do movimento, se vê coisas erradas e fazer de conta que não esta vendo, antes tinha a lei do acampamento agora não, mas na pratica mesmo, algumas pessoas tem mais privilégios. Quero um lote por que chega de trabalho pro outros, trabalho de empregado em fazenda desde 75 so enchendo o bolso do patrão, vou trabalhar em cima do que é meu e é uma forma muito importante é isso aí. Nasci e me criei na roça, então meu negócio é prantar, desde os 6 anos que trabalhava na roça com meu pai. Hoje em dia nós não consegue chegar aonde tem vontade, só dá prá fazer o de comer mesmo, trabalhar no que é meu, e não trabalhar pros outros. Com certeza gosto daqui agora to num paraíso, cidade só é bom prá fazer do que tem que fazer e vim embora. Sobre a associação, acho que até ajuda, através da associação se adquire muitas coisas pra comunidade, mas a gente fica meio sistemado porque tem umas pessoas espertos, tem que ser escolhido e não o cara querer ser o presidente como acontece aqui.

José Domingos, paranaense de Cascavel, 50 anos, solteiro operador de maquinas agrícolas

Eu trabalhava de operador de maquinas em Sorriso lá no nortão, daí em 2002 eu vim pra Campo Verde e me inscrevi no sindicato rural daqui, daí saiu a historia desse acampamento. O acampamento aqui tem uma rotina sim na verdade a gente podia ficar 15 dias dentro e 15 dias fora, isso era regulado pela coordenação de núcleo, tinham algumas restrições como paredão em que as coordenação obrigava as pessoas pagar pena com limpa lixo ou plantar 250 mudas de reflorestamento, mas não foram cumpridas. Eu era alcoólatra, bebia e fumava, daí eu virei crente, deixei de beber e de fumar, a igreja me mudou tudo, tudo mudou por causa da fé, a gente vai na igreja por causa da fé, aqui no acampamento tem igreja assembléia de deus, deus é amor e igreja católica. A Prefeitura, os vereadores, o INCRA, o CEFET, o PC fazendeiro ajudam muito o acampamento com água, trator com tanquinho pipa, o Senar que vem aqui através do Sindicato Rural e dá cursos, os cursos que fiz de associativismo e cooperativismo para trabalhar em conjunto ser parceiro dentro do acampamento, curso de derivado de soja, de fabricação de leite e farinha que eu não sabia que podia fazer. Eu quero um lote porque quero ter sossego desejo ter meu pedaço de terra como empregado nunca conseguiria nada, quero fazer meu pomar de ponkan e de laranja uns 10 hectares, porque as frutas vêm de outros estados como São Paulo e Goiás, e aqui tem tanta terra, minha idéia é entregar em Cuiabá. A associação foi feita, mas não sei como ficou, não tem reunião, os sócios não se interessaram pela reunião, mas o Presidente até agora nada, acho que a associação poderia ajudar, falta pro Presidente um pouco mais de conhecimento, tem muita gente que tá preocupado e ninguém ta sabendo o que esta acontecendo e ainda por cima tem a associação do Rildo com umas 50 pessoas e isso tudo é preocupante eu fico veiaço com isso tudo. O PDA foi elaborado pelo CEFET, na minha opinião foi feito como nós falamos, tinha discussão sobre linha, raio de sol e taí o linha aí eles falaram (CEFET) sobre a usina mas isso não é pra agora, se cada um plantar 1 hectare de cana, vai ser bom mas é mais pra frente, eu mesmo já estou plantando no meu lote e acho que ainda ficar esperando pelas conversas a gente fica desanimado e vou tocando a vida, já era pra eu tá mexendo, já fui na cidade atrás de muda, me aconselharam procurar o Embrapa, pois vai precisar de 3 mil mudas e custa 15 reais cada muda na rua , no viveiro. Acho bom demais aqui e posso ser enterrado aqui, aqui tem tudo pra ser desenvolvido, tem que por em pratica as idéias, o Prefeito quer fazer um negocio modelo, mas não adianta a gente ficar so na conversa, mas estamos esperando, esperando, esperando.

Orlando, mato-grossense de Chapada dos Guimarães, 39 anos amaziado, serviços gerais.

Eu nasci em Chapada em vim pra Campo Verde em 1997, trabalhava com serviços gerais, aí teve uma reunião na escola Valdemom com o Oliveira e fiquei interessado no assentamento, então eu paguei 14 reais que era cobrado, e entrei na lista no dia 10 de agosto de 2002, participemo de uma carreata que o povo feiz da praça até o Plínio Borges. Lá a disciplina era bruta, a gente ia pro INCRA fazer pressão, eu não desistia porque morava de aluguel na cidade, e no acampamento eu não precisava pagar aluguel, pagava apenas 2 real pro movimento, quando mudemo pro Boa Esperança aí aumentou pra 3 real e depois aumentou de novo pra 5 real. O movimento ponhava as leis e a gente tinha que obedecer, tinha até hora pra entrar aqui no acampamento a coisa ficou mais relaxado e ninguém cumpre mais nada. Tinha um sistema que a gente ficava 15 dias aqui e 15 dias fora pra conseguir dinheiro à maioria trabalhava como horista. Eu não vou na igreja não, é muito longe a gente reza em casa mesmo. Eu vejo quem é parceiro do acampamento a Prefeitura e o PC ajudou bastante ele é o único que ajudou mesmo perdendo na política (o PC foi candidato derrotado a vereador no município de Campo Verde).

Dilda, mato-grossense de Alto Garças, 34 anos, solteira, do lar

Eu morava em Cuiabá antes de vir pro acampamento, lá eu conheci o Benedito Correa que é uma liderança do MTA ele me convidou, e fui direto pro acampamento la na Serra, estou há dois anos e meio nessa luta. O movimento tem 3 lideranças no 1 e tem 2 lideranças no 2. O acampamento esta dividido em grupo 1 e grupo 2 por causa de uma liderança do movimento que queria arrendar a fazenda pra beneficiar mais a ele do que os outros, e aí simplesmente nós perderíamos a terra, e para ele o importante é o dinheiro, a turma do 1 então se revoltaram e ele foi ao INCRA e disse que esse pessoal não fazia mais parte do movimento, já o outro grupo era mais pacifico e aceitava tudo, mas o grupo dois conseguiu não arrendar através de conversas da comunidade. Apesar de tentar uma união, não se consegue mais consenso porque as pessoas do 1 ainda não querem perder os benefícios financeiros, porque há venda de direitos a uma propriedade. Esse PDA que está aí, a maioria das pessoas não tem idéia do que fazer e estão sendo induzidos pelos técnicos, como foi elaborado não vai dar certo, a maioria das coisas que estão propostas não tem financiamento para ser feito. Precisamos de uma briga com o INCRA pra sair um planejamento adequado como foi descrito. Sobre uma associação funciona com o interesse de todos e não de um so, aqui não tem nenhuma liderança que seria boa , eu afastei, porque quem estava à frente mudou tudo e é claro que é pra favorecer a ela mesma, tá fora de ética. A associação poderia trazer muitos recursos aqui pra dentro através do INCRA, Ministérios, Seder, mas as pessoas não sabem disso. Aqui é minha paixão, onde sempre sonhei, e estou aqui, queria ser enterrada aqui no meu lote. Projeto de vida?, é progredir na vida, fazendo meu sitio virar uma mini fazenda, de tudo um pouco, não adianta querer abraçar tudo mas ter de tudo um pouquinho, é como aquele ditado a casa se começa do alicerce para depois ir ao acabamento.

ANEXO B

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999⁴

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do

⁴ <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9790.htm>

respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I - as sociedades comerciais;
- II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX - as organizações sociais;
- X - as cooperativas;
- XI - as fundações públicas;
- XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a

execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. (Incluído pela Lei nº 10.539, de 2002)

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao

Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- I - estatuto registrado em cartório;
- II - ata de eleição de sua atual diretoria;
- III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- IV - declaração de isenção do imposto de renda;
- V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

- I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;
- II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;
- III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II

DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e

aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

~~Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.~~

~~§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.~~

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até cinco anos contados da data de vigência desta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 1º Findo o prazo de cinco anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Pedro Mallan

Ailton Barcelos Fernandes

Paulo Renato Souza

Francisco Dornelles

Waldeck Ornélas

José Serra

Paulo Paiva

Clovis de Barros Carvalho.

ANEXO C

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998⁵

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Seção I Da Qualificação

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

- I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:
- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
 - b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
 - c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
 - d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm

e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

e) composição e atribuições da diretoria;

f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;

g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

II - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.

Seção II Do Conselho de Administração

Art. 3º O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;

b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;

c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;

d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;

III - os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho;

IV - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;

V - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

VI - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VII - os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VIII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

- I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;
- II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;
- III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
- IV - designar e dispensar os membros da diretoria;
- V - fixar a remuneração dos membros da diretoria;
- VI - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;
- VII - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;
- VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;
- IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;
- X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Seção III Do Contrato de Gestão

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.

Art. 6º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.

Parágrafo único. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado ou autoridades supervisoras da área de atuação da entidade devem definir as demais cláusulas dos contratos de gestão de que sejam signatários.

Seção IV Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou

entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§ 3º A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade.

Seção V Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 11. As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade

pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 13. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio da União.

Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Art. 14. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer juz no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro ou de segundo escalão na organização social.

Art. 15. São extensíveis, no âmbito da União, os efeitos dos arts. 11 e 12, § 3º, para as entidades qualificadas como organizações sociais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie os preceitos desta Lei e a legislação específica de âmbito federal.

Seção VI Da Desqualificação

Art. 16. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. A organização social fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contado da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e

serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18. A organização social que absorver atividades de entidade federal extinta no âmbito da área de saúde deverá considerar no contrato de gestão, quanto ao atendimento da comunidade, os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 19. As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos. (Regulamento)

Art. 20. Será criado, mediante decreto do Poder Executivo, o Programa Nacional de Publicização - PNP, com o objetivo de estabelecer diretrizes e critérios para a qualificação de organizações sociais, a fim de assegurar a absorção de atividades desenvolvidas por entidades ou órgãos públicos da União, que atuem nas atividades referidas no art. 1º, por organizações sociais, qualificadas na forma desta Lei, observadas as seguintes diretrizes:

- I - ênfase no atendimento do cidadão-cliente;
- II - ênfase nos resultados, qualitativos e quantitativos nos prazos pactuados;
- III - controle social das ações de forma transparente.

Art. 21. São extintos o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, integrante da estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e a Fundação Roquette Pinto, entidade vinculada à Presidência da República.

§ 1º Competirá ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado supervisionar o processo de inventário do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, cabendo-lhe realizá-lo para a Fundação Roquette Pinto.

§ 2º No curso do processo de inventário da Fundação Roquette Pinto e até a assinatura do contrato de gestão, a continuidade das atividades sociais ficará sob a supervisão da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 3º É o Poder Executivo autorizado a qualificar como organizações sociais, nos termos desta Lei, as pessoas jurídicas de direito privado indicadas no Anexo I, bem assim a permitir a absorção de atividades desempenhadas pelas entidades extintas por este artigo.

§ 4º Os processos judiciais em que a Fundação Roquette Pinto seja parte, ativa ou passivamente, serão transferidos para a União, na qualidade de sucessora, sendo representada pela Advocacia-Geral da União.

Art. 22. As extinções e a absorção de atividades e serviços por organizações sociais de que trata esta Lei observarão os seguintes preceitos:

I - os servidores integrantes dos quadros permanentes dos órgãos e das entidades extintos terão garantidos todos os direitos e vantagens decorrentes do respectivo cargo ou emprego e integrarão quadro em extinção nos órgãos ou nas entidades indicados no Anexo II, sendo facultada aos órgãos e entidades supervisoras, ao seu critério exclusivo, a cessão de servidor, irrecusável para este, com ônus para a origem, à organização social que vier a absorver as correspondentes atividades, observados os §§ 1º e 2º do art. 14;

II - a desativação das unidades extintas será realizada mediante inventário de seus bens imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências

dirigidas à manutenção e ao prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável em cada caso;

III - os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades extintas, serão utilizados no processo de inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura do contrato de gestão;

IV - quando necessário, parcela dos recursos orçamentários poderá ser reprogramada, mediante crédito especial a ser enviado ao Congresso Nacional, para o órgão ou entidade supervisora dos contratos de gestão, para o fomento das atividades sociais, assegurada a liberação periódica do respectivo desembolso financeiro para a organização social;

V - encerrados os processos de inventário, os cargos efetivos vagos e os em comissão serão considerados extintos;

VI - a organização social que tiver absorvido as atribuições das unidades extintas poderá adotar os símbolos designativos destes, seguidos da identificação "OS".

§ 1º A absorção pelas organizações sociais das atividades das unidades extintas efetivar-se-á mediante a celebração de contrato de gestão, na forma dos arts. 6º e 7º.

§ 2º Poderá ser adicionada às dotações orçamentárias referidas no inciso IV parcela dos recursos decorrentes da economia de despesa incorrida pela União com os cargos e funções comissionados existentes nas unidades extintas.

Art. 23. É o Poder Executivo autorizado a ceder os bens e os servidores da Fundação Roquette Pinto no Estado do Maranhão ao Governo daquele Estado.

Art. 24. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.648-7, de 23 de abril de 1998.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Paulo Paiva

José Israel Vargas

Luiz Carlos Bresser Pereira

Clovis de Barros Carvalho